

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

BATALHA PELA DEMOCRACIA: 1961-1964
Outras visões, os sargentos e o governo João Goulart.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC para a obtenção do grau de Mestre em História, Política e Bens Culturais

STEFAN FREITAS DOS SANTOS

Rio de Janeiro, março de 2010

Santos, Stefan Freitas

BATALHA PELA DEMOCRACIA: 1961-1964 - Outras visões,
os Sargentos e o Governo João Goulart / Stefan Freitas dos Santos – 2010.
161 f.

Orientadora: Maria Celina Soares D'Araujo

Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPDOC, 2010.

Bibliografia: f. 77 – 81.

1. Forças Armadas – Política. 2. Brasil – História – Militares-Sargentos
1961/64. I. D'Araujo, Maria Celina Soares. II. Fundação Getúlio Vargas, Centro
de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. III. Título

XXX 000.0

STEFAN FREITAS DOS SANTOS

BATALHA PELA DEMOCRACIA: 1961–1964

Outras visões, os Sargentos e o governo João Goulart

Banca Examinadora:

Prof^a Dr^a Maria Celina Soares D'Araujo

Prof. Dr. Mario Gryzpan

Prof. Dr. Carlos Fico

Dedico, *in memoriam*, aos meus avós Galileu da Silva Freitas e Alfredo José dos Santos

AGRADECIMENTOS

A Stael Freitas dos Santos, minha mãe, Fabiano Freitas dos Santos, meu irmão, Juarez de Queiroz Freitas, meu tio, Marietta de Queiroz Freitas Rosa, minha tia, e Humberto dos Santos, meu pai, pelo apoio total e integral.

A minha esposa Vivia de Sousa Carvalho, companheira de todas as horas.

A Jacques Dornellas, Jorge José, Jelcy Rodrigues e Dílson da Silva que sem eles, este trabalho não existiria.

A minha orientadora Maria Celina Soares D'Araujo pela boa vontade, paciência e apoio.

A Paulo Norberto, amigo que incentivou a realização deste trabalho.

Ao amigo Bruno Gomide pelo incentivo.

A Liseane Morosini, que tive oportunidade de conhecer durante o desenvolvimento deste trabalho pelo apoio, indicações de leitura e fontes jornalísticas.

Aos professores Esther Kuperman, Renato Lemos, Paulo Cunha, Mario Gryszpan e Carlos Fico.

Aos funcionários da EBAPE e CPDOC, em especial Rafael Cardoso de Aguiar, Aurea Correa da Fonseca, Fabiano Santos e Regina Vives pelo auxílio que tive nesta Instituição.

A Lúcio Braga e Josinei do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro pelo apoio total na consulta aos acervos do arquivo.

A Patrícia Azeredo, grande amiga e apoiadora deste trabalho, e Daniel Zandonadi responsável pela transcrição das fitas com os depoimentos e revisão do texto final.

RESUMO

BATALHA PELA DEMOCRACIA: 1961-1964

OUTRAS VISÕES, OS SARGENTOS E O GOVERNO JOÃO GOULART.

O presente trabalho propõe debater o papel dos chamados praças das Forças Armadas, sargentos, cabos e suboficiais, durante o governo João Goulart e sua luta pelo exercício da cidadania, em uma instituição baseada na hierarquia e disciplina. Partindo da ideia clássica de cidadania proposta por T. H. Marshall e sua divisão em direitos civis, políticos e sociais, situar os praças nesse contexto e o comportamento dúbio da oficialidade quanto à quebra da hierarquia. Em outros episódios históricos de revoltas militares, como os dos tenentes em 1922 e 1924; e as sublevações de Jacareacanga (PA), no ano de 1956, e Aragarças (GO) em 1959, promovidos por oficiais que foram punidos, mas posteriormente anistiados, sem prejuízo para as suas carreiras — ao contrário dos praças que foram expulsos das Forças Armadas após o golpe de estado de 1.º de abril de 1964.

Palavras-chave: Forças Armadas; Sargentos, presidente João Goulart, nacionalismo, democracia, legalidade constitucional.

ABSTRACT

THE BATTLE FOR DEMOCRACY: 1961-1964 OTHER VISIONS: THE SERGEANTS AND THE JOÃO GOULART GOVERNMENT

The current work discusses the role of the so-called “praças” (enlisted personnel) of the Brazilian Armed Forces – sergeants, corporals and non-commissioned officers – during the João Goulart government, as well as their fight to exercise citizenship in an institution based on hierarchy and discipline. We use the classic Idea of citizenship proposed by T.H. Marshall – who subdivided it in civil, political, and social rights - to place the enlisted personnel in this context and analyze the dubious behavior of the officials when it comes to hierarchy rupture. Other historical episodes of military rebellions, such as the lieutenants risings of 1922 and 1924 as well as Jacareacanga (PA) and Aragarças (GO) rebellions in 1956 and 1959, respectively, were leaded by officers who were punished, but later pardoned with no harm to their careers, as opposed to the enlisted personnel who were expelled from the Armed Forces after the coup d’etat of April 1st, 1964.

Keywords: Brazilian Armed Forces; Sergeants, President João Goulart, nationalism, democracy, constitutional legitimacy.

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

VERSÃO PRELIMINAR DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

APRESENTADO POR

STEFAN FREITAS DOS SANTOS

BATALHA PELA DEMOCRACIA: 1961-1964

OUTRAS VISÕES, OS SARGENTOS E O GOVERNO JOÃO GOULART.

PROFESSOR ORIENTADOR ACADÊMICO MARIA CELINA SOARES D'ARAUJO

VERSÃO PRELIMINAR ACEITA DE ACORDO COM PROJETO APROVADO EM 31 ago. 2009

ASSINATURA DO PROFESSOR ORIENTADOR ACADÊMICO

DATA DA ACEITAÇÃO: Março de 2010

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 FORÇAS ARMADAS: RELAÇÕES ENTRE CIVIS E MILITARES NA POLÍTICA BRASILEIRA	16
1.1 RELAÇÕES ENTRE CIVIS E MILITARES: UMA CONSTRUÇÃO TEÓRICA.....	16
1.2 PARTIDOS MILITARES NO BRASIL.....	18
1.3 ALFRED STEPAN E O <i>MODELO MODERADOR</i> NAS RELAÇÕES ENTRE CIVIS E MILITARES	20
1.4 O EXÉRCITO EM BUSCA DE IDENTIDADE	22
1.5 FORÇAS ARMADAS E POLÍTICA: ETAPAS DE TRANSIÇÃO	25
1.6 A CRIAÇÃO DA ESG E O AMBIENTE POLÍTICO.....	27
1.7 DIVISÕES NO EXÉRCITO: NACIONALISTAS × INTERNACIONALISTAS	29
1.8 O SOLDADO TRABALHADOR	31
2 OS SARGENTOS E A CONJUNTURA NACIONAL (1961–1964)	33
2.1 1961–1964: JOÃO GOULART E A CRISE NO SETOR MILITAR	36
2.2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS: A PARTICIPAÇÃO DOS SARGENTOS.....	40
2.3 OS SARGENTOS E O AMBIENTE POLÍTICO DOS ANOS 1960.....	43
2.4 MOBILIZAÇÃO POLÍTICA E DEMANDAS EXTERNAS E INTERNAS DOS SARGENTOS.....	48
3 SARGENTOS E CIDADANIA: MEMÓRIA EM DISPUTA	52
3.1 O PCB NA VISÃO DOS SARGENTOS.....	54
3.2 A VISÃO POLICIAL DA MOBILIZAÇÃO DOS SARGENTOS	56
3.3 OS SARGENTOS VISTOS PELA IMPRENSA.....	59
3.4 O EPISÓDIO DO IAPC VISTO PELA IMPRENSA.....	64
3.5 O LEVANTE DOS SARGENTOS EM BRASÍLIA VISTO PELA IMPRENSA E PELOS PRAÇAS	69
3.6 A HISTÓRIA DE UM DE SEUS PARTICIPANTES	72
CONCLUSÃO	74
BIBLIOGRAFIA	77
FONTES DOCUMENTAIS	82
APÊNDICES	
A – ENTREVISTA COM O EX-TERCEIRO-SARGENTO DO EXÉRCITO JACQUES D’ORNELLAS.....	84
B – ENTREVISTA COM O EX-CABO DA MARINHA JORGE JOSÉ DA SILVA	106
C – ENTREVISTA COM O EX-SUBTENENTE DO EXÉRCITO JELCY RODRIGUES CORREIA	119
ANEXOS	
A – CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE 1946 (EXCERTO).....	146
B – DECRETO QUE INSTITUI O ESTATUTO DOS MILITARES (EXCERTO).....	147
C – DECRETO-LEI Nº 4.840, DE 1942.....	149
D – DECRETO QUE INSTITUI O REGULAMENTO DISCIPLINAR DO EXÉRCITO	150
E – ÍNTEGRA DO DISCURSO DO CABO ANSELMO EM 25 DE MARÇO DE 1964.	152
F – PROPOSIÇÕES DE AUTORIA DO DEPUTADO ANTÔNIO GARCIA FILHO	155
G – DOSSIER SINDICATOS DOMINADOS PELOS COMUNISTAS	159

INTRODUÇÃO

Ao estudar certos aspectos da história das Forças Armadas do Brasil, o pesquisador pode encontrar dificuldades em função da escassez de fontes, do acesso a documentos, das divergências de opinião existentes, da obtenção de depoimentos, entre outros obstáculos. Quando a pesquisa é feita a partir de entrevistas com pessoas pertencentes a uma dessas instituições, extremamente verticalizadas e hierarquizadas, a obtenção consistente de dados fica ainda mais complicada se os protagonistas pertencerem aos baixos escalões. Neste caso estamos falando dos praças que serviram durante o conturbado contexto da primeira metade da década de 1960.

São os sargentos que, sob o foco principal deste trabalho de dissertação de mestrado, nos ajudarão a clarear um tanto mais os obscuros acontecimentos daquele período. Eventos como a Operação Mosquito, a eleição do sargento Antônio Garcia Filho pelo antigo Estado da Guanabara, o levante em Brasília, as reformas de base, entre outros, são temas que fizeram parte da vida daqueles que viveram os anos de 1961 a 1964, breve período da nossa história recente republicana sob o governo de João Belchior Marques Goulart, o Jango.

Inúmeros episódios políticos tensos marcaram seu governo, dentre eles aquele que pode ser considerado o mais conflitante e que encerrou seu mandato: o Golpe de Estado de 1.º de Abril de 1964. Foi nesse intervalo complicado do tempo e do espaço que esta pesquisa buscou focar alguns de seus agentes fundamentais: os sargentos, especificamente os que ficaram ao lado do então presidente, procurando manter a legalidade democrática.

Talvez a característica mais marcante do governo Goulart tenha sido as reformas de base. Nesse sentido é que falamos da mobilização dos sargentos, ultrapassando os limites da caserna, em torno dessas reformas. Convém destacar que, por si só, a noção de reivindicação numa instituição baseada na *hierarquia e disciplina* produz um paradoxo e implica discutir a própria noção de cidadania e democracia no Brasil.

As reformas chamadas de base abrangiam uma série de medidas tais como: a reforma agrária e seu intuito de eliminar o conflito de acesso à terra; a reforma urbana, para criação de condições aos inquilinos se tornarem proprietários de imóveis alugados; a reforma política, com a concessão do direito de voto aos analfabetos e praças de pré, cabos e soldados engajados das forças armadas, além de uma intervenção maior do Estado na economia nacional, todas com o objetivo de modernizar o capitalismo que regia a economia da época e reduzir as desigualdades sociais e econômicas no Brasil.

Cabe lembrar que os sargentos¹, enquadrados no primado da *hierarquia e disciplina* do Exército Brasileiro, mobilizaram-se em busca de melhorias para sua patente bem como para os demais setores da sociedade. Essa mobilização já cria uma polêmica conceitual por conta da possibilidade de se formar um movimento político em uma instituição fechada e verticalizada como o Exército. Posto isso, será mais fácil entender os conflitos existentes em seu interior, particularmente no que diz respeito à participação dos sargentos na política nacional.

A ideia inicial para realização deste trabalho partiu de um estudo feito por Maria Celina Soares D’Araujo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (D’ARAUJO et al., 1994b). Na época de seu lançamento foi importante para a compreensão do movimento de deposição do presidente Goulart, ao trazer a fala de oficiais que participaram do golpe de 1964 e exerceram papel relevante durante o regime militar (1964–1985). Permitiu, portanto, conhecer a posição e a visão daqueles que estiveram dentro das estruturas de poder naquele período.

Anteriormente, Hélio Silva (1988), historiador, produziu uma publicação (SILVA, H., 1988) que contribuiu para ampliar o conhecimento sobre o “outro lado da moeda”, ou seja, os oficiais cassados e afastados de seus comandos nas três armas — Exército, Marinha e Aeronáutica — após o golpe, mostrando não serem apenas os praças que ficaram do lado do presidente João Goulart.

O trabalho ora apresentado tem por objetivo dar voz não aos oficiais, pois estes, como foi dito, tiveram oportunidade de expor suas versões a respeito do governo Jango: aqui, a proposta foi a de apresentar relatos e opiniões de alguns dos sargentos que participaram ativamente da mobilização política em apoio ao governo João Goulart e que foram cassados e expulsos das forças armadas imediatamente após o golpe de 1.º de abril de 1964.

Deste modo, além de mostrar outra visão do que foi o governo Jango, o conteúdo do trabalho permite que o leitor conheça um grupo de militares não associados ao arbítrio e à tortura, mas sim legalistas e pertencentes a escalões inferiores. Esse aspecto deve ser salientado, pois até os dias atuais, quase cinco décadas após o golpe, especialmente por conta do debate em torno da guerrilha do Araguaia (1972–1974), os militares, sob a perspectiva do senso comum, são associados apenas a um grupo de torturadores, fazendo-se tábua rasa de todos os que não estiveram envolvidos nos acontecimentos que culminaram no golpe. Ao

¹ Na conjuntura pré-1964, a divisão de postos nas Forças Armadas era entre oficiais e praças (ver Capítulo II, artigo 8 do Estatuto dos Militares de 1941).

leitor será permitido, portanto, conhecer outra vertente dos estudos sobre militares buscando diminuir aspectos negativos relativos a estes profissionais.

É importante lembrar que o golpe não foi apenas militar, mas também civil, com forte presença de governadores como Carlos Lacerda (do então Estado da Guanabara) e Magalhães Pinto (Minas Gerais), além de uma lista considerável de civis apoiadores da deposição do presidente João Goulart (DREIFUSS, 1981).

Como suporte teórico ao estudo, buscou-se a elaboração clássica de Thomas Marshall, sociólogo britânico, para o conceito de *cidadania*. Embora sua concepção tenha sido utilizada para análise da sociedade britânica, acreditamos que, para auxiliar o trabalho em questão, o conceito é útil como instrumento analítico de apoio.

O conceito de Marshall consiste na divisão de direitos em três partes: 1. o direito civil, que corresponde ao direito de ir e vir, da liberdade individual, de imprensa, pensamento e fé, direito à propriedade, contratos e acesso à justiça; 2. o direito político, que consiste em participar do exercício do poder como membro ou eleitor, e 3. os direitos sociais, que tratam do indivíduo e sua relação com o acesso ao mínimo de bem estar e da riqueza produzida por toda uma sociedade.

Podemos verificar de início o conflito existente entre este conceito de *cidadania*, com sua idéia de igualdade e de liberdade individual, e o *ethos* militar, que enquadra o indivíduo numa estrutura de *hierarquia*, *disciplina* e privação da liberdade individual. A instituição militar pode ser chamada de uma *instituição total*. O conceito de instituição total foi usado pelo sociólogo canadense Erving Goffman para dar conta de espaços onde indivíduos que se concentram e passam a maior parte de seu tempo juntos, podendo eles corresponder a residências e/ou trabalho, e levam uma vida isolada do restante da sociedade².

Como foi dito, embora a análise de Marshall seja peculiar ao caso inglês, o modelo pode ser aplicado ao estudo em questão, já que transcendeu as fronteiras do espaço britânico e foi utilizado por diversos cientistas políticos, sociólogos, historiadores e economistas, dentre eles o historiador e acadêmico José Murilo de Carvalho para o caso brasileiro.

Transportando esta ideia de deveres e direitos para os praças, Liseane Morosini (1998, p. 138) aponta para um problema que, de certa forma, é identificado ao se estudar a história dos sargentos. Embora o foco principal do trabalho da autora corresponda a um período anterior ao do governo João Goulart, ela assinala que a luta pela “participação negada”, na conjuntura específica da década de 1960, decorreu do fato de que a sociedade brasileira estava

² Acerca de alguns problemas para a aplicação integral deste conceito às Forças Armadas, ver artigo de Celso Castro (2007).

vivendo um processo de ampliação da participação política por meio da mobilização dos trabalhadores. Dessa forma, os praças (subtenentes, sargentos, cabos e soldados) que tiveram contato com o ambiente de então, buscaram lutar por mais direitos. Em sintonia com os movimentos sindicais, estudantis e camponeses da década de 1960, os sargentos já não se consideravam apenas como pertencentes à base das forças armadas, mas também parte das “classes espoliadas, sem direito a voz e voto”. Morosini expõe a pertinência do *slogan* “Sargento também é povo”³ que permeou a campanha do deputado federal Antônio Garcia Filho e demais sargentos candidatos a cargos do Legislativo como Aimoré Zoch Cavalheiro e Edgar Nogueira Borges.

Adiciona-se à proposição de Marshall, a de José Murilo de Carvalho (2005, p. 38). Esse autor sustenta a tese que os soldados, no período da 1.^a República, poderiam ser classificados em três tipos: o cidadão, favorável a uma intervenção política reformista; o profissional, que recusava essa participação, e o soldado-corporação, que pleiteava uma intervenção moderada. Propõe-se aqui a adição de uma quarta categoria, a qual utilizaremos como instrumento de referência para análise da mobilização dos sargentos; a do soldado trabalhador, utilizada pelo antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) como citado por Maria Celina D’Araujo (1996). Esse soldado fazia parte do “exército democrático” em oposição ao “exército de gorilas” e “entreguistas”, estes com vieses mais internacionalistas e favoráveis à entrada do capital estrangeiro.

A presença dos nacionalistas fica bem caracterizada a partir da década de 1950 quando surge a mobilização pela defesa do monopólio da exploração do petróleo e a criação da Petrobras. A autora lembra ainda que a ação do marechal Henrique Duffles Baptista Teixeira Lott no episódio do contragolpe de 11 de novembro de 1955, para garantir a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek, alçou-o a uma condição de “líder” deste “exército democrático”, composto pelo “soldado trabalhador”.

Sobre a questão da cidadania e suas relações que perpassam a historiografia, é interessante notar a seguinte observação:

A despeito do muito que foi dito, particularmente nos anos de 1970, sobre o movimento político militar iniciado em 1964, muito ainda pode e deve ser aprendido daquela experiência. Há quem afirme que o regime militar é coisa do passado. Mas precisamos investigar melhor esse passado para entender encruzilhadas e perspectivas do futuro. Além de pesquisar os militares, ainda bastante desconhecidos, necessitamos, também, compreender melhor a sociedade brasileira. O entendimento das razões que levaram ao golpe e à longa duração do regime militar é uma tarefa

³ Este *slogan* também é o título de um livro de memórias escrito por um ex-sargento da Aeronáutica (MENDES, 2000).

incompleta. A história pode ser revista e reexaminada quando surgem novos dados e novas fontes, quando aparecem novas teorias ou interpretações, ou quando o interesse por um tema é redespertado em função de demandas conjunturais. Este constante rever não é só atividade intelectual: é exercício da cidadania” (D’ARAUJO et al., 1994b, p. 7-8).

Nesse sentido, torna-se imprescindível procurar outra visão, a dos chamados praças das forças armadas, que apesar das pertinentes formulações e tentativas de explicar a relação entre militares a partir da hierarquia e seus pressupostos disciplinares, propõe outro caminho, o da sociabilidade de seus componentes com esferas que ultrapassam os limites da caserna.

A delimitação do período analisado pela pesquisa vai de 1961, ano em que Jânio da Silva Quadros renuncia à presidência da República, até 1964, ocasião em que é dado um golpe civil e militar que depôs Jango, substituto no cargo de presidente.

A pesquisa foi feita a partir de fontes diversas como depoimentos orais, prioritários nesta pesquisa, periódicos, documentos de arquivos públicos e particulares, além de meios eletrônicos. A relação das fontes utilizadas está descrita ao final deste trabalho juntamente com a bibliografia. Há também as seções de apêndices e anexos, onde é possível encontrar as transcrições integrais dos depoimentos orais, bem como regulamentos, proposições legislativas do deputado Antônio Garcia Filho, PTB-GB, documentos políticos e outros.

Em relação aos depoimentos dos que foram os personagens centrais deste trabalho, os praças, cabe destacar que foram dados por três ex-militares cassados em 1964, dois deles pertencentes ao Exército e um à Marinha. Posteriormente, os mesmos militares, que tiveram atuação expressiva naquela época pré-1964, estiveram juntos na primeira guerrilha contra o governo militar no ano de 1967, conhecida como a *Guerrilha do Caparaó* ocorrida na região do Parque Nacional do Caparaó, estado das Minas Gerais.

Sobre o uso do relato oral como metodologia de trabalho de pesquisa histórica, é importante salientar o seu desenvolvimento fora da comunidade dos historiadores (FERREIRA, 1994, p. 4). A história como ciência, em seu início, representava o estudo e a análise sobre personagens que não mais estavam vivos, de uma época anterior ao momento da pesquisa.

Debruçar-se sobre a história recente seria uma atribuição não do historiador, e sim do cientista social, daí que a maioria dos estudos do Brasil no período pós-1930, por exemplo, tenham sido produzidos em grande medida por sociólogos, cientistas políticos e economistas, e não por historiadores profissionais.

Os historiadores foram muito influenciados pela Escola dos Annales com sua análise das estruturas sociais e econômicas, e a crença na objetividade e veracidade das fontes

escritas, o documento. O depoimento oral seria passível de mudanças de sentido, logo não seria uma fonte de pesquisa confiável para alguns autores.

Porém, mais recentemente, houve uma mudança desse paradigma; no Brasil, algumas das instituições certamente responsáveis por isso são o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil — CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas — e o Centro de Memória Social Brasileira da Cândido Mendes. Nestas instituições, em particular no CPDOC, o depoimento pessoal de personagens históricos passou a ser considerado uma importante fonte de informação para a análise de cientistas sociais, e posteriormente de historiadores.

Criou-se um campo da chamada história recente possibilitando preencher possíveis lacunas deixadas pela história baseada apenas na visão tradicional de pesquisa de fontes impressas, escritas — o documento tradicional. É nesse sentido que se apoia o presente trabalho com a utilização da fonte oral como documento.

A discussão entre história, com seu status científico de produção do conhecimento sobre o passado, e a memória permite aos estudiosos que optaram por relacionar as duas, consigam romper com uma visão determinista e tradicionalista do passado.

Quando se trata de militares e política no Brasil, uma boa referência de estudo e pesquisa é encontrada novamente no CPDOC, com seu extenso acervo de entrevistas. Poderíamos citar neste campo Maria Celina D’Araujo. A autora nos lembra: “Dependendo do objetivo que se queira enfatizar ou das fontes que se queira privilegiar, um determinado acontecimento social pode ser examinado de vários ângulos” (D’ARAÚJO, 1994, p. 147).

No trabalho em questão, a fala dos praças sobre sua participação política é fundamental para entender a mobilização numa instituição hierarquizada e verticalizada, em um contexto bastante específico da história recente do Brasil, o período do governo João Goulart (1961–1964).

Dessa forma, é possível ampliar a análise sobre os praças para além da mera condenação daqueles que os consideravam subversivos e indisciplinados. A importância deste documento, modificado ou não, para o historiador ou cientista social, é de que a história oral seja fundamental para a “confecção de uma fonte histórica” (D’ARAÚJO, 1994, p. 150). Um exemplo de estudo utilizando esta metodologia de trabalho é a dissertação de Andrea Paula dos Santos (1998) pela Universidade de São Paulo. Andrea Paula trabalhou com depoimentos de oficiais cassados em 1964.

Por fim, mostrar a opinião daqueles que foram expulsos das forças armadas, em particular os praças, contribui para desmistificar a imagem do militar que não dialoga com o

mundo civil e apenas cumpre ordens sem questioná-las, tornando-se, em casos específicos, violadores dos Direitos Humanos. Estudar e compreender a história política recente do Brasil e suas relações entre civis e militares ajuda quanto ao entendimento dos diversos projetos e identidades envolvidas no campo analítico das ciências sociais que estuda as especificidades dos oficiais e praças do Exército, Marinha e Aeronáutica.

1 FORÇAS ARMADAS: RELAÇÕES ENTRE CIVIS E MILITARES NA POLÍTICA BRASILEIRA

Embora o trabalho em questão aborde a participação de militares na política brasileira, ou sua inserção no mundo civil, sem dúvida é importante que, para isso, tenhamos como arcabouço uma discussão teórica sobre a relação entre militares e civis e suas implicações no cenário político. Muitos são os analistas que estudaram — e continuam estudando — essas relações, em grande parte pertencentes às ciências sociais e seus ramos da ciência política e sociologia. Alfred Stepan (1975) é citado como especialista neste tipo de análise em particular do caso brasileiro, porém existem outros autores importantes para essa discussão teórica. A proposta deste capítulo é, antes de mais nada, fazer uma breve apresentação desses autores e explicitar o modo pelo qual suas análises dão conta dessas relações entre civis e militares na política, seja de uma maneira ampla ou no caso particular da conjuntura estudada.

1.1 RELAÇÕES ENTRE CIVIS E MILITARES: UMA CONSTRUÇÃO TEÓRICA

Samuel P. Huntington, acadêmico estudioso da relação entre civis e militares, escreveu duas importantes obras (1975 e 1996) sobre o tema e delas podem-se extrair algumas informações para entender parte do caso brasileiro e da intervenção das forças armadas na política.

Huntington define a profissão militar a partir da análise específica do corpo de oficiais das forças armadas dos Estados Unidos da América (EUA), comparando-o com outras atividades do meio civil, no que difere destas: a *administração da violência*. Para que essa administração seja bem feita, o militar deve ser um especialista.

A partir da complexidade das atividades militares, o autor mostra as diferenças que surgem na formação desse oficial — por exemplo, aquele que apenas é capaz de comandar um grupo de combate de infantaria e outro que seja responsável pela condução de operações aeroterrestres ou de uma força tarefa capitaneada por um porta-aviões. Há diferenças no grau de complexidade destas atividades. O oficial passa por um processo contínuo de desenvolvimento para o qual é necessária uma grande base de cultura geral.

Segundo Huntington, apesar das especificidades existentes em cada uma das forças armadas ao redor do mundo, elas possuem características comuns como a existência de

regulamentos, costumes e tradições. Além disso, a profissão militar é uma atividade pública burocratizada.

A diferenciação que o autor faz entre praças e oficiais é, pois, relevante e pode auxiliar na compreensão do problema da mobilização política de um destes segmentos:

Os conscritos subordinam-se à oficialidade como uma parte da burocracia organizacional, mas não da burocracia profissional. Eles não detêm nem as qualificações intelectuais nem a responsabilidade profissional do oficial. São especialistas na aplicação da violência, não da administração da violência. A vocação deles é um ofício, não uma profissão. Essa diferença fundamental entre oficiais e praças reflete-se na linha nítida que universalmente se traça entre os dois em todas as forças armadas do mundo [...]. Os conscritos não constituem uma hierarquia profissional (HUNTINGTON, 1996, p. 25-36).

Segundo o autor, é possível observar a existência de um sentido da profissionalização entre os oficiais, maior do que entre os praças. Porém, no caso brasileiro, talvez a Escola de Sargentos das Armas (ESA) indique um caminho diferente para esta proposição, pois há uma profissionalização de uma parcela dos praças, no caso os sargentos, principalmente após o término da 2.^a Guerra Mundial.

Passando para o campo da atuação política, o autor também propõe a utilização do termo *pretorianismo* para dar conta dos casos de intervenção de militares na política. Note-se que Huntington alerta para o fato de que qualquer uma das forças armadas no mundo procura ter uma maior ou menor intervenção na política, segundo a diferença em relação aos objetivos que movem essas interferências e o grau de influência que alcançam.

Quanto aos países em desenvolvimento, sua análise mostra que as forças armadas e instituições sociais acabam por assumir maior importância política, pois suas estruturas políticas carecem de autonomia e de consolidação. Logo, estas sociedades possuem

um exército político, [...] um clero político, universidades políticas, burocracias políticas, sindicatos políticos e corporações políticas.[...] Todos esses grupos especializados tendem a se envolver na política lidando com problemas políticos de ordem geral: não apenas assuntos que lhe dizem respeito diretamente mas também aqueles que afetam a sociedade em geral. [...] O pretorianismo, num sentido limitado, se refere à intervenção dos militares na política (HUNTINGTON, 1975, p. 204-10).

Essa politização das forças sociais mostra que uma sociedade pretoriana reflete uma ausência ou fragilidade de instituições políticas efetivas da sociedade. A ausência dessas instituições políticas mostra o grau de fragmentação do poder e, assim sendo, manifesta-se de várias maneiras. A existência de uma autoridade sobre o sistema político é, na verdade, transitória, pois com a deficiência das instituições políticas, a autoridade e os cargos de

comando no Poder Executivo, por exemplo, são adquiridos com facilidade mas também são perdidos da mesma maneira. Não há nenhum incentivo para que um líder ou um grupo político faça concessões para manutenção da autoridade (HUNTINGTON, 1975). Daí é possível entender, segundo o autor, a mobilização política dos militares na conjuntura conturbada de 1961 a 1964.

Segundo Huntington, citando Morris Janowitz, lembra as contribuições deste autor para a teoria sociológica. Janowitz, em o *O Soldado Profissional: Um perfil sócio-político* assinalava que as características particulares de uma organização militar, nos países em desenvolvimento, era a de promoverem intervenções militares motivadas pelo sentimento de serviço público, buscando, dessa maneira, preservar a ordem social.

1.2 PARTIDOS MILITARES NO BRASIL

A expressão *partidos militares* é de autoria de Alain Rouquié, outro analista da relação entre os militares e a política no Brasil. Segundo ele, os estudos que abordam o papel político dos militares, em geral, buscam as causas ou o sentido destas intervenções e/ou as realizações específicas ou diferenciais de governos não civis com grau de variação (ROUQUIÉ, 1980). Para o autor estas premissas não levam em conta, no caso brasileiro, de que o Exército sempre desempenhou um papel importante na vida política do país desde a proclamação da República em 1889. Segundo ele, a questão do exercício do poder no pós-1964 deriva de uma situação excepcional não observada desde a derrubada do Império em 1889.

Mais adiante em sua análise, cita o caso do Exército representando o papel de poder moderador dentro desse sistema político (ROUQUIÉ, 1980), referindo-se aí ao estudo de Stepan sobre militares na política brasileira (STEPAN, 1975). Esta terminologia é análoga ao papel que o imperador exercia na organização política do Império Brasileiro (1822–1889). Assim, Rouquié pontua vários momentos da história política brasileira em que o Exército esteve presente como mediador de conflitos:

[o Exército brasileiro] tem estado presente em todas as reviravoltas da história nacional e apresentado peso determinante nos períodos de crise. Foi o velho Exército de Deodoro da Fonseca e de Floriano Peixoto que instaurou a República em 1889, antes de entregar a direção da coisa pública aos civis. E foi ele também que deu fim à República Oligárquica, em 1930. Foi ele igualmente que permitiu em 1937 a instauração, pela força da ditadura centralizadora, do Estado Novo de Getúlio Vargas. E o Exército, que sustentou essa experiência autoritária, chegou o momento, em 1945, depôs Vargas e estabeleceu um sistema democrático. Vigilantes, mas

aparentemente inconseqüentes, os fiadores ‘da ordem e do progresso’ se opuseram em 1945 e 1961 às autoridades legitimamente eleitas, mas em 1955 voaram em socorro da Constituição. Enfim, em 1964 os militares abandonaram seu papel “moderador” tradicional para assumir a direção do sistema político (ROUQUIÉ et al, 1980, p. 11).

Por esta linha de interpretação, pode-se compreender melhor a mobilização política ocorrida nos escalões inferiores das forças armadas naquele período de 1961 a 1964. A expressão *partido militar* adotada por Rouquié pode, por vezes, ser provocadora quanto à sua aplicabilidade analítica, entretanto o autor deixa bem claro que não deseja suprimir as especificidades dessas instituições. Essa metáfora tem apenas a função de mostrar como esses atores podem representar uma força política desempenhando papel semelhante ao dos partidos, porém com outra lógica no que se refere a processos de tomada de decisão, deliberação, de união e articulação com outras forças sociais. Tanto os sargentos quanto os oficiais poderiam ser incluídos neste esquema analítico por conta dos exemplos apresentados e que serão revistos adiante. Interessante observar a própria explanação do autor sobre o conceito de *partidos militares*:

Essa idéia de partido militar possui igualmente a vantagem de pôr em discussão o lugar-comum das Forças Armadas como um ator unido, senão monolítico — noção inspirada pela esquematização simplista dos traços organizacionais que caracterizam as instituições militares [como a disciplina, hierarquia e verticalidade]. De maneira bastante flexível, o conceito de partido militar enfatiza as situações em que exército e política se relacionam e as instâncias institucionais de inserção da política no aparelho militar e vice-versa. Concretamente: os partidos militares podem ser verdadeiros partidos fundados por militares para agirem na sociedade civil ou a cristalização de tendências que lutam pelo poder no âmbito da instituição militar e em estruturas políticas próprias do exército, e inclusive na organização militar como um todo, quando certos chefes se esforçam por transformá-la em organização política unificada (ROUQUIÉ et al., 1980, p. 13).

Quando o general Pedro Aurélio de Góes Monteiro, após a Revolução de 1930, por meio da criação do *Clube de 3 de Outubro*, propõe tirar as discussões políticas da caserna e levá-las para um ambiente em que as especificidades da carreira militar não estariam presentes. O general tinha uma ideia de que o Exército deveria ser profissional. Entretanto, esses espaços, entre eles o Clube Militar, contribuíram ainda mais para consolidar um local de confronto de tendências no momento em que suas diretorias começaram a ser eleitas e não escolhidas pela hierarquia. No sistema político brasileiro vigente entre 1930 e 1964, as eleições no Clube Militar eram quase tão importantes para a manutenção dos governos quanto as próprias eleições nacionais (ROUQUIÉ, 1980, p. 14). Mesmo que essa imagem possa ser deformada, a ideia é de que as forças armadas, em particular o Exército Brasileiro, são um espelho das tensões sociais e dos conflitos civis daquele período (ROUQUIÉ, 1980, p. 20).

Aqui encontramos indícios analíticos para dar conta da politização dos praças naquela ocasião e que serão apresentados e examinados no capítulo seguinte.

1.3 ALFRED STEPAN E O *MODELO MODERADOR* NAS RELAÇÕES ENTRE CIVIS E MILITARES

Como um dos principais analistas das relações entre civis e militares no período de 1946 a 1964, também conhecido como o da política democrática (SKIDMORE, 1976, p. 17), Stepan é o autor que buscou um modelo moderador de interpretação para entender o papel das forças armadas nessas relações. Na conjuntura 1961–1964, o autor aponta para alguns fatores que podem ter contribuído para o esfacelamento dessas relações, culminando com o golpe em 1964 (STEPAN, 1975).

Inicialmente, um breve panorama da mudança do cenário internacional e suas consequências no Brasil, lembrando ser este o contexto da Guerra Fria. O advento da Revolução Cubana em 1959 e o início da intervenção estadunidense no Vietnã em 1961 fizeram com que os EUA mudassem a sua lógica de auxílio militar para a América Latina, tanto na doutrina como no armamento. Seu objetivo maior passou da segurança do hemisfério para a segurança interna. Mais adiante veremos o impacto dessa mudança nas diretrizes militares brasileiras. Logo, em episódios pontuais da história política brasileira, como o contragolpe de 1955 e a cadeia da legalidade em 1961, tais diretrizes sofrerão uma mudança de perspectiva quanto ao papel da intervenção militar na conjuntura de então.

Stepan ressalta que essa mudança de diretriz é fundamental para a compreensão daquela conjuntura:

É muito importante, pois, estudar alguns dos fatores internos que atuaram no deslocamento do centro de gravidade ideológica no meio militar brasileiro e entre muitos grupos de civis. Por que uma opinião minoritária, de repente, foi aceita pela maioria? Por que a guerra interna chegou a parecer tão importante para inúmeros brasileiros, militares e civis, no início de 1964? Só podemos responder a estas questões dentro do contexto mais amplo de uma série de mudanças que estavam ocorrendo no Brasil, no final da década de 1950 e começo da década de 1960, mudanças cuja tendência foi reforçar a oposição ao tradicional sistema parlamentar e mesmo à estrutura democrática da política. Esta crescente oposição era encontrada tanto entre os militares quanto entre grupos civis. [...] Grandes receios de motins na tropa criaram uma coalizão temporária entre militares que, no entanto, estavam profundamente divididos no tocante a outras questões. (STEPAN, 1975, p. 99).

A figura do motim evoca a mobilização política dos sargentos, pois além do ambiente de crise política e econômica do período, houve a ascensão de grupos que eram marginalizados e pouca expressão possuíam na arena política no período de 1961 e 1964. Neste sentido, houve consequências profundas no que se refere à questão do papel moderador das forças armadas. Acabaram por ocorrer divisões internas nas instituições militares entre oficiais e entre praças (STEPAN, 1975, p. 114).

A crise econômica, as novas formas de conseguir a adesão e participação de militares na política, a mobilização dos praças, o desenvolvimento de novas ideologias e, mais uma vez, o êxito da Revolução Cubana contribuíram para que a instituição militar se tornasse mais insegura e autoritária (STEPAN, 1975).

Sobre este último aspecto e temendo a própria dissolução do Exército como instituição, Stepan mostra o quanto alguns oficiais temiam a mobilização política daquele período.

[...] tentativas de politizar os militares transformaram-se, a longo prazo, em destruição dos antigos padrões das relações entre civis e militares, e isso porque os militares sentiram, no processo, pela primeira vez, uma ameaça à sua própria integridade institucional. Especialmente significativo foi o surgimento do receio de que a política tivesse atingido um estágio tal de radicalização e de que os partidos e grupos políticos estivessem tão fragmentados que nenhum grupo dentro do governo teria competência para governar o país. A retórica de mobilização e radicalização, que surgiu com o advento da revolução cubana, era temida por muitos oficiais brasileiros como o prelúdio da destruição do exército regular (poderiam se tornar milícias populares ao exemplo de Cuba). A crescente politização das praças, especialmente dos sargentos, intensificou esta apreensão entre a oficialidade e era vista como uma ameaça a disciplina militar (STEPAN, 1975, p. 115).

É nessa perspectiva que Stepan passa analisar os modelos propostos para dar conta das relações entre civis e militares. Um ponto importante desta relação é a tensão existente à medida que há um comportamento dúbio quanto ao apoio necessário desejado pelos governantes civis. Os civis precisam manter as forças armadas como instrumentos de manutenção da ordem política e interna; por outro lado, é preciso garantir que as forças armadas não usurpem o poder. O autor mostra esta dicotomia sendo resolvida de várias maneiras em diferentes países, analiticamente, segundo quatro modelos distintos ou tipos ideais do relacionamento civil-militar (STEPAN, 1975, p. 46).

Os modelos analíticos para todos os casos de relações entre civis e militares consistem nos: *aristocrático*, *comunista*, *liberal* e *profissional*, em diversos países e com suas próprias características — outros modelos não interessam ser apresentados para a análise ora em questão. Dada a não aplicabilidade teórica, segundo o autor, destes modelos para dar conta do

caso brasileiro, Stepan propõe o *modelo moderador*. Neste modelo, as instituições existentes na sociedade — a igreja, os estudantes, o trabalho e os militares — são altamente politizadas, enquanto que as instituições políticas são fracas. Todos os grupos, segundo Stepan, tentam cooptar os militares para ganhar força política (STEPAN, 1975, p. 50).

Dentre as características propostas por Stepan, para dar conta desse *modelo moderador* na relação entre civis e militares, destacamos as seguintes:

- 1) Todos os principais protagonistas políticos procuram cooptar os militares. A norma é um militar politizado.
- 2) Os militares são politicamente heterogêneos, mas também procuram manter um grau de unidade institucional.
- 3) Os políticos importantes garantem legitimidade aos militares, sob certas circunstâncias, para agirem como moderadores do processo político, controlando ou depondo o executivo, ou até mesmo evitando a ruptura do próprio sistema, especialmente quando isto envolve uma mobilização maciça de novos grupos anteriormente excluídos da participação no processo político.
- 4) A aprovação dada pelas elites civis aos militares politicamente heterogêneos para depor o executivo facilita bastante a formação de uma coalizão golpista vencedora. [...] (STEPAN, 1975, p. 50-51).

Nota-se que a quebra dos pressupostos acima explicam, para o autor, a ruptura do *modelo moderador* em 1964. Observa – se ainda, no seu 1.º item o militar politizado. Ele poderia ser representado pelo sargento, desde que fossem observadas as noções de *hierarquia e disciplina*.

1.4 O EXÉRCITO EM BUSCA DE IDENTIDADE

Outro estudioso do tema, Edmundo Campos Coelho, ao tratar da questão da participação do Exército na política durante as décadas de 1950-1960, acaba definindo a relação civil-militar a partir da *política laudatória*.

Ao definir períodos para o estudo da instituição militar, encontramos um anterior a 1930, que o autor classifica como a *fase de ativação* do Exército. Esta fase vai da questão militar no império (1822–1889) até a revolução de 1930. É o momento em que o Exército adquire maior consciência de sua existência como entidade distinta da sociedade. Porém, não ficou estabelecido qual é o papel do Exército na sociedade brasileira enquanto entidade social. Isso pressupõe um grau de autonomia em relação aos demais grupos sociais.

É necessário que surja uma liderança institucional. O corte temporal proposto vai de 1930 até 1976 (COELHO, 2000), no qual foram aperfeiçoados mecanismos que permitem

diferenciar o exército de antes de 1930. Tornou-se uma unidade ativa principalmente após o advento do Estado Novo em 1937, por meio da doutrina Góes, assim denominada a partir do general Góes Monteiro. O general foi elevado ao cargo de chefe militar do Movimento de 1930 e posteriormente Ministro da Guerra e comandante do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA). É a fase *institucional*, na qual deixa de ser mera organização para ser instituição. No período anterior a 1930, existia um equilíbrio entre elite política civil e o Exército, o que permitiu, por exemplo, o fenômeno do tenentismo.

O autor denomina como *política laudatória/fase institucional* todo o período pós-1930. É o momento em que a elite civil se ajusta a ela. Foi estabelecida a fórmula do poder moderador, seguindo a proposta analítica de Stepan (1975), concomitante a *política laudatória* que, segundo ele, é baseada no oportunismo, manifestada no cálculo dos custos e ganhos, de uma adesão prematura ou adesão tardia por parte das elites civis junto aos militares. Na verdade, o exército seria um instrumento de manipulação dos civis para atingir seus meios (COELHO, 2000, p. 135).

Existiam as correntes de opiniões militares prevalecentes dentro do exército em momentos críticos. No entanto, os discursos inflamados devem ser removidos quando se quer evitar qualquer tipo de insatisfação com uma das facções internas existentes. Para muitos oficiais, a mobilização política dos sargentos gerou essa insatisfação.

As ações da política laudatória coincidem com períodos de sucessão presidencial ou de crise política eminente e os grupos políticos utilizaram os militares como instrumentos para os seus propósitos. Para o autor, esse tipo de ação permite prestígio a certos oficiais, mas em longo prazo, apresenta ambiguidades (COELHO, 2000, p. 141).

Há uma “dualidade” nesta relação que seria, para o autor, a coerção e voto, em particular a partir de 1945, devido ao intenso processo de politização das massas urbanas. No caso da eleição, há o aval para que o presidente assumira, porém sem garantias de estabilidade ou de continuidade do governo.

A análise estabelece também uma relação entre gastos militares e os períodos de crise institucional, como exemplos o suicídio do presidente Getúlio Dorneles Vargas em 1954, e os baixos gastos em relação aos demais anos do governo. Na época da renúncia de Jânio em 1961, os gastos militares atingiram o nível mais baixo entre 1950–1961, e na deposição de João Goulart, o menor gasto no período de 1950–1964. Em 1957, Juscelino Kubitschek de Oliveira (o “JK”) apaziguou os ânimos comprando, por exemplo, jatos para a Força Aérea Brasileira (FAB) e um porta-aviões para a Marinha de Guerra, além de anistiar revoltosos da Aeronáutica em Aragarças, 1956 e Jacareacanga em 1959 (COELHO, 2000, p. 143).

Outra questão importante era o problema dos vencimentos acentuados nos anos de 1954, 1961 e 1963. Porém não é suficiente indicar que o problema do orçamento militar é a explicação final para as crises político-militares. Cabe lembrar que o governo JK esteve preocupado em se afastar dos movimentos chamados populistas e mesmo assim sofreu duas tentativas de rebeliões militares expressivas, já assinaladas, bem como a tentativa de evitar a sua posse no cargo de presidente da República em 1955.

Há outro ator neste jogo político com as forças armadas: as lideranças populares que se utilizam da semântica do nacionalismo radical, das reformas de base e da revolução como elementos, para o autor, do acirramento dos ânimos nas fileiras militares. Coelho lembra os exemplos de Vargas e Goulart que se alienaram do suporte militar para governar, indo direto as massas. Estariam apoiados pelos dispositivos militares nacionalistas, os *generais do povo*, desconhecendo a dinâmica interna das forças armadas e adotando a mesma semântica radical ao procurarem estabelecer suas bases no próprio Exército, de preferência entre os praças e oficiais subalternos desprezando as noções de *hierarquia e disciplina*.

Outro exemplo típico focado em seu estudo foi o de Jango que passou a falsa impressão de dispor, a seu favor, do apoio de um *exército popular* às reformas de base. O autor aponta essa tática como sendo perigosa, pois leva a reunir oficiais descontentes e temerosos com o desvio de funções do exército, além da quebra da *hierarquia e disciplina* como foram os episódios envolvendo praças das forças armadas — tais como o levante de Brasília em 1963, a mobilização política dos sargentos e a rebelião dos marinheiros em março de 1964⁴.

O grande temor, porém, é o da transferência do suporte militar para as organizações sindicais e sua inutilidade enquanto instrumento de política interna. Para Coelho as forças armadas não podem dividir com nenhuma organização a segurança do governo e das instituições democráticas. Entretanto, a intervenção é vista com precaução, pois ela pode macular a imagem dos militares junto à sociedade e a população. Exemplo concreto desta situação é o baixo recrutamento de civis qualificados para seguirem a carreira de oficial. Isto se tornou um problema após 1964 (STEPAN, 1975, p. 187).

Coelho lembra que os militares consideram a atividade militar como um sacerdócio. Mostram-se contrários ao individualismo da sociedade liberal, pois esta sociedade deveria ser vista com reservas. São profissionais que solicitam o reconhecimento dos títulos militares, surgindo daí o neologismo *caxiismo* (COELHO, 2000, p. 148).

⁴ Ver em Anexos, o discurso na íntegra de Anselmo, presidente da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB).

Na mentalidade popular, o *caxiismo* é sinônimo da falta de criatividade intelectual, de dedicação exagerada ao trabalho mal remunerado, de intolerância, de apego às regras, ao bom senso, ao convencionalismo e ao ascetismo. Essa ideia é combatida, e com razão, pelos militares sempre lembrando e argumentando da necessidade de se fazerem presentes os cursos superiores em sua formação. Como exemplo, a exigência de não menos de sete anos de estudo para se chegar ao posto de general.

Aqui poderíamos destacar as peculiaridades da profissão militar, tais quais o nível de especificidade e estudo a ser adquirido pelo militar para desenvolver suas tarefas (HUNTINGTON, 1996, p. 26). A sociedade civil estabelece a comparação com outras atividades como aquelas advindas do processo de industrialização: os operários urbanos e o técnico intelectual-empresarial, ditos produtivos particularmente durante o período JK (1956–1960). Em contraposição, os militares são considerados improdutivos.

Argumentos a favor dos militares existem, tais como os de que ajudam na construção de ferrovias e rodovias, na alfabetização e assistência a populações afastadas dos grandes centros urbanos, no estabelecimento de colônias agrícolas em áreas fronteiriças. Com ressentimentos os militares mostram que os civis nem consideram o papel histórico de unificação territorial, da pacificação durante o império (1822–1889), na Guerra do Paraguai, da Proclamação da República e por fim a participação na 2.^a Guerra Mundial.

Como alternativa ideológica aos modelos estruturais de sociedade, o *nacionalismo* parece ser a fórmula que se encaixa como uma luva para evitar a dicotomia militar *versus* civil, segundo Coelho. O nacionalismo militante se tornou atraente para os militares como solução ao problema da alienação e da identidade. O militar volta-se então para entidades abstratas como “nação”.

1.5 FORÇAS ARMADAS E POLÍTICA: ETAPAS DE TRANSIÇÃO

Investigando as causas e as circunstâncias da intervenção militar na política ocorrida em 1964, há um artigo (DREIFUSS; DULCI, 1983) escrito ao final do regime militar por dois estudiosos do tema: René Dreifuss e Otávio Dulci. Estes especialistas propõem uma divisão em três fases distintas para entender a atuação das forças armadas na política nacional, a saber: antes de 1964, de 1964 a 1979 e após 1979. O período que interessa para este trabalho é o primeiro, com início anterior a 1964.

Os autores destacam a existência de duas dimensões de mudanças: a reformulação político-ideológica e a reformulação institucional-organizacional das forças armadas. Foi no período 1945–1964 que começa a se esboçar uma legitimidade da intervenção militar junto ao processo político, corroborado pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN), formulada pela Escola Superior de Guerra (ESG) — detalhes sobre a DSN e a ESG serão vistos adiante. As forças armadas seriam o poder moderador sancionado pelo texto constitucional de 1946, no qual os militares poderiam intervir no processo político em caso de crise para restaurar a lei e a ordem.

O segundo ponto abordado nesse artigo foi à necessidade dos militares desenvolverem um conteúdo programático a partir da DSN, compreendendo, em grande parte, o estabelecimento e o desenvolvimento de um planejamento estratégico. De acordo com esse ponto de vista, destaca-se o seu viés antipolítico, ou seja, antagônico ao que de fato caracteriza a política: os interesses particulares em conflito deveriam ser conciliados no âmbito do próprio Estado. Entre os militares, o que prevalecia era a ideia organicista, isto é, dar unidade orgânica ao sistema evitando a sua desagregação. A concepção de partidos políticos iria contra a unidade social. Aqui podemos encontrar a noção de funcionalismo proposta por Durkheim sobre um corpo social funcionando perfeitamente, uma analogia entre sociedade e corpo humano (DURKHEIM, 1978).

Com base nesses pressupostos, os atores políticos oriundos da ESG, os *esguianos*, lutavam por um Estado forte, centralizador e com o reforço da autoridade pública: o controle da vida social com a sobreposição do econômico sobre o político. Isso correspondia, de certa maneira, à retomada dos ideais positivistas de *ordem e progresso* expressos na bandeira do Brasil.

Os militares esguianos, ao constatarem a divisão ideológica existente na sociedade civil e nas forças armadas, partem da ofensiva para um incremento da homogeneidade ideológica entre setores de uma parte da sociedade.

Os autores identificaram ainda outra discussão própria do período que diz respeito à eficiência da corporação militar enquanto organização profissional. Um dos argumentos dos militares era o critério de promoções sujeita à política civil. Oficiais eram prestigiados ou punidos segundo critérios político-ideológicos à revelia da instituição. Exemplos citados são os do governo João Goulart e da gestão de Lott enquanto Ministro da Guerra no governo JK. O limite de idade, bem como a presença de militares exercendo cargos civis na ativa, eram temas discutidos, diminuindo a autonomia da instituição.

Ademais, uma preocupação constante e de grande ordem entre os militares era a das divisões internas existentes nas forças armadas, afetando sobremaneira a coesão da instituição. Novamente, aparece o papel da politização interna, como o caso da articulação de grupos específicos: os sargentos na década de 1960 e os coronéis na década de 1950. Para os autores, casos como esses contribuíram para a quebra da estrutura hierárquica, fazendo com que as forças armadas se envolvessem em conflitos sociais. A mobilização dos sargentos desde 1961, com a crise gerada pela renúncia do presidente Jânio Quadros e o estabelecimento da cadeia da legalidade (BANDEIRA, 1978, p.22), representava uma ameaça à *segurança interna* segundo militares de alta patente, em particular os da ESG.

Para os autores, seriam esses alguns dos elementos norteadores do pensamento e ação das forças armadas no período pré-1964, e que, consumado o golpe, moveram os militares a adotar uma nova postura para contornar ou solucionar crises, inclusive a da participação na política.

1.6 A CRIAÇÃO DA ESG E O AMBIENTE POLÍTICO

Destacariamos finalmente o trabalho de Eliezer Rizzo de Oliveira abordando a divisão ideológica e política das forças armadas durante a Guerra Fria. Nessa época de polarização ideológica, em 1948, foi criada a Escola Superior de Guerra, formuladora e propagadora da Doutrina de Segurança Nacional. O pano de fundo para sua criação foi a Força Expedicionária Brasileira (FEB), que participou da 2.^a Guerra Mundial junto aos aliados, incorporada ao V Exército dos EUA. Além desse episódio, houve a campanha “O Petróleo é Nosso”, cuja principal influência dentre as três forças, foi o Exército (OLIVEIRA, 1976).

A ESG estimulou o debate sobre segurança nacional e o desenvolvimento econômico autônomo e auto-sustentado. Foi nessa época que o Clube Militar, entidade que agrega militares da ativa e da reserva, tornou-se um importante espaço de debates, dentre eles o memorável ocorrido entre os generais Juarez do Nascimento Fernandes Távora e Júlio Caetano Horta Barbosa no ano de 1947 (SODRÉ, 1965, p. 301-302).

A ESG, portanto, representou a garantia da presença política de um grupo coeso de militares de alta patente e especialista no estudo da segurança nacional durante a Guerra Fria. Após o conflito da Coreia (1950–1953) e, como já foi assinalado, depois da Revolução Cubana em 1959, o foco de análise é direcionado à luta contra o inimigo interno

revolucionário, promovendo sua difusão ideológica entre as elites civis e militares, o que levou à internalização da DSN, já que o inimigo passava a ser interno.

No momento em que a ESG foi criada, Oliveira assinala a divisão ideológica que se acentuou dentro das forças armadas, ocasião em que pequenos grupos ligados à escola produziram documentos com pensamento oposto ao da ala nacionalista, cujos detalhes veremos mais adiante. A ESG teve influência e assessoria do National War College dos EUA: uma equipe desse país deu suporte permanente durante o período de 1948 a 1960 (OLIVEIRA, 1976, p. 121).

Promovia cursos abertos aos civis oriundos de ministérios, autarquias etc. ao contrário de seu congênere dos EUA. A ESG era subordinada ao Estado-Maior das Forças Armadas e foi criada durante o governo do presidente Eurico Gaspar Dutra pelo decreto n.º 25.075 de 22 de outubro de 1948. Havia um requisito para participar, que era o de possuir o 3.º grau, limitando a participação de sindicatos.

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN), arcabouço teórico-ideológico da ESG, surge para suprir a deficiência, segundo os oficiais esguianos, das elites políticas que seriam despreparadas para conduzir o processo de desenvolvimento econômico do Brasil sem um planejamento de segurança nacional. Mencionam também as características culturais do Brasil tornando o país vulnerável ao comunismo e à infiltração comunista internacional. Os cursos formaram um grande número de civis.

Primeiramente, a ESG é uma escola com objetivos técnicos e político-ideológicos em articulação com as elites civis. Segundo que, através da DSN, a ESG assume a frente das críticas ao modelo de condução das instituições brasileiras, difundindo nas forças armadas a ideia de intervenção no quadro político institucional a partir da década de 1950, tais como o manifesto dos coroneis de 1954 e as crises de 1955 e 1961.

A DSN foi concebida no momento em que ocorre a polarização do mundo entre EUA e URSS. Alinhada às ideologias dos EUA, preparou-se política, econômica e ideologicamente no e para o embate entre democracia ocidental e o mundo comunista.

Seus principais pensadores foram Golbery do Couto e Silva — para o seu formato final —, Osvaldo Cordeiro de Farias, Juarez Távora e Humberto Castelo Branco. Sua formulação reside na ideia do conflito ideológico permanente decorrente da bipolarização do mundo.

O autor identifica na formulação de seus teóricos algumas características, tais como a criação de novos modelos políticos, a necessidade de se penetrar nos meios de comunicação de massa, a ideia de *ótimo governo* ligado à mínima governabilidade ou um Estado liberal

auto-regulado, e a crítica ao Estado totalitário, sendo contra a tirania do planejamento. A resposta seria o planejamento democrático como solução, atrelada ao conceito de Segurança Nacional.

Oliveira assinala que o Brasil, segundo os teóricos da ESG, estaria vinculado ao pensamento ocidental, em particular aos EUA. Golbery justificava os laços do país com o ocidente ganhando, por vezes, uma dimensão filosófica ideal (OLIVEIRA, 1976, p. 121). Sua definição é a de que a ciência serve como instrumento de ação, a democracia como fórmula de organização política e o cristianismo como parâmetro ético de convivência social. Segundo Golbery, o ocidente estaria ameaçado e somente os EUA e as nações centrais da Europa estariam habilitadas a defender os países subdesenvolvidos. A estratégia para combater o comunismo é a da contenção, para isso apoia os EUA nas deliberações da ONU, no fornecimento de material estratégico, no apoio geográfico e logístico, na implantação de um sólido sistema de segurança continental e no aproveitamento do potencial demográfico.

Na década de 1950, era possível encontrar muitos oficiais da ESG ocupando altas posições na hierarquia, o que difere consideravelmente em estratégia e na forma de intervenção na política. Possuíam um receio em relação às massas, mas, naquele contexto da Guerra Fria, acreditavam que estas deveriam ser organizadas em função de um projeto alternativo de capitalismo.

Um exemplo ilustrador deste pensamento foi a crítica formulada por Juarez Távora ao despreparo das elites. As elites desconheciam a realidade nacional e copiavam modelos importados como a adoção do parlamentarismo, no período imperial, à moda inglesa e depois, após a proclamação da República, o presidencialismo à moda norte-americana — ou seja, não levavam em conta as características culturais do povo brasileiro (OLIVEIRA, 1976, p. 37).

1.7 DIVISÕES NO EXÉRCITO: NACIONALISTAS × INTERNACIONALISTAS

A concepção analítica formada para interpretar as diferentes correntes existentes no interior do Exército denota que a oposição entre ideias, em particular naqueles anos, contribuiu significativamente para uma perspectiva de conflito. Tal concepção tem relação direta com a própria divisão existente na sociedade, porém com especificidades nas instituições militares, em particular no Exército. A dicotomia básica foi expressa pelas terminologias conhecidas como nacionalistas e seus opositores, os internacionalistas, também conhecidos por *entreguistas*. Como já foi dito a respeito das campanhas em torno do petróleo,

e como nos lembra Boris Fausto, essa disputa “alcançava tanto os temas da política econômica interna como a posição do Brasil no quadro das relações internacionais” (FAUSTO, 1994, p. 407).

Numa sucinta apresentação destas correntes, o autor nos lembra que

os nacionalistas defendiam o desenvolvimento baseado na industrialização, enfatizando a necessidade de se criar um sistema econômico autônomo, independente do sistema capitalista internacional. Isso significava dar ao Estado um papel importante como regulador da economia e como investidor em áreas estratégicas — petróleo, siderurgia, transportes, comunicações. [...].

Os adversários dos nacionalistas defendiam uma menor intervenção do Estado na economia, não davam tanta prioridade à industrialização e sustentavam que o progresso do país dependia de uma abertura controlada ao capital estrangeiro. [...]

No quadro das relações internacionais, os nacionalistas eram favoráveis a uma posição de distanciamento, ou mesmo de oposição, relativamente aos Estados Unidos. Seus opositores defendiam a necessidade de o Brasil se alinhar irrestritamente com os americanos, no combate mundial ao comunismo. (FAUSTO, 1994, p. 407).

Este é o período do segundo governo de Getúlio Vargas (1951–1954). Vargas chegou à presidência pelo voto, com o apoio da maior parte das forças armadas, um exemplo do *modelo moderador* proposto por Stepan cuja ideia da estabilidade democrática dependia, de forma precária, do aval dos militares.

Os debates que ocorriam no Clube Militar, importante espaço de discussão das questões nacionais e internacionais, permitem entender como estava a participação do Exército na política nacional. As eleições no Clube constituíam um forte indicador do ambiente interno da corporação, com explícita confrontação entre as correntes internas. A eleição de 1950, durante o governo Eurico Gaspar Dutra, viu eleger como presidente e vice-presidente do Clube Militar respectivamente os generais pertencentes à corrente nacionalista Newton Estillac Leal e Horta Barbosa, sendo que o último esteve presente, desde os anos de 1930, nos debates em torno da defesa do monopólio estatal do petróleo. Na ocasião, derrotaram o candidato da corrente oposta aos nacionalistas, o general Cordeiro de Farias, conhecido por sua posição contrária ao comunismo.

Outro fator motivador para aumentar ainda mais a divisão ideológica entre os oficiais do Exército diz respeito a um exemplar da Revista do Clube Militar, de julho de 1950, na qual publicou - se um artigo de autoria do então capitão Néelson Werneck Sodré, sob pseudônimo de Capitão X, chamado *Considerações sobre a Guerra na Coréia*. O autor mostrava que “a intervenção militar estrangeira” fora “realizada pela aviação, pela Marinha e, em seguida pelas forças de terra dos Estados Unidos.” (SODRÉ, 1967, p. 309-310) e defendia que o

Brasil deveria manter uma posição de neutralidade em relação ao conflito. A reação veio em seguida quando vários oficiais se manifestaram contra o ponto de vista exposto no artigo. Boris Fausto (FAUSTO, 1994, p. 408) lembra que os editores da revista tiveram de suspender a sua publicação até o restabelecimento de um ambiente de unidade no Exército.

A questão dos Direitos Humanos também esteve presente nesse período na relação entre as correntes internas divergentes do Exército com consequências mais sérias aos praças e oficiais nacionalistas. Em estudo referente ao papel dos militares na sociedade, o brasilianista Shawn C. Smallman (et al., 2004) resgata as disputas internas existentes nas forças armadas e a utilização da violência como instrumento de coerção contra aqueles que se alinhavam aos ideais nacionalistas. Trata-se de um episódio pouco conhecido na historiografia brasileira sobre militares, o da perseguição a esses oficiais e praças utilizando-se de tortura, tema apontado por muitos autores como tendo destaque apenas no pós-1964. O autor mostra que ela não emerge num momento único de violência, mas sim naqueles anos de 1950, em pleno ambiente da Guerra Fria.

1.8 O SOLDADO TRABALHADOR

Foi na passagem dos governos de Vargas para JK que surge a figura do *soldado trabalhador*. Este *modelo* de soldado pertencia ao “Exército Democrático” considerado também o possível embrião da mobilização dos sargentos nos primeiros anos da década de 1960. Seu líder, por todos os episódios descritos, foi encarnado pela figura do marechal Lott, ficando bem caracterizado após o episódio do contragolpe de 11 de novembro de 1955 (D’ARAUJO, 1996, p. 116).

A autora aponta que em março de 1956, no início do governo de Juscelino Kubitschek, foi criada a Frente de Novembro, uma organização integrada por militares, dirigentes petebistas, sindicalistas e comunistas (D’ARAUJO, 1996, p. 116). Visando “dar conteúdo político ao movimento de 11 de novembro de 1955”, a Frente contou com a adesão de quinze parlamentares nacionalistas.

A Frente era liderada pelo coronel Nemo Canabarro Lucas e tinha o vice-presidente da República João Goulart como presidente de honra. Para o general Aurélio de Lyra Tavares, ela acabou por intensificar os abalos à disciplina militar provocados em novembro de 1955 e está na origem direta da intervenção militar de 1964 (D’ARAUJO, 1996, p. 117). A ideia do “bom soldado-trabalhador” constava do programa do PTB.

Por fim, no primeiro aniversário do 11 de Novembro, ocorreu o episódio da “Espada de Ouro” (BENEVIDES, 1976, p. 160), ocasião em que o marechal Lott recebeu de João Goulart uma espada de ouro pelo seu papel na defesa da legalidade. Tal atitude acabou contribuindo para acirrar ainda mais os debates do período e que se agravariam na década seguinte.

2 OS SARGENTOS E A CONJUNTURA NACIONAL (1961–1964)

Um dos primeiros episódios envolvendo os sargentos no governo João Goulart, foi a chamada *Operação Mosquito*, cujo objetivo era derrubar o avião do presidente que retornava ao Brasil após viagem feita à China.

Hélio Silva, ao abordar esse episódio, registrou-o no livro *1964: Golpe ou Contragolpe?* da seguinte maneira:

[...] na antevéspera da chegada do Sr. João Goulart, o presidente Ranieri Mazzilli recebeu, inesperadamente, um aviso de que os Ministros Militares estariam viajando para Brasília, pois tinham uma importante e urgente comunicação a fazer. [...] Eram cerca de 2 h da madrugada. Efetivamente, por volta das 4 h, chegaram os três Ministros. Foram logo dizendo que um fato novo e grave surgira na Aeronáutica nas últimas horas. Era um problema que lhes parecia incontornável.

Um grupo de oficiais da Aeronáutica, inconformados com a solução político-legislativa da Emenda parlamentarista, se dispunha a impedir o desembarque do Sr. João Goulart no Brasil, e especialmente em Brasília. Por isso, os Ministros vinham dizer ao presidente Mazzilli que não dispunham de condições técnicas para impedir que se consumasse essa ameaça. Seria o que chamaram de *Operação Mosquito* e sua atuação seria a de abater o avião presidencial, ou forçá-lo à rendição (SILVA, H., 1975, p. 143-144).

Outro importante relato sobre a *Operação Mosquito* é o livro *Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura*, de José Caldas. Nele encontramos o depoimento de vários ex – praças. Um deles, Amadeu Felipe, expõe os fatos que impediram a ação dos oficiais da Força Aérea Brasileira (FAB) contrários à posse de João Goulart. O sargento Amadeu Felipe, que participou da mobilização política dos sargentos durante a conjuntura 1961–1964, descreve assim:

Era uma coisa que começava com o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Grun Moss. O ministério se aproveitava de alguns oficiais picaretas, como aquele Paulo Vitor, que tinha participado de Aragarças em 1956 [na verdade ocorreu em 1959] contra Juscelino, o pessoal do Jacareacanga. Pessoal ligado ao Lacerda. O mesmo pessoal que tinha feito o inquérito contra o Getúlio no assassinato do Major Vaz, que o Climério matou e o Gregório e o Bejo Vargas, irmão do Getúlio, ficaram envolvidos. Esse pessoal nunca foi punido. [...]

O [sargento Antônio] Prestes [de Paula, da FAB], era da área administrativa, tinha o Clube dos Sargentos nas mãos, descobriu a conspiração e mandou desarmar os aviões todos. Ele, os soldados, os cabos e os sargentos desarmaram todos os aviões e tiraram as peças para os aviões não levantarem vôo. Quando os oficiais foram para os aviões perceberam que não levantariam vôo (COSTA, 2007, p. 60-61).

Prosseguindo na descrição do citado episódio, José Caldas registra a participação de outro praça, este da FAB, na desarticulação da operação:

Josué Cerejo, sargento da Aeronáutica, que durante a crise de 1961 servia na Base Aérea de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, [...] contou para Amadeu Felipe que uma das sabotagens dos sargentos à Operação Mosquito era colocar as balas invertidas nos pentes das metralhadoras (COSTA, 2007, p. 61).

O livro de José Caldas é uma importante referência sobre a mobilização dos sargentos. Além dele tem – se os depoimentos pessoais dos participantes; bem como trabalhos acadêmicos de Liseane Morosini (1998) e Paulo Parucker, autor de uma dissertação de mestrado, ano 1992, editada como livro em 2009.

O historiador e militar, Néelson Werneck Sodré também registrou suas considerações sobre os fatos ocorridos entre agosto e setembro de 1961:

A recusa, [...] em cumprir as ordens, evidentemente ilegais, emanadas dos três ministros subversivos, criava um fato novo, que constituía perigosíssima ameaça ao aparelho militar em uso, e sempre usado para golpes brancos, repousando na cega obediência. Isto não era o mais sério, porém. Porque o mais sério, o que faria tremer a cúpula militar, incapaz de compreender essa transformação e de sentir-lhe o profundo conteúdo, estava na posição dos sargentos. [...], os sargentos, a que só se conferia o direito de cega obediência, e com muito mais fortes razões que aos oficiais, manifestaram a firme vontade de desobedecer, por terem entendido que obedecer, no caso, era ir contra o país e contra o povo.

Penetraram, assim, no conteúdo da obediência militar e da hierarquia militar. Foram inúmeros os episódios em que a ação concreta dos sargentos salvou a democracia brasileira, naqueles dias tristes, amargos e duvidosos. [...] (SODRÉ, 1965. p. 382).

O mesmo autor cita ainda um depoimento do então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, à revista *O Cruzeiro* (ed. de 2 de dezembro de 1961) sobre o papel dos sargentos durante a crise institucional provocada pela renúncia de Jânio Quadros, e que deram início à cadeia da legalidade.

Os episódios em que os sargentos salvaram a sorte das instituições democráticas, somando-se aos oficiais que tomaram a mesma posição, ou operando isolados, são inúmeros. Aqui está um, simplesmente a título de exemplo: [...] Cerca das 14 horas, os esquadrões a jato, armados com munição e bombas, decidiram decolar, quando foram impedidos pelos sargentos, que tomaram conta do depósito de armas, muniram-se de metralhadoras e assumiram o controle da Base. Eram mais ou menos 200 sargentos. Os oficiais ficaram retidos dentro dos prédios, também armados. Mas os sargentos desarmaram os aviões, retirando as bombas. Esse clima de tensão permaneceu até cerca de dez horas da noite, quando um contingente de sargentos, armados de metralhadoras, exaustos, usando carros de praça, chegou ao Palácio Piratini, onde relataram os episódios ocorridos na Base. Encaminhei-os ao general Machado Lopes que providenciou a ida de um batalhão do Exército para tomar conta da Base (SODRÉ, 1965. p. 382-383).

Outros relatos sobre a referida operação foram obtidos através das entrevistas feitas com os praças que compõem diretamente este trabalho. A íntegra dos seus depoimentos faz parte dos apêndices. A pergunta foi

“Após a renúncia do pres. Jânio Quadros, em agosto de 1961, foi arquitetada por oficiais da Força Aérea Brasileira, a FAB, uma operação para derrubar o avião do vice-pres. João Goulart. O vice se encontrava em visita à República Popular da China e, pela Constituição de 1946, deveria assumir o cargo de presidente. A operação foi conhecida como Mosquito, mas foi debelada por sargentos da FAB. Fale-nos um pouco do episódio.”

D’Ornellas

O que se sabe da tentativa dessa operação terrorista, frustrada pelos cabos e sargentos, é que os aviões pilotados por oficiais golpistas decolariam da Base Aérea de Canoas, a unidade mais importante da FAB no Sul, e tentariam fazer isso mesmo. E não era só isso, não; em seguida, eles tentariam bombardear o Palácio Piratini, onde se encontrava o Governador Leonel Brizola, comandando a resistência ao Golpe da direita entreguista. Os cabos e sargentos da Base Aérea de Canoas souberam da tentativa criminosa e impediram que a operação fosse levada a efeito, causando pane técnica nas aeronaves, impossibilitando que decolassem.⁵

Jorge Silva

(...) Quando então o Jango estava ainda na China, Forças Armadas — aqui naquela época o chefe militar era o Odílio Denys no Exército, Grun Moss na FAB e Silvio Heck na Marinha, oficiais de extrema direita, resolveram não dar posse ao vice-presidente porque ele estava na China; (...). Então o veto militar veio; (...). Aqui no norte, no RJ, SP e até lá na base aérea de Valder Cães (PA), nós temos notícia disso, foi preparada a Operação Mosquito, pois sabia-se que Jango não iria direto para Brasília, porque na época a questão era que Brizola queria que Jango tomasse posse em Brasília.(...) Os oficiais golpistas da FAB já tinham preparado a Operação Mosquito para derrubar o avião presidencial por onde ele entrasse. Mas acontece que

⁵ Ver Apêndice A.

pelo movimento dos sargentos da Aeronáutica eles sabotaram os aviões, ou seja, nenhum dos aviões estava pronto para decolar porque sempre tinha um defeito, faltava uma peça de reposição, ou então ele não tinha condições de vôo. E nesse tempo que foi perdido pela oficialidade, a Operação Mosquito foi abortada, não teve outro jeito.⁶

Jelcy Correia

A Operação Mosquito, na minha opinião, foi muito mais uma consequência dentro dum planejamento maior quando, liderado pelo ministro do Exército Odílio Denys, não queriam a posse de Jango. (...) A Operação Mosquito é uma consequência, não o fato em si. Aí começou a articulação dos sargentos na vila militar do Exército, e um sargento que se chamava Luís Carlos dos Prazeres, (...) saiu fugido e foi pro sul. Chegou lá, entrou em contato com o Brizola, conseguiu chegar no Palácio Piratini e mandou o recado pela rádio, uma senha de que tinha chegado lá e que estava tudo bem. Então o Brizola já ficou sabendo. (...) o que nós tínhamos combinado e já com a tropa na mão de que quando chegasse no sul, os oficiais com mando do salto saem na frente e nós íamos ficar no avião. O avião não poderia voltar e iam nos largar em algum lugar e nós íamos nos apresentar ao Brizola. (...) ficou nítida a divisão dos praças, dos sargentos e dos oficiais nacionalistas — nacionalistas de esquerda, porque tem uns nacionalistas aí que é fogo.⁷

2.1 1961–1964: JOÃO GOULART E A CRISE NO SETOR MILITAR

O artigo 176 da Constituição de 1946 expõe que

As Forças Armadas, constituídas essencialmente pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da República e dentro dos limites da lei.

Podemos observar concretamente neste artigo qual é o papel das forças armadas na Constituição, sendo útil para a análise e compreensão dos episódios referentes à mobilização dos praças durante a conjuntura 1961–1964.

⁶ Ver Apêndice B

⁷ Ver Apêndice C.

Jango não era bem visto por alguns setores da sociedade desde a época em que fora ministro do Trabalho no segundo governo Vargas (1951–1954). Na ocasião em que foi decretado o aumento de 100% para o salário mínimo, alguns oficiais não aceitaram o decreto e lançaram o *Manifesto dos Coronéis* em 1954, que, dentre outras coisas, contestava o ministro. Getúlio concedeu o aumento, mas demitiu Jango.

Passando pelo período da presidência de Juscelino Kubitschek, encontramos seu sucessor, Jânio Quadros. Jânio foi o vencedor das eleições de outubro de 1960 pela União Democrática Nacional (UDN), que finalmente tinha conseguido chegar ao poder pelo voto, embora tenha - se envolvido em manifestações golpistas nas eleições anteriores (BENEVIDES, 1981). No entanto, nem os líderes udenistas, nem o país, esperavam o comportamento intempestivo do presidente Jânio que renunciou ao cargo em 25 de agosto de 1961.

Jango, considerado na ocasião o legítimo herdeiro político de Getúlio Vargas, foi eleito para a vice-presidência, pelo Partido trabalhista Brasileiro (PTB), assim como o fora na gestão de JK. Este cenário era possível, pois a Constituição de 1946, em seu artigo 81, estabelecia que a eleição para presidente e vice-presidente eram simultâneas; portanto, candidatos eleitos por partidos diferentes podiam exercer um ou outro cargo. Com a renúncia, foi aberta a crise institucional que marcou todo o governo João Goulart.

Politicamente, seu governo foi marcado pelo fim do pacto entre os dois partidos que detinham a maioria da representação na Câmara Federal: o PTB e o Partido Social Democrático (PSD), que somados, no ano de 1962, chegavam à parcela de 60,1% (SOUZA, 1990, p. 144) da representação parlamentar. O impasse ocorreu por um ônus político herdado de JK. A não alteração da estrutura da terra, que mais tarde seria uma das reivindicações das reformas de base, foi deixada de lado, pois tangia interesses poderosos e conflitantes dentro do PSD e sua base rural, comprometendo a aliança com o PTB. A construção de Brasília, que exigiu grande volume de recursos, também foi um elemento, dentre outros, importante para ampliar a crise.

O governo também foi marcado por uma disputa entre os poderes Executivo e Legislativo, por conta da solução de compromisso do regime parlamentarista, condição imposta pelos ministros militares de Jânio para que Jango assumisse a presidência. O governo começou de mãos atadas. O retorno ao regime presidencialista só aconteceria em janeiro de 1963, mediante consulta popular.

Economicamente, o governo sofria a pressão do esgotamento do modelo de nacional desenvolvimentismo, lançado por JK, por meio do Plano de Metas, em 1955. A consolidação

da produção de bens de consumo duráveis fez com que o governo aumentasse o déficit orçamentário, deixando apenas duas saídas para a crise: emissão de papel para fomentar o consumo interno ou adquirir novos empréstimos no exterior. O primeiro pagaria um ônus político muito alto, pois a inflação dispararia; o segundo deixaria o país amarrado ainda mais aos investidores estrangeiros, influenciando ainda mais a política econômica. Na ocasião, o Estado não estava em condições de promover a reorganização dos setores produtivos.

Foi nessa conjuntura, entre 1961 a 1964, que o Brasil presenciou uma grande mobilização das camadas populares. As mudanças promovidas na economia, a partir da década de 1950, fizeram com que os brasileiros assistissem à expulsão do homem do campo para a cidade. Começava a delinear-se uma nova classe trabalhadora num contexto marcado por inovações tecnológicas e influenciado pela Guerra Fria e pela luta política-ideológica entre URSS e EUA. Nesse momento, surgem novas lideranças sindicais e trabalhistas no campo, como, por exemplo, a formação das Ligas Camponesas, em particular na região Nordeste. As ligas eram um importante instrumento de pressão na luta pela reforma agrária, cujo líder mais expressivo era Francisco Julião.

Este foi um ponto chave das reformas de base, segundo Mário Gryszpan (2009). Especialista no tema da questão agrária, Gryspan relembra que este assunto sempre esteve presente nos debates em diversos setores da sociedade, seja no governo, partidos, igreja, militares etc. Para ele, foi nesse momento que se consolidou a ideia da realização de uma reforma agrária no Brasil para eliminar o latifúndio, tipo de propriedade rural considerada como um forte obstáculo ao desenvolvimento brasileiro.

Nas palavras do próprio autor, uma parte do panorama político referente a luta ao acesso a terra no Brasil durante o governo Jango:

Os conflitos na área rural brasileira vinham de longa data, tendo alguns deles assumido grandes proporções, como foi o caso de Canudos, nos primeiros anos da República. [...] Tornou-se corrente, [...], a idéia de que a questão agrária configurava um dos nossos problemas sociais mais sérios, resultado de um padrão concentrador da propriedade da terra instituído ainda no período colonial. Em uma ponta da hierarquia social, esse padrão acarretava riqueza, poder e privilégio. Na outra, produzia pobreza, analfabetismo, fome, doença, subordinação, isolamento.

Uma das diferenças entre o governo Jango e os precedentes foi o envolvimento que o Poder Executivo passou a ter com a questão agrária. [...] Foi no governo Jango que direitos trabalhistas básicos, pelo menos há duas décadas existentes nas cidades, foram estendidos ao campo por meio do Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado em 1963. (GRYNSPAN, 2009).

Esta citação sobre o problema da reforma agrária naqueles anos de 1961 a 1964 remete à própria ideia de democracia social e econômica do país, daí podendo também ser

caracterizado como uma das pautas dos militares de baixo escalão que com ela se identificavam, muito em função de terem vindo de regiões onde o acesso à terra era limitado, também por serem de origem camponesa.

Na mesma direção segue uma classe estudantil politicamente ativa, por meio da União Nacional dos Estudantes (UNE). Nesse panorama é que os movimentos reivindicatórios dentro das forças armadas, como já assinalados, lutavam, entre outras coisas, por melhorias nas condições de vida da população como um todo. Estes movimentos convergiam no sentido de que as reformas de base pudessem atender suas demandas.⁸

Em reação a esses movimentos, em particular o que envolvia militares, foi levantado o problema do perigo da infiltração comunista nas forças armadas. Sobre este fato é importante lembrar o que afirma o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, relembrando o episódio do levante de 1935, conhecido como Intentona Comunista.

O impacto do levante de 1935 foi enorme com relação à opinião conservadora. Os acontecimentos de novembro de 1935 têm importância marcante na história do imaginário anticomunista brasileiro, na medida em que foram apropriados e utilizados para consolidar as representações do comunismo como fenômeno essencialmente negativo.[...] É curioso que as semelhanças entre o levante de 1935 e os episódios de 1922, 1924 e 1930 foram convenientemente esquecidas. Se os militares que revoltaram seus quartéis em Novembro de 1935 traíram as Forças Armadas, os ‘tenentes’ mereceriam exatamente a mesma qualificação (MOTTA, 2006, p. 14-15).

O autor repassa essa questão para dar conta da conjuntura de 1961–1964 e tenta compreender as raízes desse problema entre os militares:

O anticomunismo militar em vigor nos anos 1960, que, em grande medida, explica o comportamento das Forças Armadas em 1964, era resultado da síntese entre um anticomunismo tradicional, construído em torno das narrativas sobre a Intentona, e as novas conceituações elaboradas pelo pensamento militar no quadro da guerra fria, guerra revolucionária e Doutrina de Segurança Nacional (MOTTA, 2006, p. 24).

Instrumentos de propaganda, como o complexo formado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) criado por empresários, foram essenciais nas estratégias de convencimento para uma intervenção golpista. A quebra de hierarquia serviu como pretexto da intervenção militar, através do movimento dos marinheiros e do discurso de Jango no Automóvel Clube, trazendo para a articulação golpista setores legalistas do comando das forças armadas.

⁸ Para um compêndio dos acontecimentos sobre 1964, ver Fico (2004).

2.2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS: A PARTICIPAÇÃO DOS SARGENTOS

O autor Glauco Carneiro assinala que, em 1915, o general Abílio de Noronha presidiu uma comissão de inquérito que investigou todos os detalhes de uma conspiração promovida por praças e patrocinada por políticos. O objetivo era promover um levante, que contaria ainda com operários, estivadores e funcionários da Light do Rio de Janeiro. O governo de Venceslau Brás, contando com informações do movimento, frustrou o levante prendendo os sargentos envolvidos e depois expulsando - os.

Em trabalho publicado logo após o golpe de 1964, observou que “Assim como os tenentes em 1922/1930 e os coronéis em 1954, os sargentos surgiram em 1961 como uma nova e poderosa entidade atuante no jogo político brasileiro” (CARNEIRO, 1965, p. 536).

Outro especialista cujos trabalhos ajudam a esclarecer os conflitos envolvendo as praças, sobretudo os sargentos, é José Murilo de Carvalho. Embora estes conflitos fossem menos visíveis, eram mais graves do ponto de vista de sua proposta e organização. Quando o referido autor diz que “A história dos sargentos ainda não foi escrita e não será aqui que iremos sanar essa lacuna” (CARVALHO, 2005, p. 67), precisamos verificar a data precisa de seu estudo. Murilo escrevia isso em 1982 quando os estudos sobre praças praticamente eram inexistentes. Este cenário começou a mudar somente na década de 1990, com o trabalho de Parucker (1992), quando os pesquisadores procuraram debruçar-se sobre o tema.

Carvalho lembra que

a história militar de 1889 a 1945 e as análises feitas até agora, incluindo as nossas, padecem de forte viés em favor do oficialato. Além de intensa participação na própria Revolução de 1930, os sargentos se salientaram em 1932 e em todas as revoltas lideradas por oficiais subalternos, particularmente as de 1935. (CARVALHO, 2005, p. 67)

No episódio do levante de 1935, conhecido como *intentona comunista*, pode-se destacar a figura de um sargento, Gregório Bezerra, que se tornaria um parlamentar do Partido Comunista Brasileiro (PCB), após sua expulsão do Exército. Um documento importante para se compreender estas lutas sob a perspectiva deste personagem seriam seus dois livros de memórias (BEZERRA, 1979).

Nos anos de 1920 e 1930, as revoltas promovidas por sargentos, cabos e soldados, chegaram a despertar violenta reação por parte do oficialato, inclusive dos tenentes reformistas das rebeliões de 1922, 1924 e 1930. José Murilo lembra ainda que:

Ao contrário dos generais, os movimentos típicos de sargentos eram as rebeliões de quartéis, freqüentemente violentas, com demandas às vezes radicais, embora pouco articuladas. [...] As revoltas de graduados tinham muito a ver com sua situação funcional. As queixas abrangiam ampla gama de reivindicações, com ênfase na falta de estabilidade, na ausência de promoções, nos salários baixos, na falta de assistência social (CARVALHO, 2005, p. 67).

É importante mencionar a origem dos praças que, segundo ressalta o autor, tinha seu recrutamento feito nas classes pobres (CARVALHO, 2005, p. 19). Provavelmente este componente pode ser um importante indicador de um das motivações que levaram a mobilização política dos sargentos na conjuntura 1961–1964.

Carvalho (2005), ao examinar as formas de participação na política nacional por parte dos militares, estabeleceu uma tipologia composta por três tipos de soldado: soldado cidadão, ou de intervenção reformista, o soldado profissional, ou de não intervenção, e o soldado corporação ou de intervenção moderada. Acreditamos que o modelo serviu para interpretar as intervenções militares na 1.^a República, mas a princípio não haveria restrições para que fosse aplicada na questão da mobilização política dos sargentos nos anos de 1960. No entanto, optamos pela tipologia do soldado trabalhador (D'ARAÚJO, 1996, p. 116) à guisa desta análise.

Este tipo de soldado comporia o chamado “Exército Democrático”, tendo a figura do marechal Lott como sua expressão maior. A apropriação de sua liderança pode ser caracterizada particularmente a partir da década de 1950, quando a ideia de um *soldado trabalhador* é esboçada e passa a fazer parte da corrente de militares chamados nacionalistas. É considerado como o possível embrião da mobilização dos sargentos em torno de um movimento político e ficou bastante marcado pela conjuntura da 1.^a metade da década de 1960.

Verifica-se nas falas de muitos dos sargentos participantes das mobilizações políticas entre os anos de 1961 e 1964, que essa mobilização política advém da década de 1950, especificamente em 1955, ocasião em que o contragolpe comandado por Lott deu suporte à posse do presidente Juscelino Kubistchek. A ação de contragolpe contou com o apoio dos sargentos.

Para um destes personagens, Jelcy Rodrigues, subtenente paraquedista do Exército e importante elemento na mobilização das praças daqueles anos de 1960, “a grande explosão de consciência veio com a Cadeia da Legalidade, para defender a posse de Jango em 1961”

(COSTA, 2007, p. 53). Além disso, havia uma intensa movimentação política e “conscientização de massa”, veiculado no *slogan* “sargento também é povo fardado”.

Jelcy recorda em seu relato que, numa reunião com os sargentos, no Rio de Janeiro, subiu na cadeira e disse:

Olha, companheiros, não sei o que vocês pensam. Mas temos que ter consciência de que nós juramos a bandeira, a Constituição, não a este ou aquele comando em geral [...] e se o presidente renunciou quem tem de assumir é o vice, como prevê a Constituição. E todos nós juramos defender a Constituição (COSTA, 2007, p. 54).

Mais tarde, na divisão de paraquedistas onde servia, seria preso pelo general Amaury Kruel.

Jacques D’Ornellas, terceiro-sargento do Exército na época, outro importante personagem da mobilização política dos sargentos naquele conturbado período, destaca que

Os movimentos dos subtenentes e sargentos, antes de 1964, eram um processo reivindicatório que visava à elevação do seu padrão de vida e à conquista de direitos básicos e elementares assegurados a qualquer cidadão e negado a esses subtenentes e sargentos (D’ORNELLAS, 1983).

Dentre os direitos sociais e aquele que se refere ao problema da empregabilidade, D’Ornellas assinala ainda:

Qualquer funcionário público, federal ou não, tinha sua estabilidade funcional assegurada aos dois anos de serviço se fosse concursado, e aos cinco anos fosse contratado. Os únicos que não tinham estabilidade com tempo nenhum de serviço eram subtenentes e sargentos. [...] Às vezes, faltando apenas meses para ser reformado, o que significava 25 anos de serviço ativo, poderia o sargento simplesmente não ter o seu pedido de reengajamento deferido, e ser afastado sem qualquer direito a indenização, com o agravamento de não possuir experiência no campo profissional civil para ganhar de outra forma o sustento suficiente para manter sua família⁹.

A própria garantia do emprego não estava assegurada no cenário profissional dos praças, sendo a estabilidade no serviço uma das questões pleiteadas pelos sargentos.

⁹ Documento *Quadro Histórico da Política Nacional*, de 24 de março de 1983

2.3 OS SARGENTOS E O AMBIENTE POLÍTICO DOS ANOS 1960

Qualquer análise sobre militares deve destacar duas palavras que norteiam sua profissão: *hierarquia* e *disciplina*. Posto isso, fica mais fácil perceber como as duas são importantes para entender o funcionamento das instituições militares, em particular naqueles conturbados anos de 1961–1964.

A politização dos sargentos, segundo mais um de seus protagonistas, Araken Vaz Galvão, segundo-sargento na época, lembra que se ela “terminou em 1964, não há dúvida de que começou com o contragolpe de 1955” (COSTA, 2007, p. 26) quando o Exército garantiu a posse de JK sob comando do marechal Lott. Mais uma vez é importante destacar a figura do marechal como líder militar contando com o apoio de grande parte dos sargentos, pois durante sua gestão no Ministério da Guerra¹⁰ criou o quadro auxiliar de oficiais permitindo aos sargentos chegarem à patente de capitão.

É importante relembrar o episódio ocorrido em agosto de 1961, quando Jânio Quadros renunciou à Presidência da República, levando seus três ministros militares a tentarem impedir a posse de Jango, então vice-presidente. A partir desta atitude, foi deflagrada uma crise interna que levou o governador do Rio Grande do Sul, na ocasião, Leonel de Moura Brizola, a resistir e a defender determinadamente o cumprimento da Constituição de 1946 que previa a posse do vice-presidente. Para isso contou, além da imensa mobilização popular, com o apoio do III Exército situado ao sul do Brasil, cujo comandante era o general José Machado Lopes.

Naquela momento, o país esteve à beira da guerra civil e os sargentos tiveram um papel fundamental no desenrolar da crise, como já foi assinalado, ao desarticularem a *Operação Mosquito*, planejada por oficiais da FAB, para derrubar o avião que trazia Jango de volta ao país.

Reiterando, durante os anos de 1961 a 1964, os movimentos sociais tiveram uma ascensão marcante, e os sargentos aproveitam esse ambiente político para se manifestar. Na edição de 10 de dezembro de 1962 do jornal *Última Hora*, por exemplo, há uma manchete que ilustra bem o cenário político-militar de então: “Festa dos Sargentos: Solidariedade a João Goulart e ao Presidencialismo”.

¹⁰ Nome dado ao antigo Ministério do Exército até o ano de 1967. Atualmente é designado como Comando do Exército e que está subordinado ao Ministério da Defesa.

Outra figura de destaque entre os praças, e que assumiu o cargo de deputado federal, foi o sargento do Exército Antônio Garcia Filho. O sargento venceu o pleito nas eleições legislativas de 1962 pelo PTB do antigo estado da Guanabara.

A Constituição de 1946, no artigo 132, em seu parágrafo único, não permitia que fossem alistados como eleitores os praças de pré (...) “salvo os aspirantes a oficial, os suboficiais, os subtenentes, os sargentos e os alunos das escolas militares de ensino superior”. A mesma Constituição dizia ainda, no artigo 138, que eram “inelegíveis os inalistáveis (...) do artigo 132”, causando um paradoxo. Abria-se um espaço legal para o lançamento de candidaturas próprias, entrando em choque com o que estava previsto nos regulamentos militares.

Mais um episódio que ilustra aquele período de mobilização dos praças ocorreu no dia 12 de setembro de 1963. Naquela data, um conjunto de 650 homens entre cabos e sargentos, liderados pelo sargento da FAB Antônio Prestes de Paula, ocupou pontos estratégicos da capital federal, prendendo, inclusive, um juiz do Supremo Tribunal Federal (STF) e matando um marinheiro. Foram motivados pela decisão do STF de negar posse ao sargento Aimoré Zoch Cavaleiro, eleito no pleito de 1962 para deputado estadual do Rio Grande do Sul. Os ministros militares classificaram a ação dos sargentos como um ato de insubordinação, abrindo uma grave crise no setor militar do governo.

Poucos meses antes, ocorreu uma reunião promovida pelos sargentos para homenagear o general Osvino Ferreira Alves, considerado um nacionalista, no dia 12 de maio de 1963, no Instituto de Aposentados e Pensionistas do Comércio (IAPC) da Guanabara. Na ocasião, ocorreu o discurso do subtenente Jelcy Correia e que causou alarde entre a oficialidade. Para que as reformas de base fossem aprovadas, Jelcy propôs “que se as forças do golpismo e da reação tentarem impedir as reformas de que o Brasil necessita, nós, com o apoio do povo, pegaremos em nossos instrumentos de trabalho que são os fuzis.”¹¹

O clima era bem tenso como podemos observar em outra manchete de jornal¹²: “Kruel prende cinquenta sargentos e um general pela reunião de sábado” no IAPC. Esta passagem mostra o grau de politização dos sargentos, sempre em conflito com os preceitos das forças armadas baseados na *hierarquia e disciplina*.

Há um confronto de interpretações por conta das divergências jurídicas entre a Constituição, que em seu artigo n.º 141 “assegura aos brasileiros [...] a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, a segurança individual e à propriedade [...]”, e o

¹¹ *Jornal do Brasil*, 12 maio 1963.

¹² *Diário de Minas*, de 14 maio 1963.

Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) de 1942, em voga no período 1961–1964, onde há um artigo sobre a questão disciplinar:

Art. 12 – Transgressão Disciplinar é toda violação do dever militar, na sua manifestação elementar e simples. Distingue-se de crime militar, que consiste na ofensa a esse mesmo dever, mas na sua expressão complexa e acentuadamente anormal, definida e prevista na legislação penal militar.

No artigo 13 desde mesmo RDE há a tipificação dessas transgressões em um total de 128 sendo baseados na *hierarquia e disciplina*.¹³

A homenagem ao General Osvino Ferreira Alves no IAPC gerou diversas versões. A divergência de opiniões aparece em vários episódios que ocorreram naqueles anos de 1961 a 1964, seja envolvendo militares, estudantes, trabalhadores ou camponeses. De um documento da Secretaria de Segurança Pública, Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)¹⁴, obtém-se a seguinte descrição a respeito do evento:

Passo a fornecer a V.S. alguns informes relacionados com o assunto tratado neste item. Em 11.5.1963, no auditório do I.A.P.C., houve uma reunião programada pelos SubTenentes, Sargentos e forças auxiliares do Exército, Marinha e Aeronáutica, com a seguinte ordem do dia:

- 1º Homenagem ao general Osvino Ferreira Alves
- 2º Debate sobre o aumento dos militares e civis

Em quase todos os discursos, o que mais se notava era a intenção de subverter a ordem, pois que de homenagem ao general Osvino Alves e de aumento de funcionalismo quase nada se falou. Os assuntos ventilados foram os seguintes: reforma agrária, capital estrangeiro, imperialismo americano, derrota completa daqueles que por eles são denominados “gorilas”.

O general Osvino não compareceu. Estiveram presentes cerca de 600 pessoas entre civis e militares, dentre estes uns 20 fardados.

A declaração do subtenente Jelcy não foi tão destacada neste relatório pelo agente do DOPS, ao contrário do que fizeram alguns jornais. É possível que, muito provavelmente, as manchetes jornalísticas tenham contribuído para uma maior polarização da situação interna do Exército ao exacerbarem a importância da declaração do subtenente. O desdobramento desta reunião, como já foi apontado, foi a prisão do subtenente.

O ex-sargento Jacques D’Ornellas reitera que além dos motivos expostos sobre a melhoria das condições de vida das praças, os sargentos defendiam “também e principalmente

¹³ Ver Anexo D.

¹⁴ Relatório de informações, *Dossier n.º 1 Sindicatos dominados pelos comunistas-item VI*, folhas 5 e 4, Data provável: 1964 e 1966, o documento é citado na íntegra nos anexos desse trabalho (Anexo G). Acervo do Arquivo Público Estadual do Rio de Janeiro.

a legalidade democrática.” (D’ORNELLAS, 1983). Há, em seu discurso, uma conotação que pode ser interpretada como sendo favorável à manutenção da legalidade constitucional, já que em 1964 o próprio foi demitido do Exército.¹⁵

A questão levantada por oficiais com o intuito de justificar a quebra da hierarquia e disciplina, por parte dos sargentos, em alguns casos foi utilizada apenas para os praças e não para seus superiores hierárquicos. Embora muitos oficiais tenham sido cassados em 1964, exemplos históricos apontam para outra direção. Um episódio polêmico que pode ilustrar esta proposição foi o do discurso do então coronel Jurandir Bizarria Mamede. O coronel, contrário à posse de JK, cometeu um ato de insubordinação durante o enterro do general Canrobert Pereira da Costa. Na ocasião, o presidente Carlos Coimbra da Luz não o puniu conforme havia pedido o marechal Lott em 1955 (WILLIAM, 2005, p. 100-107).

Outros exemplos históricos, específicos da conjuntura 1961–1964, foram o próprio veto dado pelos três ministros militares de Jânio Quadros, em Brasília, no que se refere à posse de João Goulart à Presidência em 1961; e já nos estertores desse governo, a pregação aberta de oficiais da Marinha de Guerra, no Clube Naval do Rio de Janeiro, pedindo a deposição do presidente (SODRÉ, 1965, p. 393).

Porém, para alguns oficiais, a questão da mobilização política dos praças era muito mais grave do ponto de vista disciplinar, tanto que consideraram o episódio dos marinheiros e o discurso de Jango no Automóvel Clube como estopim do golpe de 1964. Os marinheiros fundaram em 25 de março de 1962 a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB). A AMFNB era considerada um espaço de discussão política e de orientação sobre os problemas dos praças da Marinha de Guerra.

A associação promoveu uma assembleia durante os dias 25, 26 e 27 de março de 1964, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos na rua Ana Néri, bairro do Rocha, Rio de Janeiro. Este encontro foi considerado, pelos oficiais gerais, como um episódio explícito de quebra da hierarquia, servindo de estímulo para a ação militar que depôs o presidente João Goulart.

Abordando mais uma vez aquele ambiente de politização dos praças, afirma D’Ornellas que

toda e qualquer pessoa que completasse 18 anos de idade era considerada pelo Estado como capaz de ocupar cargos eletivos e de votar; menos os analfabetos e os subtenentes e sargentos. Nós podíamos morrer pela pátria no cumprimento do nosso dever, mas não podíamos influir no processo de aprimoramento da vida nacional. Nós

¹⁵ Ver D.O. da União de 6 de outubro de 1964.

não podíamos votar nem ser votados. Éramos uns marginalizados, e sobre os nossos ombros se depositava a responsabilidade de segurança e tranquilidade nacionais.¹⁶

A fala deste sargento conduz ao problema da interpretação jurídica dos artigos 132 e 138 da Constituição de 1946, relativos ao direito de voto e de elegibilidade e que serviu como motivador para os debates da época. Soma-se a isto o próprio Regulamento Disciplinar do Exército de 1942 a que estavam submetidos, como assinalado anteriormente, em particular nos artigos 12 e 13, que tipificam as transgressões disciplinares — assim, configura-se o confronto entre a profissão militar e a condição de cidadão.

Em outra direção, deixando de focalizar os militares, é possível encontrar uma opinião diferente, por exemplo, sobre o levante dos sargentos no ano de 1963 em Brasília. Em depoimento, o ex-governador Ernani do Amaral Peixoto afirma: “Tenho a consciência tranquila, pois inúmeras vezes eu adverti o Jango para dois perigos: indisciplina nas Forças Armadas e agitação nos sindicatos” (CAMARGO et al., 1986, p. 460).

É uma vertente pela qual a cautela política é fundamental; porém, esta é a visão de um deputado do PSD, partido de sustentação do governo que por ora, especificamente, serve como o relato de apenas um dos personagens do governo Jango. Amaral Peixoto seria alguém com um olhar exterior à mobilização política que acontecia entre os sargentos. Na ocasião, ocupava a pasta extraordinária dos Assuntos da Reforma Administrativa, no gabinete ministerial do governo.

De volta ao âmbito militar sob a perspectiva de um oficial considerado legalista, é interessante observar como é visto o problema dos praças naquele contexto. Néelson Werneck Sodré declara em depoimento suas considerações sobre a mobilização política dos sargentos na conjuntura 1961–1964:

Neutralizar a influência dos sargentos, destruir as formas de organização que haviam alcançado, isolar os elementos mais destacados na resistência aos desmandos dos ministros subversivos, impor uma disciplina rígida de obediência, depurar o quadro de sargentos e exercer sobre ele estreita vigilância, passaram a ser as grandes preocupações da cúpula militar, onde os elementos golpistas permaneciam em paradoxo aparente. É variada e numerosa a série de fatos que assinalam a anomalia curiosa: vencidos pareciam vencedores, os militares que haviam assegurado a continuidade democrática passaram a ser perseguidos e marcados como elementos perigosos, particularmente os sargentos. [...] Sargento pensar, sargento estudar, sargento participar, sargento ter direitos de julgamento pareceram formas subversivas, a que era necessário atender de pronto, não no sentido de encaminhá-las, de colocá-las a serviço da estrutura militar e do país, mas no sentido de reprimi-las, de vigiá-las, de considerá-las marginais e condenáveis (SODRÉ, 1965, p. 384-385, 387-388).

¹⁶ Para uma análise jurídica da questão ver Anexo A – *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, 1946 artigos 132 e 138

Para o historiador, havia uma perseguição aos sargentos dentro da corporação militar, por isso acabaram trilhando o caminho político e elegeram vários representantes para os legislativos, tanto estaduais quanto federal. Quando as justiças eleitorais estaduais recusaram os registros dos sargentos candidatos, eles acabaram buscando apoio no Supremo Tribunal Federal que, em última instância, negou o pedido sobre as candidaturas.

Sodré ainda assinala que foi nesse ambiente extremamente adverso surgiram os episódios do IAPC e do levante em Brasília. A questão da indisciplina, para ele, tem precedente e lembra que pronunciamentos de outros militares, incluindo oficiais, aconteciam sem que estes fossem punidos com o mesmo rigor aplicado aos sargentos. Basta lembrar novamente o caso do veto dos três ministros militares à posse de Jango. Nenhum deles foi punido por essa atitude. Assim, para esse analista, o pretexto utilizado da *hierarquia e disciplina*, por alguns chefes militares, para depor Jango em 1964 não faz sentido.

O comício da Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964, a questão dos marinheiros com sua associação e, por fim, a solenidade no Automóvel Clube são elementos que deturpam, para o autor, a realidade dos fatos. É claro que, enquanto militar, Sodré aponta consequências para o uso da força nestes atos. Porém, a deposição do presidente, como parte da historiografia já mostrou, vinha sendo articulada há meses.

Cabe citar uma de suas falas sobre o problema da indisciplina envolvendo os praças, em particular durante o mês de março de 1964 e a assembleia promovida pelos marinheiros. É importante mais uma vez frisar sua condição de analista, historiador, mas também de militar.

Não há uma disciplina para oficiais e outras para marinheiros; não há uma disciplina para superiores, e outra para inferiores. E a disciplina, nas Forças Armadas, e na Marinha, portanto, vinha sendo ferida, e especialmente por oficiais, e os mais graduados, os mais responsáveis, pelos seus postos, em episódios numerosos, de que o último fora a restituição acintosa e coletiva de condecorações, por motivo de terem sido julgados merecedores das mesmas pessoas que os oficiais assim insubordinados reputavam indignas de recebê-las.[...] Assim, o episódio em que a associação dos marinheiros se envolvia era, em tudo e por tudo, afim com outros, desde 1954: as reuniões francamente subversivas realizadas nas associações de oficiais, por exemplo, onde se pregava abertamente a subversão da ordem e a deposição da autoridade máxima, a do presidente da República (SODRÉ, 1965, p. 389, 393).

2.4 MOBILIZAÇÃO POLÍTICA E DEMANDAS EXTERNAS E INTERNAS DOS SARGENTOS

Quando se fala em participação política de militares, uma das principais questões é a de como o militar pode mobilizar-se politicamente já que está enquadrado em um ambiente de *hierarquia e disciplina*. Ocorre que, naquele contexto de 1961–1964, isso não só foi possível

como de fato aconteceu. A possibilidade de canais de comunicação entre militares e civis, ou a divisão entre o mundo civil e o mundo da caserna, foi rompida em função da própria radicalização das lutas sociais. Isso ocorreu mesmo com o “isolamento” característico da própria instituição militar.

O impacto da Revolução Cubana, as figuras carismáticas de Fidel Castro e Che Guevara, a ideia de guerrilha, as vitórias contra o “imperialismo norte-americano”, as lutas de libertação nacional na África e Ásia entre outros episódios tiveram impacto em amplos setores da esquerda e atingiram, em maior ou menor grau, oficiais e praças que serviram naquele período.

Paulo Parucker, um citado analista da questão da mobilização política dos sargentos e dos episódios apontados acima, destaca o

enorme impacto que a vitória legalista de agosto/setembro de 1961 teve sobre as forças populares, e também sobre as Forças Armadas. Para uns, tratava-se de um novo estágio na organização, mobilização e luta popular, em que a consciência política das massas parecia ter alcançado níveis elevados de compreensão do processo histórico. Sem muito esforço, houve quem divisasse ali uma dimensão pré-revolucionária da luta (PARUCKER, 2009, p. 43).

No campo da legislação e mobilização dos praças e oficiais na história política do Brasil República, observa-se que há uma participação ativa das Forças Armadas — haja vista os eventos dos anos de 1889, 1922, 1930, 1937, 1945, 1954, 1955, 1961 e 1964.

Quando a participação na política se polarizou ainda mais naquele período de 1961–1964, encontraremos um problema de interpretação jurídica entre os artigos 132 e 138 da Constituição de 1946. Parucker lembra que os oficiais podiam votar e ser votados, os praças até cabo não podiam votar nem ser votados. E nesse meio estavam os sargentos, dando margem ao problema que ficou nítido nas eleições legislativas de 1962 (PARUCKER, 2009).

Segundo o autor, antes dessas eleições existiam dispositivos legais para que os candidatos (PARUCKER, 2009, p. 72-73) concorressem a cargos políticos; logo, após a crise do ano de 1961, o autor acredita que o problema é político e não jurídico. No momento em que os sargentos se apresentam como força de expressão política naquele cenário, a questão da elegibilidade vai ser um marco, pois, como já disse Sodré (1965), a arena política representará o local em que serão discutidas propostas e demandas tanto externas como internas à corporação militar.

Parucker assinala alguns sargentos candidatos que tiveram seus registros negados nos tribunais regionais eleitorais nas eleições de 1962. Santa Catarina: João Mendes Carvalho e

Haroldo Lages Traverso; Ceará: Zeferino Magno de Souza; São Paulo: Octacílio Teixeira, Dalton de Paula Freitas e Herotildes de Araújo; Rio Grande do Sul: Galileu Abreu de Paiva, Zélio Correia de Moraes e Aimoré Zoch Cavalheiro (PARUCKER, 2009, p. 72).

Essa relação nos permite ter uma noção da dimensão do trabalho de mobilização que acontecia entre os praças. Mostra a participação nos diversos estados da federação e que, segundo muito de seus representantes estava aumentando. Os chamados setores “progressistas” da sociedade aproveitaram essa questão para promover uma maior aproximação com estes militares.

Sobre a influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que será analisada mais detalhadamente no capítulo seguinte, sua ação na conjuntura de 1961–1964, entre os sargentos, pode ser considerada menor do que fora em outros períodos, como por exemplo, em 1935. Durante o governo João Goulart era tida como “moderada” em comparação, por exemplo, ao nacionalismo de Leonel Brizola. Brizola, após sair do governo do Rio Grande do Sul, foi eleito deputado federal pelo PTB da Guanabara e exerceu forte e incontestada influência junto aos sargentos.

Havia também a Política Operária (Polop) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Ambos eram dissidentes do “Partidão”, nome popular dado ao PCB. De certa maneira, o nacionalismo e suas diferentes vertentes — os integralistas eram nacionalistas —, propunham a defesa dos interesses nacionais e talvez fosse a maior influência entre os militares.

O discurso nacionalista se apropria genericamente das questões sociais, sendo considerada a base ideológica da mobilização dos sargentos entre 1961 e 1964 (PARUCKER, 2009, p. 78). Entretanto, é importante destacar que essas opções e reivindicações estavam sempre em choque com a questão da natureza da profissão militar e sua legalidade contra os preceitos das instituições militares.

À guisa de ilustração, eis abaixo um resumo delas, na qual Parucker as classifica como externas e internas a corporação.

As demandas de ordem interna podem ser subdivididas quanto a: a) Questões relativas à carreira militar, como soldo, promoções, estabilidade; b) questões disciplinares como atualização e humanização dos regulamentos, alterações nos critérios de comportamento, os quais repercutiam sobre a carreira quanto ao engajamento, reengajamento e promoções e as c) questões relativas à vida privada do praça como casamento, traje civil entre outros.

As reivindicações externas estavam em consonância com o quadro político mais geral do Brasil e os movimentos sócias daquela época como democracia, reformas de base, nacionalismo e legalidade por exemplo. Como conector dessas duas perspectivas, externa e interna estava a reivindicação da elegibilidade dos sargentos e que era o maior fator de mobilização dos sargentos, pois resolvido o problema legislativo eles

acreditavam que teriam perspectiva de uma atuação maior no processo político sem problemas referentes ao comportamento militar (PARUCKER, 2009, p. 89-106).

Nota-se, portanto, que existiam motivações ligadas a própria melhoria da profissão militar, como soldo, promoções etc., e as mais gerais, consideradas parte do conjunto das reivindicações de outros movimentos sociais como reformas de base, legalidade, entre outras. Muitas vezes os papéis desses militares se confundiam no que diz respeito à reivindicação de suas demandas. Naturalmente, o atendimento dessas demandas se tornava algo muito complexo, já que o contexto era de debate acirrado e confronto político.

Ainda no campo da matriz ideológica destes militares, ou propriamente para uma breve descrição da esquerda militar no Brasil, encontram – se as obras de Paulo Ribeiro da Cunha (CUNHA, 2002, 2009) e João Quartim de Moraes (MORAES, 1991,1994) reconhecidos estudiosos da temática no âmbito acadêmico. Há também o Laboratório de Estudos sobre os Militares na Política (LEMP) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) coordenado pelo professor Renato Lemos, que aborda essas e outras questões envolvendo militares e política, produzindo textos e boletins eletrônicos periódicos, além de promover o seu debate teórico.

As posições, falas e pontos de vista dos sargentos, e de outros personagens civis e militares, expostos neste capítulo denotam bem o espírito da época e a luta pela ampliação de direitos que marcaram a conjuntura 1961–1964. No próximo capítulo, encontraremos um conjunto de documentos históricos auxiliares, o que permitirá um melhor entendimento dos pormenores desta mobilização política dos praças.

3 SARGENTOS E CIDADANIA: MEMÓRIA EM DISPUTA

Para uma correta análise das lutas dos sargentos na conjuntura da 1.^a metade da década de 1960, é necessário considerar, em primeiro lugar, que este é um período com certas especificidades dentro da história republicana recente do Brasil. Como foram apontados, os sargentos estavam subordinados a uma estrutura fechada, verticalizada e hierarquizada, porém também se consideravam portadores dos mesmos direitos políticos que possuíam os cidadãos no meio civil.

De acordo com José Murilo de Carvalho (2001), o período compreendido entre 1945 e 1964 é marcado pelos direitos políticos, a partir da análise baseada na tipologia estipulada por Marshall (1967) para o conceito de *cidadania*. Este período surge após o término do primeiro governo de Vargas (1930–1945). Segundo o autor, este momento corresponde ao da primeira experiência democrática, e talvez seja a mais rica de nossa história republicana até os dias de hoje. Sua apoteose foi a promulgação da constituição de 1946. O governo João Goulart, interrompido pelo golpe de 1964, representa o fim desse período democrático, embora tenha sido um governo extremamente rico em manifestações populares, dentre elas a da mobilização política dos sargentos.

Seu grande catalisador, como já foi demonstrado, foram as reformas de base, expressão utilizada para assinalar reformas na estrutura agrária, fiscal, bancária e educacional do país. No campo estritamente político, havia a reivindicação do voto para os analfabetos, dos subalternos nas forças armadas e ainda a legalização do PCB¹⁷. No caso dos praças, os suboficiais, subtenentes e sargentos podiam votar, mas a questão da elegibilidade era complexa. A eleição do sargento Antônio Garcia Filho pelo PTB-GB¹⁸ para o cargo de deputado federal trouxe à tona a questão da politização dos sargentos, e como já foi mencionado, isso era inaceitável para os oficiais, pois constituía uma grave ameaça aos princípios básicos da *hierarquia e disciplina*.

Como foi registrado no capítulo 2 deste trabalho, o episódio de quebra da hierarquia militar que adquiriu um vulto expressivo é representado pelo levante dos sargentos da Aeronáutica e Marinha de Guerra em setembro de 1963. O levante contou ainda com o apoio da União Nacional dos Estudantes (UNE) e do Comando Geral dos trabalhadores (CGT).

¹⁷ Após um breve período de legalidade (1945-1948), o registro do PCB foi cassado no governo Eurico Gaspar Dutra (1945-1950).

¹⁸ Ver Anexo F.

Além da questão da elegibilidade, os sargentos também estavam insatisfeitos com a sua situação funcional devido aos baixos soldos e às regras internas referentes a promoções e regulamento disciplinar (PARUCKER, 2009). Havia brechas para que eles frequentassem cursos nas universidades. Dessa maneira, os sargentos sentiam-se no mesmo nível intelectual dos oficiais, mas não gozavam de muitos dos privilégios e prerrogativas permitidas aos oficiais, causando sérios descontentamentos entre os militares de escalões inferiores.

Num exercício de progressão no tempo, é possível ver que em pleno século XXI ainda existem, nas forças armadas, militares que buscam espaço para uma maior participação política — ironicamente, neste caso, oficiais. Talvez fosse impensável naquela conjuntura de 1960, porém nunca é demais lembrar as revoltas promovidas por oficiais como 1922, 1924, 1956, 1959 entre outras.

Aqui citamos o caso de um capitão do Exército¹⁹, integrante do movimento que defende uma maior participação política na força. O oficial prepara-se para concorrer, nas eleições de 2010, ao cargo de deputado federal. O capitão Luís Fernando de Sousa assinala que

O Regulamento Disciplinar do Exército não contempla um monte de garantias que a Constituição contempla. O movimento é para dizer que o documento maior é a Constituição [e não regimentos internos]. Deve-se ter direito à liberdade de expressão, de associação para fins pacíficos.

Nota-se aqui mais uma vez um problema recorrente e também presente na questão dos sargentos: profissão militar *versus* cidadania política. A peculiaridade da carreira militar impõe certa dificuldade de interpretação, por parte do especialista, quanto aos problemas das relações com o “mundo civil” e que por vezes, com um viés centrado no campo analítico político, impede que este estudo seja ampliado.

Nesse caso, pode-se citar o autor Samuel Huntington (1996), já discutido no capítulo 1, como referência para uma teoria política da relação entre civis e militares. O autor esboçou sua teoria com base nas forças armadas dos EUA, que tem uma tradição de não interferência nos problemas políticos internos daquele país.

O tipo de debate proposto pelo oficial do exército citado acima ainda é objeto de questionamento. Pode-se, então, compreender como estava colocada a questão da participação política dos sargentos na conturbada conjuntura da primeira metade da década de 1960, período da Guerra Fria. Essa análise, portanto, torna-se muito mais complicada e agravada em

¹⁹ O capitão Luís Fernando de Sousa deu uma entrevista ao jornal *Folha de São Paulo* em 28 dez. 2008.

função da disputada ideológica que existia entre dois projetos de sociedade: mundo socialista e mundo capitalista. Havia um controle do movimento de militares de baixo escalão e, especificamente neste trabalho de pesquisa, o interesse principal é ressaltar o papel dos sargentos.

3.1 O PCB NA VISÃO DOS SARGENTOS

No capítulo anterior, foram apontadas as possíveis influências ideológico-partidárias existentes entre os sargentos. A divisão ideológica daquele momento (1961–1964) e alguns setores contrários a esta politização dos militares, consideravam o PCB como forte influência entre os praças. Para a análise sobre o trabalho político do PCB, a filiação de militares, especificamente dos praças, e a aproximação ideológica com o partido, partimos também de entrevistas a partir do qual foram registrados os relatos a seguir.

A pergunta foi: “O Partido Comunista Brasileiro, o PCB, realizava algum trabalho político junto às Forças Armadas? O senhor foi filiado ao PCB?”

D’Ornellas

O que havia era uma organização da qual participávamos junto a outros dois companheiros e que era ligada ao camarada Luiz Carlos Prestes. Havia ainda um assistente de Prestes que se reunia conosco, onde discutíamos as questões nacionais e o desenvolvimento das perspectivas de golpe da direita entreguista. A partir da virada do ano de 1963 para 1964, nós tivemos alguns contatos com Carlos Marighella, que tinha posições um pouco mais avançadas que as posições de Prestes. (...) Nós éramos três companheiros que discutíamos com um assistente e uma vez nós fomos conversar com Prestes mesmo. Nessa conversa que tivemos com ele, nós colocamos toda a nossa preocupação com o golpe de direita que estava sendo preparado, mas Prestes demonstrou preocupação de que nós é que poderíamos partir para uma tentativa de tomada do poder, quando na verdade nunca, mas nunca mesmo, tivemos essa pretensão. Nós queríamos, sim, cumprir bem nosso papel de militar patriota, no sentido de ajudar toda aquela estrutura popular a crescer, realizar as reformas, e garantir o governo de Jango, um governo progressista. (...).

Jorge Silva

Vou começar a resposta pelo final. Não era filiado ao PCB, a maioria não era filiada. Agora, o Partido Comunista realmente e muito sutilmente fazia um trabalho, sim. Haja vista que essa questão da luta pelo marinheiro estudar, essas conquistas sociais, na época o marinheiro não podia andar à paisana, casar, estudar; não podia votar. Nós praticamente nem cidadão éramos. Então essa sementezinha foi lançada assim imperceptivelmente pelo PCB. Então, nós temos que casar, temos que estudar, andar à paisana. Há pouco tempo atrás, indo no antigo Ministério da Marinha, encontrei lá com um fuzileiro naval que, quando soube que eu era cassado e depois anistiado, veio me agradecer: ‘hoje em dia, se eu posso casar, se eu posso votar, se eu posso... é por causa de você, obrigado’.

Jelcy Correia

Olha o partido foi assim, fazia esse trabalho mas eu nunca fui filiado. Tive ligações, mas nunca fui filiado ao PCB. Até porque eu percebi, mais tarde, alguns equívocos do PCB. Às vezes mais radical e numa posição muito radical e às vezes as pessoas aderiam sem entender muito, tinham pessoas que se filiavam ao PC, mesmo já nos anos 1960 e poucos, mas não tinham uma consistência intelectual de conhecimento dessa coisa. Tinha uma ilustração, ficava naquela coisa meio russófilo, meio chinófilo, mas sem entender muito a questão. Nunca fui filiado, mas tinha ligação bastante estreita com pessoas, mas era mais as pessoas que me cativavam do que os conhecimentos... a partir daí eu tive algum conhecimento, andei lendo o Marx e uma série de coisas. Mas não pertenci ao PCB; não me arrepiava, acho que era o que tinha de organização, cometi alguns equívocos na minha concepção, mas nunca fui filiado. Mas tive amigos ligados. Não é que eu tinha vergonha de dizer que eu fosse marxista, é que eu nunca me achei com cultura suficiente pra dizer ‘eu sou marxista’.

Observam-se, portanto, as diferentes posições quanto à influência do Partido Comunista entre os militares. O que pode se concluir, ainda que de maneira superficial, era a presença forte da ideia nacionalista. Esta, com seu amplo espectro de correntes, como já foi apontado, era mais presente entre esses militares e, de certa maneira, desfaz o conceito de “comunização” das forças armadas, a despeito de suas opções ideológicas individuais.

3.2 A VISÃO POLICIAL DA MOBILIZAÇÃO DOS SARGENTOS

Documento da Secretaria de Segurança Pública, já referido em *OS Sargentos e o ambiente político dos anos 1960*, subtítulo 2.3, e datado como sendo de 1964 a 1966, traz em seu conteúdo, informações sob a movimentação dos sargentos considerados subversivos. Tais dados foram aqui resumidos e sua íntegra pode ser visto nos anexos deste trabalho.

[...] Em agosto de 1963, os subtenentes Gelci Monteiro e Amintas Santana e os Sargentos Bolívar Costa e Alves de Souza lançaram um manifesto subversivo ao povo. [...]

Datado de 11.9.1963, e trazendo o nome do segundo-sargento Aimoré Zoch Cavaleiro, como seu ator, um folheto bastante agressivo foi distribuído ao povo, [...]

Em outubro de 1963, foi distribuído, no meio estudantil, um manifesto denúncia, assinado por 2 sargentos, um do corpo de fuzileiros navais e outros da F.A.B., [...] O manifesto leva assinaturas de José Medeiros D'Oliveira, 2º Sargento Fuzileiro Naval, e José Lauro Moreira, 3º Sargento da F.A.B.

Em 14.12.1963, em uma homenagem prestada ao Almirante Aragão pela Frente de Mobilização Popular, o Sargento Luiz Carlos Prazeres afirmou que os Sargentos e Suboficiais das Fôrças Armadas exigem o deputado Leonel Brizola no ministério da Fazenda, porque é ali o ponto de estrangulamento de todo o processo de libertação nacional. [...]

Este documento é um relatório produzido por um órgão responsável pelo monitoramento dos movimentos políticos, em particular o da mobilização dos sargentos. Mostra as ações dos praças e seus desdobramentos bem no seio do ambiente político da conjuntura 1961–1964.

O conteúdo permite perceber como estava a articulação entre os praças, a influência do PCB, o possível atendimento de uma das demandas dos sargentos, sobre a elegibilidade, no plano do Legislativo, a figura de Anselmo como presidente da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), Leonel Brizola como outra liderança influente, entre outras questões.

Há um considerável relato de atividades realizadas por parte dos praças, porém é uma visão policial e, por isso, não constitui a versão final dos fatos, já que a pesquisa histórica pressupõe a confrontação e verificação de outras fontes sobre os mesmos episódios, tais como as jornalísticas e as versões pessoais.

O próximo documento mostra uma reunião de homenagem aos sargentos que foram impedidos de assumir seus cargos nos respectivos órgãos do poder Legislativo.

Homenageados os Sargentos que não puderam tomar posse. [...] – Sargentos do Exército, Aeronáutica e Força Pública homenagearam Sábado os sete companheiros cuja posse em cargos eletivos foi sustada pelo TSE, que os declarou inelegíveis. Participaram, também, da homenagem várias delegações estudantis e sindicais de São Paulo e de outros estados.

Ao longo do palco do Paramount, onde foi realizada a reunião, foram fixados cartazes e faixas com os seguintes dizeres: “Exigimos respeito de todos à vontade popular” e “de fuzil na mão, ao lado do povo, pela grandeza da pátria”.

Os trabalhos foram presididos pelo sargento Aimoré Zoch Cavalheiro, do Rio Grande do Sul, um dos atingidos pela decisão da justiça eleitoral. Sentaram-se à mesa os representantes de Cumbica e da Guanabara. Além dos Srs. Rio Branco Paranhos e Luciano Lepera. Estes dois foram eleitos deputado federal e estadual, respectivamente, mas não puderam tomar posse, por serem comunistas.²⁰

No caso acima pode se perceber como estava o ambiente de então, a extrema polarização política que levanta o problema dos discursos de seus personagens. Um deles é a *problemática do fuzil*. Trata-se da própria utilização do “instrumento de trabalho” dos militares naquele ambiente político. As posições eram exacerbadas; questiona-se até a real utilização do *fuzil*. Poderia ser uma retórica com intuito de pressionar aqueles setores da sociedade que por fim acabaram depondo o presidente João Goulart — o *fuzil* não foi utilizado e o presidente foi deposto pelos *tanques*.

Em mais um caso de monitoramento pelos órgãos de segurança, é possível identificar uma breve descrição sobre o 2º sargento Aimoré Zoch Cavalheiro cujo empossamento como deputado estadual pelo Rio Grande do Sul foi negado pelo STF. Este foi um dos motivos para o levante que se sucedeu em Brasília de setembro de 1963.

29.1.1963 – [...] o prontuário presidiu os trabalhos levados a efeito no palco do Paramount na homenagem que lhe foi prestada e a mais seis companheiros – cuja posse em cargos eletivos foi sustada pelo TSE, que os declarou inelegíveis. [...].

15.9.1963 – “O Jornal” de 15.9.1963, publicou que o prontuário foi signatário de boletins com dizeres altamente ofensivos ao ministro da guerra e aos membros do Supremo Tribunal. [...].

24.2.1964 – Ao encerrar –se a audiência na 2.ª auditoria militar da 2.ª região militar quando da tomada de depoimentos de testemunhas da acusação no processo em que estavam envolvidos [...] onze sargentos do Exército, incluindo-se o prontuário [...].

3.3.1964 – B.R. 40 FLS. 14 – [...] o sargento foi ali detido especialmente por haver feito um “discurso tido como subversivo”, por ocasião da posse da nova diretoria do clube dos suboficiais e sargentos da Aeronáutica. [...].

²⁰ Documento do Arquivo Público do Estado, Depto. Estadual de Segurança Pública – Dossier 24, pasta 88, pg.1

20.3.1964 – “O Globo” de 20.3.1964 – O prontuário, entre outros condenados, foi considerado culpado por crime de incitamento à rebelião de 12 de setembro de 1963, ocorrida em Brasília. [...] ²¹

O documento foi produzido pela Secretaria de Segurança Pública e consistia em acompanhar os passos do citado praça, discriminando datas e sua mobilização política, culminando com sua expulsão do Exército em 7.10.1964.

Conforme foi mostrado, as preocupações eram grandes quanto ao crescimento da mobilização política dos sargentos. Eles poderiam ampliar sua base de atuação nas forças armadas, como já foi indicado no capítulo anterior. O receio se dava também em função da existência de diversos oficiais considerados legalistas e que defendiam as reformas de base propostas pelo governo João Goulart (SANTOS, 1998).

O deputado federal Garcia Filho (PTB-GB) ²², representante dos sargentos no Legislativo, em discurso registrado nos anais do Congresso Nacional, leu, em plenário, um manifesto dos Suboficiais, Subtenentes e Sargentos de Recife, mostrando para os demais deputados que algumas notícias dos jornais da época queriam incompatibilizá-los com os ministros militares e a opinião pública.

Nós abaixo assinados, Suboficiais, Subtenentes e Sargentos de Pernambuco, temos todo um comportamento moderado, em face dos últimos acontecimentos nacionais. Todavia temos nos mantido firmes, vigilantes e prontos a protestar contra qualquer movimento iníquo que tenha como finalidade negar os nossos direitos **de cidadãos** [grifo original] e de homens. Se ainda não nos manifestamos, é porque não tínhamos sido feridos nesses direitos, pelo menos em Pernambuco, embora saibamos que haja uma tendência para esta perseguição que tem vitimado, freqüentemente, os nossos companheiros de outras regiões do país.

[...] – A causa dos sargentos é a causa do povo... Os sargentos são brasileiros e se colocam contra o imperialismo e o golpismo de qualquer extremo... Lutamos por um Brasil nosso... O povo pode confiar nos sargentos... Não somos comunistas nem agitadores, o que queremos é respeito a Constituição... O nosso pensamento está dentro da linha traçada pelo Papa João XXIII e conforme as determinações do presidente da República. [...]. Em verdade, estas declarações exprimem não só o pensamento dos Sargentos, como de todo o povo brasileiro, nesta luta pela emancipação política, econômica e social. [...] Recife-PE, 28 de julho de 1963. ²³

O manifesto continha 502 assinaturas, número considerável de praças expondo sua insatisfação quanto ao quadro social do país além do protesto pela prisão dos sargentos Edias Bezerra, presidente do Clube Sargento Wolf, Mário José Teles, presidente do Clube dos Suboficiais e sargentos da Aeronáutica e Raimundo Cândido da Silva, da Marinha de Guerra,

²¹ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Polícia Política, Documento Confidencial SDI/nº158/DGIE/FLS 7

²² Ver o conjunto de suas proposições no Anexo F. Fonte: <http://www.camara.gov.br>

²³ Versão eletrônica do Diário do Congresso Nacional (Seção I) Suplemento de 31 de agosto de 1963, pg 78.

em função das declarações acima. O documento contou ainda com o apoio do deputado Garcia Filho que após transmitir a fala dos seus colegas de farda, terminou seu discurso conclamando a igualdade de direitos.

Pode parecer redundante, mas a questão da ampliação e garantia de direitos para todos os brasileiros, e que se façam cumpri-las, até hoje constituem objeto de disputas entre setores da sociedade brasileira, basta observar as repercussões em relação à apresentação do novo Plano Nacional de Direitos Humanos pelo governo federal em janeiro de 2010.

Apesar de o Brasil ser signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ainda é possível encontrar resistências quando da aplicabilidade de direitos básicos no país. Um deles, como já foi apontado no artigo de Mário Gryspan, é o acesso digno à terra no Brasil.

3.3 OS SARGENTOS VISTOS PELA IMPRENSA

Apesar das divergências que possam existir a respeito da utilização de jornais como fonte para recuperar episódios históricos, eles continuam sendo uma boa ferramenta para recuperação de importantes registros do passado.

É interessante observar a diferença entre as impressões produzidas a respeito da mobilização política dos sargentos e a imprensa de então. A partir da leitura desses registros de época, é possível formar um “retrato” desta movimentação em torno da melhoria das suas condições profissionais e seu engajamento junto a outros movimentos políticos da época que clamavam pela implantação das reformas de base.

A seguir, alguns deles produzidos na conjuntura 1961–1964, em divisão cronológica dos fatos, com destaque para o evento do Instituto de Aposentados e Pensionistas do Comércio (IAPC). Há também um relato histórico sobre um dos sargentos participante daquelas mobilizações e que foi morto após o golpe de 1964, cuja memória foi recuperada por outro sargento, um dos entrevistados deste trabalho: Dirceu Jacques D’Ornellas.

O primeiro registro²⁴ é do ex-deputado Tenório Cavalcanti, na ocasião pertencente ao Partido Social Trabalhista (PST), personagem polêmico cuja figura foi título de um filme, *O Homem da Capa Preta* (1986), dirigido por Sérgio Rezende. O deputado escrevia uma coluna de nome “Escreve Tenório Cavalcanti”. Numa de suas publicações, abordou o problema dos

²⁴ Jornal *Luta Democrática* (RJ), 30 ago. 1962.

sargentos em artigo intitulado *Exército é povo*. Nele apresentou também os sargentos candidatos a cargos legislativos.

[...] Sargentos pertencem ao Exército. Exército é Povo servindo ao País. Logo, Sargento é Povo e, como cidadãos, têm o direito de se elegerem.

Porque Sargentos para deputados? Esta é uma pergunta que me fazem e eu respondo: Sargento não tem Sindicato. Não pode fazer greve. Sargento tem mulher, filhos, paga aluguel de casa e tem direito a viver, como qualquer cidadão. Na hora de lutarem pelas reivindicações da classe não podem ir à Câmara, porque o Regulamento Interno o proíbe. Têm de procurar um Marechal, para representá-los, na Câmara, pelo laço da mesma servidão militar. Mas Marechal, no geral, nunca foi Sargento. Se há Marechais que vieram de famílias da classe média, também os há filhos de outros Marechais, Ministros, fazendeiros, banqueiros, de milionários, enfim. Teve estudo, boa alimentação, livro. Sargento não teve roupa, calçado, comida sempre a tempo e a horas e as condições de vida o relegaram a um plano inferior, digamos, na hierarquia militar. [...]

É possível identificar acima a simpatia do deputado pela mobilização política dos sargentos, apoiando-os na sua reivindicação da elegibilidade. Note-se que o parlamentar não era filiado a nenhum dos partidos ou correntes de esquerda que faziam parte do espectro político dos praças como já foi assinalado no capítulo 2 — PCB, PC do B, Polop e PTB.

A problemática dos sargentos ganhava corpo e às vezes espaço favorável em parte da imprensa de então. Noutro jornal²⁵, a manchete era *Garcia: sargentos não tolerarão o esbulho*, e assim relatava a posição do deputado junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

O sargento Antônio Garcia Filho, eleito deputado federal pelo PTB da Guanabara, mas cujo mandato está ameaçado por um recurso ontem apresentado ao TRE, acusou o seu partido de não lhe estar dando a cobertura devida. E disse que os sargentos não se conformarão com o esbulho.

O sargento Garcia Filho recebeu ontem o seu diploma de deputado federal, no TRE, sob ruidosa manifestação de mais de mil colegas do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e Polícia Militar, os quais, fardados, o carregaram em triunfo pela rua 1.º de Março. Em seguida, foi organizada uma passeata que terminou no escritório eleitoral do sargento, no edifício Santos Vahlis, na rua Senador Dantas.[...].

Outro registro do mesmo ano²⁶ de 1962 cujo título era “Festa dos Sargentos: Solidariedade a João Goulart e ao Presidencialismo”, mostra como estava a posição de parte dos sargentos quanto ao plebiscito que seria realizado no início de 1963 para consultar qual seria a forma de governo, já que em 1961, Jango assumiu o governo em uma solução de compromisso, que previa também a figura de um primeiro-ministro.

²⁵ Jornal *Tribuna da Imprensa* (RJ), 7 dez. 1962.

²⁶ Jornal *Última Hora* (RJ), 10 dez. 1962.

[...] O general Osvino Ferreira Alves, falando na festa dos sargentos, declarou, sob aplausos: – É com satisfação que me dirijo aos sargentos do Exército, Marinha, Aeronáutica e das forças auxiliares. Quero afirmar a todos que outra coisa não desejo senão que as aspirações dos sargentos sejam concretizadas pelo Supremo Tribunal que na sua decisão soberana reconhecerá o direito da elegibilidade a esses militares. Renovo, aqui, o convite que foi feito por vários oradores, a todos os presentes e aos que nos ouvem. Levem para suas casas, seus amigos, seus parentes, a recomendação de que no dia 6 de janeiro respondam NÃO ao parlamentarismo, para que possamos restituir ao presidente João Goulart os direitos que lhe foram cassados numa noite de pressão, a mais ignominiosa que o Brasil conheceu. O presidente da República, de posse de seus direitos há de governar para o povo, realizando as reformas de base que todo país reclama.

Na festa, que ocorreu no Clube de Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica, havia também a presença de almirantes, generais e brigadeiros solidários ao presidente e defensores do retorno ao regime presidencialista. Podemos observar ainda, a posição dos sargentos e a de um oficial general considerado nacionalista, Osvino Alves, sobre a questão da volta ao pleno regime presidencialista e a retomada completa dos poderes pelo presidente João Goulart. O general declarou-se, inclusive, favorável a elegibilidade dos sargentos.

Outro jornal ²⁷ publica uma notícia assinada pelo sargento Aimoré Zoch Cavalheiro, então candidato ao legislativo do Rio Grande do Sul, defendendo a elegibilidade de seus colegas de farda e patente, quando o Tribunal Superior Eleitoral – TSE, cassou os mandatos dos sargentos deputados. O título era a *Denúncia de um sargento*.

“Todos são iguais perante a lei”, diz o artigo 141 da Constituição. “Todo o poder emana do povo e em seu nome, é exercido”, diz ainda a Constituição. Eram iguais! Emanava do povo! Era assim! Isso é o que se conclui das decisões do TSE, contra os Sargentos deputados. Nesses enunciados, já que não são mais que algo morto. Foram sepultados quanto à decisão de quatro ministros do TSE, sacrificou a vontade do povo que votou em homens pobres e honrados como é o caso dos Sargentos. [...] Não podem os Sargentos, homens pobres e patriotas autênticos, chegar ao Legislativo.

[...] Invocamos a compreensão de todos nesta hora de amargura por que passam os Sargentos. Façamos o Supremo Tribunal Federal compreender que a opinião pública exige a reparação do ato antidemocrático, praticado contra os Sargentos. Que a Democracia foi golpeada no que tem de fundamental – o Direito do Povo escolher seus dirigentes.

Com o ambiente extremamente politizado, já no ano de 1963, registram-se episódios de possíveis perseguições aos sargentos conforme nos sugere o relato ²⁸ a seguir.

Ministro transfere sargento. *Brasília* (Sucursal). Segundo informações extra-oficiais colhidas no Ministério da Guerra, o Ministro Amaury Kruehl transferiu de Brasília

²⁷ Jornal *Novos Rumos* (RJ), da semana de 14 a 20 dez. 1962.

²⁸ Jornal *O Jornal do Brasil* (RJ), de 23 mar. 1963.

todos os sargentos que tomaram parte na campanha pela elegibilidade dos seus colegas de farda, candidatos às últimas eleições.

As informações dão conta, também, que, dentre os sargentos transferidos, já foram destacados para o Nordeste os sargentos Antônio Paula Prates, Amaro Umbelino Santos, Alfeu Magalhães Mendonça e Evaristo Cubas.

Como reação dos sargentos as perseguições, o mesmo jornal²⁹ publicou a seguinte notícia:

“ Transferência de sargentos favorável a elegibilidade irrita 18 mil na Guanabara — Embora o Clube dos Subtenentes e Sargentos não pretenda assumir posição de luta com relação à anunciada transferência de Brasília de todos os sargentos que participaram da campanha pela elegibilidade dos colegas candidatos nas últimas eleições, começam a surgir sinais de descontentamento entre cerca de 18 mil sargentos da tropa sediada na Guanabara.

O sargento Antônio Garcia Filho, deputado Federal pela Guanabara, deverá ser, na Câmara, o porta-voz dos protestos da classe contra a transferência dos sargentos de Brasília, caso a medida venha a ser concretizada. O sargento Garcia faz oposição à atual diretoria do Clube dos Subtenentes e Sargentos.

Pode se observar como os sargentos estavam bem articulados quanto ao problema da luta pelos direitos políticos e frequentemente se confundia com o debate pela ampliação dos direitos sociais aos demais trabalhadores.

É importante destacar que apesar de serem membros das forças armadas, a condição de militar não lhes representava impedimento, ou intimidação, na participação do processo político de então; entretanto, isso ocorreu em condições históricas específicas pela qual a sociedade brasileira passava na conjuntura 1961–1964 e estava inserida em um contexto muito maior de polarização política na Guerra Fria.

O confronto entre órgãos dos poderes Judiciário, Executivo e Legislativo também eram visíveis. A Procuradoria Geral da República, por exemplo, deu parecer favorável ao problema da elegibilidade dos sargentos candidatos.³⁰

[... O Procurador-Geral da República, Sr. Cândido de Oliveira Neto, deu parecer favorável ao recurso do Sargento Aimoré Zoch Cavalheiro, eleito deputado Federal pelo PTB gaúcho, mas considerado pelo TRE do Rio Grande do Sul inelegível.

No seu parecer, o Procurador diz que ele é elegível, estendendo o seu despacho também ao Sargento deputado pela Guanabara Antônio Garcia Filho, cuja diplomação foi impugnada com recurso ao Tribunal Superior Eleitoral.

²⁹ Jornal *O Jornal do Brasil* (RJ), de 24 mar. 1963.

³⁰ Jornal *O Jornal do Brasil* (RJ), de 27 mar. 1963.

Esta questão também foi noticiada em um jornal do Rio Grande do Sul³¹, por meio do deputado Antônio Garcia Filho.

Na Câmara [dos deputados], o sargento Garcia Filho, gaúcho de Uruguaiana e deputado pelo PTB carioca, comunicou que os subalternos das forças armadas vêm ‘sendo coagidos pelo sr. Ministro da Guerra, simplesmente porque procuraram defender, dentro da ordem legal, o direito líquido e certo que os sargentos das forças armadas têm de se candidatarem, de votarem e de serem votados’.

Informou o sr. Garcia Filho ao plenário, que as comissões de sargentos que existem em todos os estados da Federação estão sendo dissolvidas e seus componentes transferidos, citando os casos de Brasília, Rio Grande do Sul, Guanabara, Piauí e outros Estados. Dizendo alertar a casa para a gravidade do fato, Garcia Filho, assinalou que se está criando um clima de descontentamento e de desajuste social, ‘também porque até mesmo o *trânsito*, período concedido ao militar transferido para outras guarnições, está sendo reduzido por essa autoridade’.

Outro importante elemento político daquele cenário foi a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN). A frente era formada por parlamentares de diversos partidos e por vezes representavam o papel de porta-vozes dos movimentos sociais no congresso nacional, manifestando ainda seu apoio aos sargentos.

A FPN redigiu um manifesto que mostra como estava a questão da mobilização de civis e militares em torno das reformas de base e da reivindicação por melhorias das condições sócio-econômicas do Brasil. O deputado Antônio Garcia Filho³² no jornal *Diário Popular*, apresentou-o ao leitores cujos alguns trechos podem ser lidos abaixo.

A difícil e decisiva situação a que chegou o país, engolfado numa crise econômico-financeira de conseqüências imprevisíveis exige a imediata mobilização de todo o povo numa frente única [...]

Os salários estão sendo impiedosamente confiscados. Os empresários, por sua vez, estão sentindo a ameaça direta na estagnação de suas iniciativas. O capital estrangeiro cada vez mais deita seus tentáculos, absorvendo empresas nacionais.

O parque industrial se desnacionaliza, enquanto milhares de trabalhadores são atirados ao desemprego. Militares e civis, ao reclamarem ajustes salariais ao nível da carestia ascendente, vêm barradas as suas mais justas reivindicações. [...] Há crise de alimentos, crise de escolas, de hospitais, de energia e de transportes e comunicações, enfim de todos os bens e serviços essenciais à vida do povo. As classes privilegiadas [...] procuram atrasar a efetivação das reformas de bases das quais dependem o progresso e o desenvolvimento autônomo do país, ora procuram frustrá-las através de projetos mistificadores, como está ocorrendo, precisamente agora, com a reforma agrária.[...]

³¹ Jornal *Correio do Povo* (RS), de 30 mar. 1963.

³² Jornal *Diário Popular* (SP), de 11 maio 1963.

A FPN defendia também que era o momento do povo se organizar para lutar por reformas autênticas e imediatas, pela defesa das liberdades democráticas e conquista de melhores condições de vida a toda a população. Propunha uma convocação geral envolvendo os deputados e vereadores nacionalistas, trabalhadores, estudantes, camponeses, intelectuais, militares, a mulher brasileira. Estes deveriam organizar, segundo o manifesto, em cada estado da federação, em cada município, bairro ou rua, fábrica e em cada escola, comitês de mobilização popular.

Lembram até os comitês de cidadania e combate a fome propostos pelo sociólogo Herbert de Souza, o *Betinho*, na década de 1990. A FPN acreditava ser possível formar o mais poderoso movimento de opinião pública da história do Brasil, conduzindo o país, segundo a frente, ao encontro de seu grande destino de independência e progresso social para todos.

O manifesto foi assinado pelos seguintes integrantes da FPN: Sérgio Magalhães, Leonel Brizola, Neiva Moreira, Max da Costa Santos, sargento Antônio Garcia Filho, comandante Melo Bastos, dep. Hércules Corrêa, Dante Pelacani, Oswaldo Pacheco, Geraldo Moraes, Theodoro Potinellu, Políbio Braga e Olimpio Mendes.

Nota-se que havia certa convergência de propostas quanto às questões específicas e gerais apresentadas pelos sargentos. Há um componente importante destacado nele: a crise econômica, um dos problemas enfrentados pelo presidente João Goulart.

3.4 O EPISÓDIO DO IAPC VISTO PELA IMPRENSA

O ano de 1963 registrou dois episódios que talvez tenham marcado mais a questão da participação política dos sargentos: uma delas foi o levante de setembro em Brasília, a outra foi uma reunião ocorrida no auditório do Instituto de Aposentadoria e Previdência do Comércio (IAPC) no antigo estado da Guanabara³³. Na ocasião, os sargentos articularam uma homenagem ao general Osvino Alves, considerado um militar legalista e nacionalista.

Porém, o general, com o intuito de evitar maiores atritos políticos no já conturbado cenário nacional, não compareceu à reunião, e por conta disso o ex-governador do Rio Grande

³³ O atual município do Rio de Janeiro era conhecido como Estado da Guanabara, criado em 21 de abril de 1960, por ocasião da mudança do Distrito Federal para Brasília (GO). Este foi seu nome até 15 de março de 1975 quando houve a fusão com o Estado do Rio de Janeiro.

do Sul e deputado pelo PTB-GB, Leonel Brizola, passou a ter mais simpatia dos sargentos. Assim foi registrado o episódio³⁴.

Sargentos vão apoiar Brizola. O deputado Sargento Antônio Garcia afirmou em Brasília, que a recusa do general Osvino Ferreira Alves, em aceitar as homenagens dos Sargentos programada para amanhã ‘pôs ponto final no prestígio do mesmo no seio da classe’. Em reunião realizada no escritório do Sargento Garcia, na cidade do Rio de Janeiro, um grupo de Sargentos do Exército, Marinha e Aeronáutica decidiu lançar um manifesto de solidariedade e apoio ao deputado Leonel Brizola ‘por estar perfeitamente identificado com os anseios da classe’.

Apesar de Brizola passar a contar com o apoio e simpatia dos sargentos que participavam da reunião, a homenagem ao general Osvino foi mantida e presidida pelo sargento - deputado Garcia Filho. O evento contou também com a presença do general Alceu Jovino, da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), dos deputados Fernando Santana e Hércules Correia, do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e de representantes da UNE, UBES e delegações dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Pernambuco e Ceará. Foi noticiada assim pelo *Correio da Manhã* de 12 de maio de 1963.

Mesmo sem general Osvino inferiores o homenagearam — Cerca de 2 mil oficiais, suboficiais e sargentos das Fôrças Armadas e Auxiliares reuniram-se ontem, às 19h, no auditório do IAPC para uma homenagem ao general Osvino Ferreira Alves. O homenageado havia declinado da homenagem anteontem, mas o orador que abriu a sessão disse que o comandante do I Exército não havia comparecido por motivo de doença.

[...] O discurso mais aplaudido foi o do suboficial pára-queda do I Exército Jelcy Rodrigues Correia. Começou dizendo que os suboficiais, subtenentes e sargentos das Fôrças Armadas e Auxiliares no movimento de libertação da Pátria estão vigilantes, porque os militares também se consideram povo, são oriundos das mais sofridas camadas populares e que apesar de vestirem farda estão sujeitos a sofrer e refletir as conseqüências sociais, tal como qualquer outro cidadão, tanto nos momentos de normalidade quanto nos mais aflitivos.

O discurso do subtenente Jelcy Rodrigues registrado no mesmo *Correio da Manhã* de 12 de maio de 1963 abordou assuntos como imperialismo, golpismo, legalidade e condições sociais do povo brasileiro.

[...] a elite reacionária não abre mão de seus privilégios e infelizmente está infiltrada em todos os setores da administração do país, como conseqüência da política de conciliação com as fôrças imperialistas, representadas pelo FMI e seus agentes nativos, [...] alguns dessa elite têm a ousadia de tentar nos apresentar ao público, como perturbadores da ordem.

³⁴ Jornal *Diário da Noite* (PE), 10 maio 1963.

[...] os sargentos, que um dia perante a Bandeira da Pátria assumiram o compromisso de defender a ordem, não esta ordem que aí está, onde uns poucos têm direito a tudo e 70 milhões não têm nem o que comer, mas sim daquela ordem em que todos os brasileiros tenham as mesmas oportunidades de vencer na vida, as mesmas liberdades democráticas e, acima de tudo, a soberania da Pátria, jamais deixarão de cumprir esse compromisso.

[...] nós sargentos e oficiais progressistas, autênticos nacionalistas, pegaremos em nossos instrumentos de trabalhos e faremos as reformas juntamente com o povo; lembrem-se os senhores reacionários: o instrumento de trabalho do militar é o fuzil.

O *Jornal do Brasil* registrou também, em 12 de maio de 1963, o evento com o seguinte título: *Sargentos dizem que estão prontos a pegar em fuzis para defender as reformas*. É fato que há manchetes capazes de despertar reações adversas e até mesmo de repúdio, contribuindo para desestabilizar ainda mais o ambiente já bastante polarizado. O *Globo* registrou na sua edição de 13 de maio de 1963: *Agitação em nome dos sargentos*. Já o jornal *A notícia*, em edição do mesmo dia, registrou o evento no auditório do IAPC da seguinte maneira: *Sargentos solidários com Osvino reclamam reformas e reajuste de 70%*, dando visões diferentes sobre o mesmo episódio.

Pode-se concluir que, dependendo do enfoque dado a um evento, a repercussão gera impactos de maior ou menor intensidade. É bem provável que a polêmica do *fuzil*, como já foi descrito, tenha acontecido no calor dos acontecimentos. A expressão pode ter sido utilizada como metáfora, embora tanto o *fuzil* como os *tanques* que depuseram o presidente João Goulart não sejam os melhores instrumentos de preservação de uma democracia.

Em outro um registro jornalístico,³⁵ sobre o evento no IAPC, encontramos, na perspectiva de um repórter, a então organização política dos sargentos. O evento contou com a presença de 1.500 deles mostrando os impactos da prisão de Jelcy Correia. Foi proposto também o nome do marechal Lott para que assumisse o Ministério da Guerra e solucionasse o problema da divisão interna nas forças armadas.

O discurso do subtenente pára-quedaista Jelcy Correia ‘que está preso na Fortaleza de Santa Cruz’ deflagrou nova crise no Exército. E demonstrou que os sargentos se manifestam como um novo e influente grupo político. O discurso de Jelcy fazia parte de um plano, concertado pelos dirigentes do movimento dos sargentos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Um desses dirigentes, sargento da Armada, perguntava-nos ontem: ‘Que acha da hipótese de 500 sargentos apresentarem-se presos, em sinal de solidariedade a Jelcy?’

No auditório do IAPC, para a homenagem ao gen. Osvino Alves ‘que, prudentemente, solicitou que ela, não se realizasse’, havia — segundo cálculos de oficiais do Exército — 1.500 sargentos das 3 Forças. O discurso de Jelcy foi aplaudido freneticamente, especialmente quando ele disse que, se os golpistas tentassem impedir as reformas de

³⁵ Jornal *Folha de São Paulo* (SP), edição matutina de 14 maio 1963.

base, os sargentos estariam dispostos a empunhar os seus ‘instrumentos de trabalho’, que são os fuzis. [...]

O mesmo Jornal *Folha de São Paulo*³⁶ perguntou a alguns sargentos “Por que os sargentos se manifestam?”, conseguindo enumerar as seguintes razões

1 – Porque a articulação da direita militar, promovida por alguns oficiais-generais, é muito intensa, podendo pôr em risco a segurança do governo; 2 – Porque os oficiais sempre fizeram intervenções de caráter político, abrindo precedentes; 3 – Porque já chegou a hora de os sargentos darem uma demonstração de força; 4 – Porque os sargentos acham que o gen. Amauri Krueel não representa, de fato, o pensamento do dispositivo militar que garantiu a posse do presidente Goulart; e 5 – Porque o país necessita de reformas de base.[...]

O movimento dos sargentos [...] conta com a solidariedade de muitos oficiais. Ainda ontem o almirante Pedro Paulo de Araújo Susano, ministro da Marinha, não queria punir os sargentos da Armada que participaram da mesa na reunião do IAPC. E, entre os pára-quedistas, numerosos oficiais apoiaram as declarações dos líderes dos sargentos. No entanto, mesmo no meio dos sargentos há os moderados que se opõem a pronunciamentos políticos.

A reportagem registrou em torno de 70% o apoio dos subalternos as questões levantadas. A estimativa foi levantada pelo repórter com base nas suas fontes oriundas de oficiais militares. Como o jornalista possui a prerrogativa de não divulgação das suas fontes, a origem da informação fica comprometida, entretanto explicita a força política que os sargentos estavam alcançando.

As consequências dessa reunião no IAPC foram registradas em manchetes³⁷ sobre como as prisões que se sucederam.

Krueel prende cinquenta sargentos e um general pela reunião de sábado – O general reformado Alceu Jovino Marques e mais cinquenta sargentos que tomaram parte na manifestação a favor do general Osvino Alves Ferreira, sábado, na Guanabara, vão ser presos nas próximas horas pelos comandantes de suas respectivas unidades por ordem do Ministro da Guerra, general Amaury Krueel [...].

O general Alceu Jovino Marques, [...] disse que ‘sou escoltado pelos homens da opinião pública. Isso constitui para mim uma honra. Direi o que se passou na tarde de sábado. Eu e vários que pertencemos à ala nacionalista fomos à casa do general Osvino hipotecar-lhe nossa solidariedade pela homenagem que lhe ia ser feita à noite no auditório do IAPC. Fui indicado para ler a mensagem pelos meus companheiros. Desempenhei minha missão. Contudo declaro que fiquei solidário com a atitude dos oradores que torceram a homenagem para uma situação mais grave. Minha culpa, se é que ela existe, foi como militar, por não ter prendido na hora o subtenente Geley. E não o fiz por uma questão social, não desejando tumultuar ainda mais o ambiente.[...]

³⁶ Idem.

³⁷ Jornal *Diário de Minas* (MG), 14 maio 1963.

Segundo a mesma manchete do *Diário de Minas* a declaração lida no IAPC que motivou a prisão dos sargentos continha os seguintes pontos³⁸

1. aprovar um voto de louvor ao deputado Leonel Brizola; 2. fechar questão em torno do aumento dos vencimentos em 70 por cento; 3. defender a reforma agrária com a reforma da constituição; 4. finalmente, deliberaram que, hoje, uma comissão dos diretores dos três clubes de sargentos e suboficiais comparecerá a casa do general Osvino Ferreira Alves, a fim de levar-lhes a solidariedade de classe.

Finalmente, um registro³⁹ digno de nota que foi feito no bojo dos acontecimentos do IAPC. O jornalista Batista de Paula escreveu um artigo intitulado *Retrato da situação militar* em que expôs algumas considerações sobre o problema dos sargentos; a primeira parte deste artigo tinha como título: “Nenhuma mágoa dos sargentos”.

O episódio do IAPC, onde um subtenente, insuflado pelo deputado Garcia Filho, fez um pronunciamento incluindo ataques ao governo, foi também assunto da nossa conversa. Mas o presidente, que confia na lealdade e solidariedade dos sargentos e sobretudo na longa amizade que a classe lhe dedica, considerou o acontecimento como fato isolado, que não reflete a posição legalista dos sargentos em geral. [...]

Já na Presidência da República, Jango tomou conhecimento, por intermédio deste repórter, de que cerca de 3.800 sargentos do Exército, não possuindo o curso de aperfeiçoamento nem dez anos de serviço, estavam para ser excluídos das fileiras. Pediu, então, pessoalmente, ao Ministro da Guerra, Gen. Segadas Viana, que elaborasse um projeto amparando os citados militares e o enviou à Câmara, lutando pela sua aprovação. E com isso salvou da exclusão 3.800 chefes de família [...]

Foi decisivo, também, seu apoio à lei que criou os QOA⁴⁰-QOE, elaborada pelo Marechal Lott e que assegurou acesso ao oficialato até o posto de capitão na ativa aos sargentos do Exército.

Batista de Paula promoveu através da imprensa, a campanha pela estabilidade dos sargentos aos dez anos de serviço. O repórter a classificava com a *Lei Áurea da classe*. Testemunhou o apoio dado ao projeto pelo então vice-presidente João Goulart (governo JK) que acionou toda a bancada trabalhista na Câmara e no Senado, solicitando que a lei fosse votada em regime de urgência.

No artigo mesmo artigo *Retrato da situação militar* Batista lembra que os sargentos homenagearam João Goulart por conta dos serviços relevantes que prestou aos praças. Jango foi eleito Sócio Benemérito do Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército recebeu o mesmo título posteriormente do Clube dos Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica.

O jornalista aponta ainda que após a crise de agosto de 1961 a relação de respeito e amizade dos sargentos para com o presidente e vice – versa, aumentou. Segundo Batista, os

³⁸ Idem.

³⁹ Jornal *Última Hora* (RJ), 15 maio 1963.

⁴⁰ Quadro de Oficiais Auxiliares do Exército

sargentos, em conjunto aos chefes militares e oficiais legalistas de todas as patentes, foram os responsáveis pela base do movimento da *legalidade* surgido no Rio Grande do Sul e que culminou com a garantia oferecida pelos sargentos em Brasília, especialmente os da FAB, para que sua viagem fosse tranqüila durante o trajeto Porto Alegre - Brasília.

Havia aqueles que criticavam e achavam a mobilização política dos sargentos um equívoco, porém como já mostramos no capítulo anterior as opiniões favoráveis existiam e nesse sentido contribuía para acirrar ainda mais os ânimos exaltados daquele período de 1961–1964.

3.5 O LEVANTE DOS SARGENTOS EM BRASÍLIA VISTO PELA IMPRENSA E PELOS PRAÇAS

Como dito anteriormente, além do IAPC, outro fato complicou ainda mais a situação da já deflagrada crise militar. Foi o episódio conhecido como *levante dos sargentos* em Brasília⁴¹ que por ocasião da negativa do STF em dar posse aos sargentos que concorriam a cargos do poder Legislativo, promoveram uma insurreição na capital do país. O jornal *Folha de São Paulo*⁴² com o título “Rebelião em Brasília – Sublevação de sargentos dominada pelo Exército – Reunida a Câmara – Prontidão nos quatro Exércitos” fez o seguinte registro do evento.

BRASÍLIA, 12 (FOLHA) - Às 9 horas de hoje, os sargentos dominavam ainda os pontos estratégicos da cidade e controlavam a situação. Carros de combate ocuparam a Esplanada dos Ministérios e o trânsito civil foi interrompido. Nesse local, ocorreu o primeiro choque entre as forças lideradas pelos sargentos e a oficialidade, morrendo o soldado Divino Alves dos Anjos e ficando feridos José Boldão Lessa e Marcelo Martins Moraes, todos do Corpo de Fuzileiros Navais. [...]Rebelando-se contra a decisão do Supremo Tribunal Federal, que confirmou a inelegibilidade dos sargentos, os graduados aquartelados em Brasília, principalmente da Marinha e da Aeronáutica, começaram na madrugada de hoje a atacar e ocupar pontos importantes da cidade, tais como os Ministérios da Marinha, da Guerra, da Justiça e outros locais. [...] Até agora, houve pelo menos um morto e dois feridos. Em todo o resto do país, a situação é da mais completa normalidade, tendo o ministro da Guerra ordenado a todos os Exércitos que se mantenham de prontidão.

Segundo a *Folha de São Paulo* o líder do movimento era o primeiro sargento Antônio Prestes de Paula, da Aeronáutica. O levante não contou com a participação dos praças do Exército sendo logo debelado. O jornal registrou também que os rebeldes conseguiram

⁴¹ Para um relato completo do episódio ver Parucker (2009).

⁴² Jornal *Folha de São Paulo* (SP), 12 set. 1963.

prender um grande número de oficiais incluindo o coronel Carlos Cairoli que era o comandante do Departamento Federal de Segurança Pública.

Os rebeldes foram aos poucos desalojados, por oficiais das três armas e tropas do Exército, dos locais que haviam ocupado. A *Folha de São Paulo* relatou ainda que ocorreram vários combates entre as forças comandadas pelos oficiais e os sargentos. Os tiros de fuzil e as manobras dos tanques e carros de combate dominaram o cenário de Brasília naquela manhã

Este episódio mostra como ficou delicada ainda mais a situação do ambiente político nas forças armadas. O levante contou, porém, com o apoio de movimentos sociais que pressionavam João Goulart para a realização das reformas de base.

Além do registro jornalístico é importante verificar também como alguns dos participantes da mobilização dos praças interpretaram o levante de setembro de 1963. Suas opiniões foram registradas através da pergunta

“O que foi o episódio de setembro de 1963 quando sargentos da Aeronáutica e da Marinha, sob a liderança de Antônio Prestes de Paula, se sublevaram e ocuparam posições-chaves em Brasília? Como foi a reação da opinião pública e dos comandantes das Forças Armadas? A postura do Sr. João Goulart foi de neutralidade no episódio?”

D’Ornellas

Olha, não acredito que a posição do presidente João Goulart tenha sido de neutralidade, ele não demonstrou isso. (...) Tratou de superá-lo e realmente acabou superando. (...) não era correto fazer um levante no DF, sem discutir com os demais companheiros das outras unidades da Federação. Nós não tivemos conhecimento antecipado do levante. (...). Esse fato causou, com certeza, um desgaste no Movimento dos Sargentos e, se houvesse uma discussão prévia com os demais companheiros, possivelmente, o levante poderia não ter acontecido. (...) o problema não era só a elegibilidade dos sargentos, esse era um dos problemas da nossa pauta, porém havia os problemas da sustentação das liberdades democráticas no Brasil, da realização das Reformas de Base e do controle das remessas de lucros para o exterior. Então, não era justo causar dano ao governo que promovia as Reformas de Base que lutávamos para realizar. (...) a opinião pública da direita comemorou o levante: “esse governo subversivo fica estimulando a desagregação das Forças Armadas etc. etc.”. Então, para a direita golpista e entreguista o levante foi um inesperado presente como propaganda política contra o governo de Jango e as Reformas de Base.

Jorge Silva

(...) Em 1963, o companheiro Prestes de Paula liderou uma rebelião lá em Brasília. (...) ele chegou à conclusão que seria um momento para a gente agir dentro do nosso contexto, dentro do nosso campo de vida que seria militar, ou seja, nós lançamos nossa indignação, nosso protesto contra a inelegibilidade do sargento Aimoré Zoch e outros. Esse foi um episódio que foi muito comentado, da inelegibilidade dos praças (...). O Prestes de Paula tinha uma grande correlação de forças e ele conseguiu uma repercussão muito grande tentando os objetivos políticos. (...) naquela época você se encontrava com o jovem e ele falava sobre política, grande parcela dos jovens daquela época se encontrava pra falar sobre política, ao invés de falar sobre futebol. Então nós tínhamos o apoio da sociedade brasileira. (...) Pode-se dizer que nessa rebelião de Brasília houvera uma parceria com uma parcela ponderável da sociedade civil. João Goulart queria as reformas de base, (...) e naquela época (...) a politização dos quartéis seria um meio pra se conseguir essas reformas de base. E os inimigos da pátria, do outro lado, viam como uma questão do comunismo. (...)

Jelcy Correia

Meu caro, eu não posso te dizer com muita certeza isso e eu vou te dizer por quê. Com o fato da assembléia dos sargentos ocorrida em 1963 no mês de maio, 11 de maio, onde eu li o manifesto dos sargentos, onde nós dizíamos, denunciávamos a organização do golpe, nós denunciávamos que eles estavam conspirando para dar o golpe e prometíamos prendê-los (...) Como a visão que nós temos de que aquilo foi uma provocação, não por culpa dos sargentos, porque o De Paula é um cara fantástico, mas como alguns sargentos, eram pouco politizados pra enxergar a coisa pelo lado maior. (...). Eu acho isso, não valia a pena politicamente, o desgaste era muito maior do que se defendia aquele mandato. Na minha concepção teríamos de trabalhar para não terem cassado o outro, mas não de ter aquele desgaste de ter assumido aquilo. (...) aquele movimento de Brasília foi um equívoco, levado por alguns interesses, falta de visão política e alguns interesses de vaidade. Essa é a minha visão, não que eu queira desmerecer os sargentos, muito pelo contrário: eles foram muito corajosos, mas as consequências políticas não foram medidas corretamente, foram graves. (...).

Como podemos observar os impactos do levante foram negativos e explorados pela oposição de Jango, tanto no meio civil como no militar. Entretanto, para alguns de seus atores,

serviu como forma de pressão política embora seus custos tenham sido altos. O levante foi lembrado por aqueles que depuseram João Goulart em 1964, sob o pretexto da quebra da *hierarquia e disciplina*.

3.6 A HISTÓRIA DE UM DE SEUS PARTICIPANTES

Como a reconstituição histórica da participação dos praças no contexto pré-1964 encontra dificuldades, todo e qualquer material encontrado torna-se uma importante fonte documental. Há um episódio e um personagem oriundo da mobilização dos sargentos pouco divulgado e lembrado pela historiografia.

Embora o sargento Manoel Raimundo Soares tenha morrido após o golpe, sua figura era conhecida por aqueles que participaram da movimentação dos praças naqueles anos. Jacques D’Ornellas nos lembra que Soares ainda é um personagem pouco lembrado pela historiografia, seja no aspecto militar, seja no aspecto da tortura e violação dos direitos humanos no pós 1964. O sargento Soares participou das mobilizações da época, sempre com o intuito de que fossem reconhecidos os direitos políticos e sociais do cidadão e da possibilidade de democratização das Forças Armadas. Acreditava que isso seria possível através das reivindicações para melhoria das condições de vida do povo, por intermédio das reformas de base, e que possibilitassem ao Brasil o controle de suas riquezas em benefícios de todos os brasileiros.

Sua morte ficou conhecida também como “O caso das mãos amarradas”, quando foi assassinado pelos agentes da repressão em agosto de 1966. No contexto pré-1964, entre os meses de abril e maio de 1963, a mobilização dos sargentos ganhava intensidade e sua figura foi assim lembrada pelo ex-sargento D’Ornellas:

Soares amargaria das primeiras represálias pela firmeza com que se comportava. Em agosto transferiram-no do 1.º Batalhão de Saúde, sediado no Rio, para uma unidade no interior do País, em Mato Grosso. A medida não o abateu; ao contrário, serviu de pretexto para que recebesse homenagens de companheiros. Antes de sua partida, estes lhe ofereceram uma placa de prata cuja inscrição atesta como se impusera ao apreço e respeito dos demais: ‘Sargento Soares, no ensejo de sua partida receba nesta homenagem o testemunho da estima e da admiração de seus colegas. Os Subtenentes e Sargentos do 1º Batalhão de Saúde. Rio, GB, 25 de agosto de 1963’.

Ao ser deflagrado o golpe militar de 1.º de abril de 1964, Soares estava servindo em Campo Grande, Mato Grosso. [...]. Antes que o prendessem, fugiu [...]. Para sua honra, como diria em uma carta enviada do cárcere à esposa, foi expulso do Exército – o Exército que prescrevia os seus melhores homens, os oficiais e sargentos que

possuíam uma visão lúcida e patriótica dos problemas do Brasil. [...] (D'ORNELLAS, 1984, p.8).

O corpo do sargento Soares foi encontrado na tarde do dia 24 de agosto de 1966 por moradores da Ilha das Flores, agricultores que o avistaram boiando no rio Jacuí, no Rio Grande do Sul.

As fontes mostradas neste capítulo indicam os vários elementos que contribuíram para aprofundar ainda mais a crise no setor militar do governo João Goulart, porém este não é o objetivo do trabalho, já que para isso existem diversas análises⁴³. Aqui tentamos tão somente mostrar como estava a mobilização política dos sargentos. Por meio dos registros jornalísticos, dos depoimentos, de documentos pessoais e outros provenientes da antiga Secretaria de Segurança Pública/DOPS, acreditamos ter sido possível traçar um panorama da época.

⁴³ Ver Bandeira (1978), D'Araujo (1982), Delgado (1989), Dreifuss (1981), Toledo (1982).

CONCLUSÃO

A pesquisa realizada teve por objetivo discutir a mobilização política dos sargentos no período compreendido entre 1961 e 1964, durante o governo João Goulart, em particular sob a perspectiva daqueles que foram seus personagens centrais e apontando para as contradições existentes entre política e profissão militar.

A importância do estudo das relações entre política, civis e militares é a de fornecer novos elementos para este campo analítico. No caso proposto, foi verificar como os sargentos se mobilizaram politicamente naquela conjuntura, o que permite ampliar o debate sobre a inserção do Exército na política brasileira.

Há uma especificidade neste caso, pois a conjuntura conturbada dos anos do governo Jango nos mostra que havia uma polarização política bastante acentuada da sociedade e que envolvia os militares de todas as patentes. Esta é uma característica peculiar da história brasileira e que ficou bastante datada.

Sabe-se que existe uma enorme bibliografia dando conta das relações entre militares e civis na política brasileira, seja na Sociologia, na Ciência Política e na História. Entretanto, foi verificado que os militares de baixo escalão pouca atenção tiveram nas análises mais detalhadas sobre a crise da democracia em 1964. As exceções, até o presente momento, foram citadas e são trabalhos acadêmicos (MOROSINI, 1998) e (KUPERMAN, 1992), sendo um deles editado recentemente como livro (PARUCKER, 2009).

Normalmente os sargentos e outros militares de baixa patente são mencionados como “pivôs” da crise, mas não são considerados como objeto de estudo nem como sujeitos desses acontecimentos, possuem pouca representatividade na análise histórica e política, daí a necessidade de pesquisas que auxiliem a reverter esta situação.

As análises sobre militares e política, em geral, partem da visão dos oficiais. Mesmo no caso de oficiais como os *tenentes* nos anos 1920, e a despeito da extensa análise sobre *tenentismo*, seus relatos, muitas vezes, aparecem a partir do registro memorialístico⁴⁴, em particular quando já se encontram na reserva. A outra opção são os casos de ex-militares que romperam com a instituição militar, da qual a referência mais conhecida é a de Luis Carlos Prestes, ex-capitão do Exército (MORAES; VIANA, 1982).

⁴⁴ Dentre as obras podem ser citadas: 1. *Memórias: a verdade de um revolucionário*, de Olympio Mourão Filho; 2. *Ciclo revolucionário brasileiro* de Odylio Denys; 3. *Ernesto Geisel* de Maria Celina D’Araujo e Celso Castro; 4. *Cordeiro de Farias*, de Aspásia Camargo e Walder Góes; 5. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*, de Maria Celina D’Araujo, Celso Castro e Gláucio Soares entre outros.

Dessa forma, a pesquisa sobre a mobilização política dos sargentos pretendeu dar sua contribuição no sentido de elucidar a participação desses militares na luta pela ampliação de direitos, seja no aspecto interno da corporação, seja no aspecto externo. Procurou mostrar também as contradições existentes de uma participação na política em um ambiente de trabalho verticalizado e hierarquizado. É fundamental que se reverta o quadro de lacuna historiográfica, ainda mais no que diz respeito ao papel desses militares na política, já que também são agentes históricos.

Verificou-se que havia diferentes orientações políticas, entretanto todas elas compartilhavam de uma ideia de modernização do Brasil em consonância com outros movimentos da época: estudantis, trabalhistas, rurais e religiosos. Essa modernização deveria estar associada a noções de democracia, soberania nacional, legalidade e justiça social. O nacionalismo, como foi apontado no trabalho, compreendia diversas matizes ideológicas tais como PTB, PCB, Polop, PCdoB, UDN, PSB, entre outros partidos.

Para aqueles militares que participaram destas mobilizações, a *hierarquia* e a *disciplina* não os impediram de participar do processo político de então. Os debates questionavam não só os problemas nacionais, mas também o próprio papel das forças armadas no cenário político do país e a maneira como eles, os praças, poderiam efetivar essa participação em outro ambiente fora da caserna. A solução parcial encontrada foi concorrer a cargos do poder Legislativo: Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmara dos Vereadores. Tal atitude despertou paixões e aproximações com o meio civil implicando num problema que procurava responder quais eram as funções e os limites dos militares na democracia de então.

Logo, estudar as forças armadas e seus membros possibilita uma formação mais ampla dos problemas inerentes aos próprios militares na sua relação com os civis, seja no campo teórico político, seja na análise dos fatos históricos. As Forças Armadas Brasileiras estão longe de constituírem um bloco monolítico de pensamento único, mas sim uma instituição que carrega todas as contradições e movimentos inerentes à própria dinâmica da sociedade como foi demonstrado no trabalho.

A figura da mobilização de sargentos em torno de um movimento político, lutando por melhorias externas e internas à corporação, ajudou a evocar a ideia de um exército popular e democrático — para isso basta lembrar os generais do povo, que lutavam pela soberania do país e pela igualdade social. Por outro lado, muito em função do advento comunista cubano de 1959 e suas milícias populares, despertou reações contrárias aos oficiais, e também praças, contrários à ideia de participação política por parte dos militares.

Ao analisarmos a participação dos militares na política nacional é sempre importante lembrar o estudioso das questões inerentes a construção da democracia no Brasil, José Murilo de Carvalho. Num sentido histórico ampliado, a cidadania no Brasil faz parte de uma questão mais complexa e “o enfrentamento dessa complexidade pode ajudar a identificar melhor as pedras no caminho da construção democrática” (CARVALHO, 2001, p. 13). Mesmo para casos onde o ator político tenha suas próprias regras.

Nunca é demais lembrar que, embora signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Brasil sistematicamente a vem violando, seja em casos de conflitos urbanos ou rurais. Por isso, o debate existente em torno da garantia dos direitos individuais da pessoa humana e do direito à memória dos atingidos pelo golpe de 1964. Dar voz, assim, aos militares contrários ao golpe, praças ou oficiais, que foram expulsos das forças armadas após se negarem a seguir na empreitada de deposição do presidente João Goulart.

Não existe justiça nem paz em uma sociedade a que se nega o direito internacional e constitucional à verdade e à memória, a negativa da verdade ofende a liberdade e a democracia. Enquanto não houver luz sobre todos os fatos históricos brasileiros, não se completa a construção da democracia”.⁴⁵

A citação acima mostra o quanto a *Cidadania: o longo caminho* (CARVALHO, 2001) é pertinente para a nossa realidade política. O Brasil ainda precisa avançar e caminhar muito as searas da cidadania para que o respeito e a garantia dos direitos do indivíduo sejam prioridade do governo e da sociedade, tanto no âmbito do direito à memória como na sua aplicabilidade no presente, para que dessa forma, sejam efetivamente cumpridas, sem distinções de qualquer ordem.

O jogo político democrático compreende essas variantes e, se naquela época a polarização de posições próprias do contexto da Guerra Fria acirraram o debate, e a solução adotada foi o golpe de estado, nos dias atuais é preciso garantir que episódios considerados nebulosos sejam efetivamente elucidados — só assim a democracia poderá ser implementada e vivida, de fato, em nosso país.

⁴⁵ SEMINÁRIO NACIONAL DOS ANISTIADOS E ANISTIANDOS DO BRASIL, 1. Carta do Ministério Público Federal de São Paulo. Brasília, 15 ago. 2007.

BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, João Rodrigues. *O uso político das Forças Armadas: e outras questões militares*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2007.

BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

_____, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981.

BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BOBBIO, Norberto & Outros Autores. *Dicionário de Política*. Brasília: EDUNB, 1992.

BRASIL. Constituição (1946). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil: promulgada em 18 de setembro de 1946*.

CAMARGO, Aspásia, et al. *Artes da política: diálogo com Amaral Peixoto*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira CPDOC/FGV/UFF, 1986.

CAPITANI, Avelino. *A Rebelião dos Marinheiros*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

CARLONI, Karla Guilherme. *Forças Armadas e Democracia no Brasil: o 11 de Novembro*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: ICHF-UFF, 2005.

CARNEIRO, Glauco. *História das revoluções brasileiras*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965.

CARONE, Edgar. *A Quarta República (1945-1964)*. Rio de Janeiro, São Paulo: DIFEL, 1980.

_____. *O Tenentismo*. Rio de Janeiro, São Paulo: DIFEL, 1975.

CARVALHO, José Murilo. *A cidadania no Brasil: um longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____, José Murilo. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2005.

CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina. *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

CASTRO, Celso. *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge ZAHAR Editor, 2002.

_____. *Goffman e os militares: sobre o conceito de instituição total*. 2007.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COSTA, José Caldas da. *Caparaó: a primeira guerrilha contra a ditadura*. São Paulo: Boitempo, 2007.

CUNHA, Paulo Ribeiro. *Um olhar a esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Revan / Fapesp, 2002.

_____. A esquerda militar no Brasil: uma leitura e várias agendas. In: *Militares e política*. Disponível em <<http://www.lemp.ifcs.ufrj.br/revista/um/PauloRodriguesCunha-ABED20.pdf>>. Acesso em 21 nov. 2009.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *O Segundo Governo Vargas (1951-1954)*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

_____. Ouvindo os militares: imagens de um poder que se foi. In FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *Entre-vistas: Abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

_____ et al. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____ et al. *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____ et al. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

_____. *Sindicato, Carisma e Poder: O PTB de 1945-65*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB: Do getulismo ao reformismo de 1945-1964*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1989.

DENYS, Odylio. *Ciclo revolucionário brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

D'ORNELLAS, Jacques. *Tortura e Morte do Sargento Manoel Raimundo Soares*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1984,

DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____; DULCI, Otávio. As forças armadas e a política. In: SORJ, B. e ALMEIDA, M. H. (org.). *Sociedade e política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____ et al. *As forças armadas no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço & Tempo, 1987.

DURKHEIM, Émilie. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Editora Abril, 1978. (Coleção *Os pensadores*).

ERICKSON, Kenneth Paul. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1994.

FICO, Carlos. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GÓES, Walder de; CAMARGO, Aspásia. *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira – das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1990.

GRYNSZPAN, Mário. A questão agrária no governo Jango. In: *A trajetória política de João Goulart*. CPDOC/FGV. [2009?]. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_questao_agraria_no_governo_Jango>. Acesso em 12 fev. 2010.

GUEDES, Carlos Luís. *Tinha que ser Minas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

HOBBSAWN, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUNTINGTON, Samuel P. *A Ordem Política nas Sociedades em mudança*. São Paulo: EDUSP, 1975.

_____. *O soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: BibliEx, 1996.

KUPERMAN, Esther. *A guerrilha do Caparaó: um ensaio de resistência*. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, 1992.

LEINER, Piero de Camargo. *Meia volta volver*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

MARTINS, Franklin. O incendiário discurso do cabo Anselmo (1964). In: *Franklin Martins: Conexão Política*. Página da web. Disponível em <http://www.franklinmartins.com.br/estacao_historia_artigo.php?titulo=o-incendiario-discurso-do-cabo-anselmo-1964>. Acesso em 11 dez. 2009.

MARSHALL, Thomas Humprey. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1967.

MCCANN, Frank D. *A nação armada*. Recife: Editora Guararapes, 1982.

MENDES, Selva Corrêa. *Sargento também é povo*. João Pessoa: Idéia Editora, 2000.

MORAES, Denis. *A Esquerda e o Golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

_____; VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. Petrópolis: Vozes, 1982.

MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil - da Conspiração Republicana à Guerrilha dos Tenentes*. São Paulo: Siciliano, 1991.

_____. *A Esquerda Militar no Brasil: da coluna à comuna*. São Paulo: Editora Siciliano, 1994.

MOREL, Edmar. *A Revolta da Chibata*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MOROSINI, Liseane. *Mais deveres que direitos: os Sargentos e a luta pela cidadania negada (1930-1960)*. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, 1998..

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

_____. O Anticomunismo Militar. In: FILHO, João Roberto Martins (org). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos, EdUFSCar, 2006.

MOURÃO, Olympio F.º. *Memórias: a verdade de um revolucionário*. Rio Grande do Sul: L&PM editores, 1978.

OLIVEIRA, Eliezer R. de. *As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1976.

PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. *Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964)*. Dissertação (Mestrado em História). ICHF-UFF, Niterói, 1992

PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. *Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Expressão Popular, 2009.

RODRIGUES, Flávio Luís. *Vozes do mar: o movimento dos marinheiros e o golpe de 64*. São Paulo: Cortez, 2004.

ROUQUIÉ, Alain. *O estado militar na América Latina*. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1984.

_____, et al. *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980.

SANTOS, Andréa Paula dos. *A esquerda das forças armadas brasileiras: história oral de vida de militares nacionalistas de esquerda*. Dissertação (Mestrado em História). FFLCH, USP, São Paulo, 1998.

SILVA, Hélio. 1964: *Golpe ou contragolpe?*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. *A vez e a voz dos vencidos: Militares x Militares*. Petrópolis: Editora Vozes, 1988

_____. *A crise político-militar de 1964*. Cadernos Candido Mendes História Oral. Rio de Janeiro: Centro Cultural Cândido Mendes, [s.d].

SILVA, José Wilson. *O tenente vermelho*. Porto Alegre: Editora Tchê, 1987.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SMALLMAN, Shawn, et al. A profissionalização da violência extralegal das forças armadas no Brasil (1945-64). In: *Nova História Militar Brasileira*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

_____. *Memórias de um soldado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo, Editora Alfa-ômega, 1990.

STEPAN, Alfred. *Os militares na política*. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975.

TOLEDO, Caio Navarro. *O governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

WILLIAM, Wagner. *O Soldado Absoluto*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FONTES DOCUMENTAIS

Arquivo Fundo Polícias Políticas no Rio de Janeiro – Acervo pertencente ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Documento - Deptº Estadual de Segurança Pública, Setor Geral – Dossier 24, pasta 88, pg 1.

Documento - Confidencial SDI/nº 158/DGIE/FLS 7.

Documento - Secretaria de Segurança Pública, Departamento de Ordem Política e Social – DOPS, relatório de informações S/Data precisa provavelmente produzido entre 1964e 1966. Dossier nº 1. 6fls.

Arquivo da Biblioteca do Ministério da Fazenda.

Regulamento Disciplinar do Exército instituído pelo decreto do executivo 8.835/12 de 23/02/1942.

Arquivo particular de Dirceu Jacques D’Ornellas

Documento “Quadro Histórico da Política Nacional” de 24/03/1983 - autoria do ex-deputado Jacques Dornellas.

Documento “Tortura e Morte do Sargento Manoel Raimundo Soares” Brasília 1984.Câmara dos Deputados - Coordenação de Publicações. Autoria do ex-deputado Jacques Dornellas.

Periódicos

Diário de Minas - MG

Correio da Manhã – RJ

Jornal do Brasil - RJ

Luta Democrática – RJ,

Novos Rumos – RJ

O Globo - RJ

Tribuna da Imprensa - RJ

Última Hora - RJ

Diário da Noite – PE

Correio do Povo – RS

Diário Popular – SP

Folha de São Paulo - SP

Fontes eletrônicas

<http://www.cpdoc.fgv.br>

<http://www.exercito.gov.br>

<http://www.esa.ensino.eb.br>

<http://www.franklinmartins.com.br>

<http://www.camara.gov.br>

Outras Fontes primárias

Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1946. Versão eletrônica.

Estatutos dos Militares instituído pelo Decreto-Lei Nº 3.864, de 24/11/1941. Versão eletrônica.

APÊNDICE A – entrevista⁴⁶ com o ex-terceiro-sargento do Exército Jacques D’Ornellas.

SF – Dornellas, primeiramente, gostaria de perguntar ao senhor qual foi a data do seu nascimento e o local de seu nascimento.

JD – Eu nasci em 19 de fevereiro de 1939, na cidade de São Borja, no Rio Grande do Sul.

SF – Quais foram as razões que o levaram a optar pela carreira militar: influência da família ou opção profissional?

JD – Não foi nenhuma das duas. Eu morava em Porto Alegre e minha família já tinha vindo para o Rio de Janeiro, mas queria resolver o problema do serviço militar. Então me apresentei como voluntário, antes de completar dezoito anos, e o tenente achou que eu devia esperar mesmo, que não havia razão para me apresentar antes da época e tal. E eu disse: “não, como eu tenho que prestar o serviço militar, desejo ficar logo com esse problema resolvido”. Era um problema de trabalho e de estudo que me interessava. Mas acabou que não aconteceu; então, vindo para o Rio de Janeiro, em 1957, aqui me incorporei ao Exército, em 1958.

SF – Como foi sua carreira dentro do Exército? Poderia nos descrever sua trajetória?

JD – Eu incorporei no 1.º Grupo de Canhões Automáticos Anti-Aéreos 40, São Cristóvão, Rio de Janeiro, em 20 de janeiro de 1958, e como já tinha prática em trabalho burocrático — havia trabalhado com despachos aduaneiros de mercadorias, fui trabalhar com o capitão Abdias da Costa Ramos e praticamente ficava sem tempo de receber instrução militar, porque ficava o tempo todo trabalhando na secretaria da Unidade. Reclamei e então me liberaram e fui fazer o Curso de Formação de Cabos. Fiz o CFC e fui aprovado. A seguir fiz o Curso de Formação de Sargentos, fiz o CFS e fui aprovado. Em seguida fui promovido a cabo. Fazia aquelas marchas, manejo de armas, treinamento de tiro e muita teoria sobre mobilização militar, porque fui trabalhar na Seção de Mobilização da Unidade. Enfim, uma vida tranquila, militar. Tendo cumprido o tempo normal, engajei, porque havia uma vaga de terceiro-sargento para ser preenchida no nosso Quartel, entretanto eu não fui promovido porque houve uma transferência de outro cabo para a nossa Unidade e ele então foi promovido. Já engajado,

⁴⁶ Depoimento dado ao autor em 11 de julho de 2006.

aguardei a perspectiva de vaga no ano seguinte. Em junho de 1959, ocorreu a vaga e então fui promovido a terceiro-sargento. Na condição de terceiro-sargento, é claro, tudo melhora, assim começamos uma nova etapa no trabalho, então nos adaptamos. Em seguida fui transferido para o Parque Central de Moto-Mecanização, Magalhães Bastos. Naquela Unidade, fui designado pelos companheiros do PqCMM para ser representante deles junto ao Clube dos Subtenentes e Sargentos da Vila Militar. Este Clube era recreativo, porém a experiência decorrente do amplo contato com os companheiros se revelaria muito valiosa, porque logo em seguida nos associamos ao Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército (CSSE), ou Clube do Rocha, como era conhecido. Este Clube, de abrangência nacional, funcionava como “caixa de ressonância” dos problemas dos subtenentes e sargentos do Exército e também dos problemas políticos e econômicos nacionais. Ali já se discutia política. Em 1960, nos engajamos na campanha do general Henrique Teixeira Lott para a presidência da República e de João Goulart, para vice-presidente. O general Lott perde a eleição, porém João Goulart é eleito vice-presidente e isso trouxe uma nova dinâmica no trabalho dentro das unidades. A campanha, todo aquele movimento, ajudou a desenvolver o trabalho de conscientização dos companheiros. Em 1961, com a renúncia de Jânio Quadros, nos engajamos na campanha da legalidade democrática lançada pelo Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. A partir daí o trabalho foi ganhando densidade com a adesão de novos e aguerridos companheiros. Em 1962, participamos da escolha, em convenção, do Sargento Antonio Garcia Filho para deputado Federal e o elegemos. Em 1963, participamos da chapa União Verde e Amarela (UVA), para o cargo de tesoureiro, nas eleições para a renovação da diretoria do CSSE, que tinha como candidato a presidente o bravo e saudoso companheiro Manuel Alves de Oliveira, do 1º GCan90AAé, que morreu logo após o Golpe de 1964. Em agosto de 1963, fui para o Nordeste fazer a campanha da nossa Chapa UVA, quando fui preso, porque estava em trajes civis no Quartel do 15º RI de João Pessoa, Paraíba, pelo então coronel Ednardo D’Avila Melo. E, nesta oportunidade, ficamos sabendo pelos relatos dos companheiros daquela Unidade, que o IV Exército já estava sob o comando dos generais golpistas. Anos depois, o general Ednardo D’Avila Melo vai comandar o II Exército de São Paulo, onde ocorreram as mortes de Wladimir Herzog e Manoel Fiel Filho. O general Ernesto Geisel o exonera do comando do II Exército. Bem, o fato é que a vida militar foi isso: trabalho militar, preparação, treinamento e também a política, e o trabalho todo que foi se desenvolvendo em cima disso.

SF – Quanto à participação política, como era o posicionamento dos sargentos naquela época do pós-II Guerra Mundial? Existia no período pré-1964 uma divisão ideológica entre os sargentos? Qual era a posição ideológica do senhor?

JD – Havia a necessidade dos subtenentes e sargentos lutarem por questões elementares, vamos chamar assim: usar trajes civis fora do serviço, direito de casar, lei de promoções. Entendemos que a divisão ideológica faz parte da luta de classes e ela se expressa em todos os setores da atividade humana. Todavia, tal divisão ideológica, entre os sargentos naquela época, não era exacerbada. Começou a se exacerbar quando os fatos foram acontecendo. Por exemplo, quando, em 1960, fizemos a campanha para eleger o general Henrique Lott para a Presidência da República. O general Henrique Lott era um militar nacionalista, democrata e Ministro da Guerra. E o nosso candidato a vice-presidente era João Goulart. A chapa do campo popular, nacionalista e democrático era esta. Já no campo da direita entreguista e golpista, o candidato escolhido seria Jânio Quadros, o homem da vassoura que, supostamente, iria varrer a corrupção do Brasil. Jânio Quadros e João Goulart vencem as eleições. Na época a lei garantia a eleição para cada cargo, independente do partido de cada candidato. O voto era desvinculado.

Em agosto de 1961, Jânio Quadros renuncia à Presidência da República e os três ministros militares golpeiam as Instituições Nacionais, ao não aceitarem a posse de João Goulart na Presidência da República. A partir desse fato, o Governador Leonel Brizola do Rio Grande do Sul constitui a “Cadeia da Legalidade”, uma rede de rádios que dá suporte ao início de gigantesca mobilização popular com o propósito de resistir ao golpe da direita entreguista. E, pela primeira vez na história do Brasil, são organizados os “batalhões populares”. Assim, em cada cidade ou vila mobilizada, era organizado um “batalhão popular” em defesa da legalidade democrática. A população, diante daquela brutal violação de seus direitos constitucionais, provocada pelos três ministros militares, que outrora juraram defendê-los, toma em suas próprias mãos a defesa do Brasil, porque “quando os soldados não são patriotas, os patriotas têm que ser soldados”.

Entretanto, a direita entreguista e golpista, antevendo sua derrota iminente em razão da grande mobilização popular e militar legalista, resolve propor uma conciliação, pela qual os golpistas aceitariam a posse de João Goulart na Presidência da República, desde que o regime de governo fosse mudado para parlamentarista. Infelizmente o presidente João Goulart capitula frente à chantagem da direita golpista e aceita a mutilação da Constituição Federal, assumindo o governo com poderes reduzidos, que lhe seriam restituídos, algum tempo depois,

pela determinação da população brasileira expressa no plebiscito. O sistema parlamentarista é revogado, porém, essa restituição dos poderes do presidente Jango deve ser entendida, também, como uma censura popular ao governante que não confiou em seu próprio povo, quando os golpistas desrespeitaram o mandato popular. As sequelas daquela conciliação deram novo fôlego aos golpistas, que tornariam a investir contra as liberdades democráticas em 1.º de abril de 1964. João Goulart conciliou com os golpistas por duas vezes, em 1961 e 1964. Não lhe deram a terceira chance, mataram-no antes.

SF – E a posição do senhor era pró-Lott?

JD – Sim, com certeza, porque o general Henrique Teixeira Lott era um general democrata, nacionalista e patriota. Defendia as Reformas de Base, o controle das remessas de lucros para o exterior e não aceitava conchavos escusos.

SF – Existia alguma influência dos EUA dentro das Forças Armadas brasileiras?

JD – Sim, isso se dava exatamente através dos cursos. O oficial fazia cursos nos EUA e, automaticamente, já vinha com a cabeça mais ou menos feita, a não ser aqueles que já tinham uma formação nacionalista mais sólida e não se deixavam contaminar.

SF – Essa influência era mais presente entre os oficiais ou também existia entre os praças, sargentos e subtenentes?

JD – Sim. A influência dos EUA era distribuída a todos, em exceção, entretanto, a atenção aos oficiais era mais rigorosa, por motivos óbvios.

SF – O Partido Comunista Brasileiro, o PCB, realizava algum trabalho político junto às Forças Armadas?

JD – O que havia era uma organização da qual participávamos junto a outros dois companheiros e que era ligada ao camarada Luiz Carlos Prestes. Havia ainda um assistente de Prestes que se reunia conosco, onde discutíamos as questões nacionais e o desenvolvimento das perspectivas de golpe da direita entreguista. A partir da virada do ano de 1963 para 1964, nós tivemos alguns contatos com Carlos Marighella, que tinha posições um pouco mais avançadas que as posições de Prestes. Nesses contatos com Marighella, discutíamos o que

fazer frente ao Golpe da direita entreguista, porque a gente tinha a plena consciência de que o golpe da direita seria desfechado rapidamente e Prestes não tinha muita certeza disso, foi o que nós percebemos em uma única reunião que tivemos com ele. Nós entendíamos que o Golpe da direita estava sendo armado, por uma expressão que ouvimos, em agosto de 1963, dentro do Quartel do 15º RI de João Pessoa: “você lá do Sul querem entregar o Brasil para os comunistas”, além de estarmos sofrendo todo tipo de repressão, o que indicava que a direita não tinha ainda detonado o golpe contra Jango por falta de condições concretas. Isto é, a direita golpista estava buscando mais apoio junto à oficialidade, para tomar a iniciativa criminosa. A correlação de forças era desfavorável à direita. À medida que a direita foi criando as condições de emulação, apoiados pelas provocações e pela mídia, eles foram convencendo oficiais que estavam “em cima do muro”; quando a direita completou esse processo de convencimento dos setores que ainda relutavam em aderir à causa golpista, a direita desfechou o golpe. E a gente sabia que ia acontecer daquela maneira. As provocações seriam lançadas. Nós éramos poucos, dentro de um movimento que reunia amplos setores. Então a gente sabia que o Golpe iria ocorrer, mas nós não tínhamos poder para convencer todos os companheiros que defendiam o Governo João Goulart e as Reformas de Base.

No nosso entendimento, era absolutamente necessário que os oficiais nacionalistas assumissem os principais comandos de tropa. No entanto, muitos deles estavam lotados em gabinetes, em funções burocráticas, enquanto a tropa era comandada por oficiais da direita golpistas. Então isso nos criava uma dificuldade enorme, porque eram poucos os oficiais nacionalistas que tinham posição legalista bem definida em comando de tropa. Quer dizer, o que faltou mesmo foi disposição de Jango de realmente querer ser defendido — não quis ser defendido. De modo que o Golpe se deu dessa maneira aí, porque é impossível defender aquele que não quer ser defendido.

SF – O senhor foi filiado ao PCB?

JD – Sim, na posição de Prestes, quer dizer, eu era ligado ao Prestes na verdade. Nós éramos três companheiros que discutíamos com um assistente e uma vez nós fomos conversar com Prestes mesmo. Nessa conversa que tivemos com ele, nós colocamos toda a nossa preocupação com o golpe de direita que estava sendo preparado, mas Prestes demonstrou preocupação de que nós é que poderíamos partir para uma tentativa de tomada do poder, quando na verdade nunca, mas nunca mesmo, tivemos essa pretensão. Nós queríamos, sim,

cumprir bem nosso papel de militar patriota, no sentido de ajudar toda aquela estrutura popular a crescer, realizar as reformas, e garantir o governo de Jango, um governo progressista. E também nos reunimos, junto a dezenas de sargentos, com o ex-presidente Juscelino Kubitschek, falamos da gravidade daquele momento e ele não acreditou que o golpe estava em gestação acelerada. E JK nos respondia: “Não, não é possível, não tem nada disso.” Então, reafirmávamos nossas convicções: “ó, tem sim, estão preparando assim, assim...”, explicamos tudo, mas não teve jeito: ele achou que era uma fantasia nossa.

SF – Em que momento da história recente do Brasil, na segunda metade do século XX especificamente, os sargentos surgem como força de expressão nas Forças Armadas?

JD – Foi a partir do retorno da Itália da Força Expedicionária Brasileira, em 1945. Porque os militares que combateram e derrotaram o nazi-fascismo durante a Segunda Guerra Mundial, vieram com a mente mais evoluída, e esse fato contribuiu para o crescimento do movimento popular no Brasil, porque quem vem da guerra, vem da experiência mais brutal vivida. Então, os oficiais que vieram da guerra retornaram ao Brasil com uma posição mais progressista, bem como os sargentos, soldados e cabos também vieram com uma visão mais ampla e humanista do mundo. Em 1950, quando Getúlio Vargas é eleito presidente da República, houve uma boa mexida nas cabeças, chamemos assim. Em 1951, Getúlio Vargas assume o governo na época da Guerra da Coréia, e tem duas coisas que são fundamentais para confirmar a luta de resistência da população brasileira frente ao poder hegemônico e imperialista dos EUA. Uma era que Getúlio Vargas e as forças populares foram contra o envio de soldados brasileiros para a Guerra da Coréia. A pressão exercida pelos EUA contra o Brasil foi muito forte, mas nós vencemos — eu era guri e já atuava no movimento contra o envio de soldados brasileiros para a Guerra da Coréia — e a outra, da qual também participamos, foi da campanha popular pelo monopólio estatal do petróleo e pela criação da Petrobras, que veio a ocorrer em 1952. Bom, é evidente que Getúlio buscava fazer um governo de caráter nacionalista. O fato concreto é que a posição nacionalista se expandiu e a Petrobras foi criada, a posição entreguista foi derrotada. Grandes lideranças militares se destacaram nessa luta, entre elas estavam o general Horta Barbosa e Estilac Leal, no Clube Militar, que teve um momento fantástico — as assembleias do Clube Militar, naquela época, fervilhavam — então traziam toda aquela energia. É claro que aquela energia se espalhava pelos quartéis, e atingia os sargentos também; e os sargentos que já estavam se mobilizando, foram adquirindo mais consciência política, porque sem consciência política, ninguém toma

posição política. Depois vem 1954, em outro agosto, Getúlio Vargas escreve a “Carta Testamento” e se suicida com um tiro no peito. A carta-testamento é um documento memorável, porque mostrava a realidade da política de espoliação econômica praticada pelos EUA contra o Brasil. A comoção popular presenciada em todo o país com a morte de Getúlio Vargas reforçou a posição dos oficiais e sargentos nacionalistas. Foi essa emoção popular que criou as condições para o general Henrique Teixeira Lott promover o contragolpe em 11 de novembro de 1955, com o apoio dos sargentos e oficiais nacionalistas, derrotando a oficialidade golpista, o que possibilitou a garantia da posse de Juscelino Kubitschek na presidência da República no ano seguinte. Todavia, o governo de JK promove a abertura ao capital estrangeiro, onde a indústria automobilística — a indústria transplantada - não tendo mais como aumentar sua produção nos EUA vem para cá. E nós, dentro do sistema capitalista dependente, fomos obrigados a nos adequar: destruimos nossa malha ferroviária e construímos estradas de rodagem para os automóveis trafegarem. Construímos infra-estrutura, para fazer aquela indústria transplantada ser absorvida por nosso país. Isso criou, evidentemente, uma onda desenvolvimentista, mas criou também o aumento da dependência do Brasil aos EUA. Então, nós podemos afirmar que o governo JK foi um governo em que a dependência do Brasil aos EUA se aprofundou de modo acelerado.

SF – Após a renúncia do pres. Jânio Quadros, em agosto de 1961, foi arquitetada por oficiais da Força Aérea Brasileira, a FAB, uma operação para derrubar o avião do vice-pres. João Goulart. O vice se encontrava em visita à República Popular da China e, pela Constituição de 1946, deveria assumir o cargo de presidente. A operação foi conhecida como Mosquito, mas foi debelada por sargentos da FAB. Fale-nos um pouco do episódio.

JD – O que se sabe da tentativa dessa operação terrorista, frustrada pelos cabos e sargentos, é que os aviões pilotados por oficiais golpistas decolariam da Base Aérea de Canoas, a unidade mais importante da FAB no Sul, e tentariam fazer isso mesmo. E não era só isso, não; em seguida, eles tentariam bombardear o Palácio Piratini, onde se encontrava o Governador Leonel Brizola, comandando a resistência ao Golpe da direita entreguista. Os cabos e sargentos da Base Aérea de Canoas souberam da tentativa criminosa e impediram que a operação fosse levada a efeito, causando pane técnica nas aeronaves, impossibilitando que decolassem.

SF – Como foi a reação das Forças Armadas quanto à posse do Sr. João Goulart? O então III Exército foi fiador da posse de Jango? Como foi implantada a cadeia da legalidade de Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul na ocasião?

JD – Leonel Brizola era Governador do Rio Grande do Sul e já tinha uma inserção na mídia, nas rádios e nos meios impressos. Naquele momento, ele requisitou a principal rádio de Porto Alegre e foi construindo a “Cadeia da Legalidade”, uma conexão com as demais rádios que iam se incorporando àquela cadeia, porque era um momento grave, um momento de ruptura institucional. Brizola começou a fazer um chamamento à população gaúcha e brasileira, para ajudarem-no na resistência ao golpe contra as Instituições Nacionais. A resposta da população do Rio Grande do Sul foi imediata e a Praça da Matriz, em frente ao Palácio Piratini ficou apinhada de gente. Outros estados brasileiros também começaram a se mobilizar e se organizar. E pela primeira vez na história do Brasil foram criados os “batalhões populares”, uma coisa extraordinária: cada cidade tinha o seu batalhão. E é evidente que o III Exército, naquela conjuntura, tinha que acompanhar o desejo da maioria dos gaúchos em defender a legalidade constitucional, porque a ilegalidade do golpe era escandalosa. O Comandante do III Exército assume então a “Campanha da Legalidade”, primeiro porque era um general nacionalista e patriota, segundo porque a grande maioria dos efetivos do III Exército estava a favor da posse de Jango. Era, e continua sendo, muito difícil para um comandante se posicionar contra a sua própria base militar, seu estofamento físico, seus comandados.

Portanto, a verdadeira avalista da posse de Jango foi esta mobilização popular, atendendo ao chamado de Leonel Brizola.

SF – Nas eleições de 1962, os sargentos se candidataram a cargos do legislativo. Qual era a real intenção dos sargentos ao se candidatarem?

JD – Os movimentos dos subtenentes e sargentos, antes de 1964, eram processos reivindicatórios que visavam à elevação do padrão de vida dessa categoria e à conquista de direitos básicos e elementares assegurados a qualquer cidadão e negados a esses subtenentes e sargentos. Esses movimentos, pela sua própria natureza, só podiam e deviam ser tratados dentro das respectivas entidades de classe, e para isso tornava-se indispensável a eleição de diretorias atuantes e capazes de conduzir com firmeza e fidelidade de princípios o encaminhamento decisório dessas conquistas. Os regulamentos militares, muitos deles do

período da República Velha, violentavam direitos assegurados aos cidadãos na Constituição brasileira, e poucos parlamentares se davam conta do problema.

Qualquer funcionário público tinha sua estabilidade funcional assegurada aos dois anos de serviço se fosse concursado, e aos cinco anos se fosse contratado. Os únicos que não tinham estabilidade com tempo nenhum de serviço eram os subtenentes e sargentos. Às vezes, faltando apenas meses para ser reformado, o que significava 25 anos de serviço ativo, poderia o sargento simplesmente não ter o seu pedido de reengajamento deferido, e era dispensado, sem qualquer direito à indenização, com o agravamento de não possuir experiência no campo profissional civil para sustentar sua família. Bastava, e isso era frequente, que um oficial não quisesse que determinado sargento continuasse nas fileiras das Forças Armadas e se desencadeava sobre ele uma avalanche de punições sob qualquer pretexto, que culminavam com a negativa de um “conceito” e no indeferimento do seu pedido de reengajamento, e então, mais um cidadão ia engrossar as fileiras da miséria.

Qualquer pessoa maior de idade era reconhecida pelo Estado como suficientemente responsável para contrair matrimônio, constituir uma família, menos os subtenentes e sargentos das Forças Armadas. Só depois de cinco anos, na graduação de sargento, que, quando alcançada, já passava dos trinta anos de idade, e assim mesmo dependia do resultado de uma sindicância sobre a moça e posterior autorização do comandante. Nenhuma jovem ousava se aproximar de um sargento, não queria saber de namorar tal militar, e era orientada pelos pais de que este não podia se casar. Quando um colega se dirigia aos familiares de uma jovem, a pergunta de praxe era se ele já tinha cinco anos de sargento e mais de vinte e cinco anos de idade. Se um sargento se casasse mais cedo, era simplesmente licenciado. O mínimo que ocorria era ser punido disciplinarmente, prejudicando sua carreira militar.

Toda e qualquer pessoa que completasse dezoito anos de idade era considerada pelo Estado como capaz de ocupar cargos eletivos e de votar; menos os analfabetos e os subtenentes e sargentos. Nós podíamos morrer pela Pátria no cumprimento do nosso dever, mas não podíamos influir no processo de aprimoramento da vida nacional. Nós não podíamos votar nem ser votados. Quando começamos os primeiros passos da nossa luta, ganhávamos de soldo, como 3º sargento, pouco mais do que o salário mínimo existente no País.

Foi exatamente por uma decorrência natural da nossa difícil situação econômica que passamos a trabalhar pela elaboração de um Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares. Esta foi a nossa primeira reivindicação. Conseguimos a aprovação de um Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares. Entretanto, não chegou a ser um Código que

satisfizesse o nosso programa reivindicatório, mas era o primeiro passo. Nessa luta nós acumulamos experiências e ânimo para continuar em frente.

Outras reivindicações tinham aspectos puramente militares, como, por exemplo, o nosso sistema de promoções. Na realidade não existia sistema nenhum de promoções. A maneira como se promovia era totalmente injusta. Basta dizer que as promoções eram feitas dentro das necessidades do quartel onde servia o sargento. Se não houvesse vaga, nunca o sargento seria promovido, permaneceria a vida inteira, até a sua reforma, na mesma graduação. Havia casos em que o sargento tinha até mais de 15 anos de serviço, sempre tendo conceito, e, de repente, na hora se lhe concederem reengajamento, inexplicavelmente, não tinha mais conceito. Este independia do comportamento, da capacidade profissional e do tempo de serviço do sargento. Era uma opinião pessoal, baseada em critérios muito pessoais. Diante de constatações desse tipo, não nos restavam alternativas, partimos para conseguir uma Lei de Promoções e um Almanaque dos Subtenentes e Sargentos das Forças Armadas e Auxiliares. Conseguimos a aprovação da Lei de Promoções, mas não conseguimos o almanaque. Com esta lei muitas injustiças foram superadas.

Outro objetivo da nossa atuação foi a da elegibilidade dos subtenentes e sargentos. Havia uma razão especial para que incluíssemos este tema no nosso programa reivindicatório. É que nas lides anteriores sentimos que nos debates parlamentares faltava calor, entusiasmo, sensibilidade e conhecimento específico dos nossos problemas, por parte dos parlamentares, e então resolvemos concentrar todo o nosso esforço na eleição de deputados federais e estaduais, sargentos, para levar nossas reivindicações às mais altas esferas de decisão, sem vacilações, sem indecisões, sem concessões, mesmo sabendo que sargento era inelegível.

Iniciamos nossos trabalhos para estabelecer normas de ação com a finalidade de conseguir a elegibilidade dos sargentos. Foi precisamente na execução desse trabalho que nos insinuamos no emaranhado das complicações e implicações dos interesses de toda ordem, e nas raízes profundas de todos os problemas nacionais, inclusive dos nossos próprios problemas.

Ao buscarmos popularizar nossos candidatos junto ao eleitorado e em contado direto com a realidade de nosso povo, percebemos com profunda tristeza e constrangimento que as angústias e anseios das grandes massas trabalhadoras de nosso Brasil, lá fora, se confundiam, se identificavam exatamente com as mesmas angústias e os mesmos anseios que sentíamos e que, por métodos e caminhos diferentes, estávamos lutando por um único e comum objetivo: necessidade de justiça. E, assim, inevitavelmente, a história nos uniu nesta caminhada heróica pelo aperfeiçoamento do convívio nacional mais justo e humano e nos fez caminhar de mãos

dadas na luta pelas transformações das estruturas sócio-político-econômicas. Portanto, a representação política dos sargentos, na nossa concepção, era para defender os postulados de toda a população brasileira, porque “sargento também é povo” era esse o nosso “slogan” de campanha. E onde eles se expressavam? Nas Reformas de Base. Eles se expressavam na Reforma Agrária, na Reforma Urbana, no controle das remessas de lucros para o exterior e no monopólio estatal do petróleo.

SF – A próxima questão seria exatamente sobre isso. Os sargentos tinham uma postura corporativista ou reformista relativo à reforma de base? Quais eram os verdadeiros motivos de suas reivindicações?

JD – Os verdadeiros motivos das reivindicações dos subtenentes e sargentos já foram explicados na pergunta anterior.

Os subtenentes e sargentos não poderiam ser “corporativistas” simplesmente porque lutavam contra as injustiças da corporação. Queriam torná-la justa, igualitária e solidária com a população brasileira.

Portanto, a luta dos sargentos em busca da solidariedade da população brasileira para sua justa causa exigia, em contrapartida, a realização das Reformas de Base, da Reforma Agrária, da defesa do monopólio estatal do petróleo e do controle das remessas de lucros para o exterior, entre outras medidas populares de justiça social. Essas Reformas se constituíam em uma verdadeira Revolução, jamais em reformismo, porque tornariam a causa do povo e a causa do soldado uma mesma e única causa.

A dura verdade é que as Forças Armadas Brasileiras foram constituídas para defender a população brasileira e não para tutelá-la, muito menos para golpeá-la, como fizeram os militares entreguistas em 1964, atendendo aos interesses financeiros e econômicos monopolistas dos EUA.

Então, nós, sargentos, defendíamos a soberania nacional, uma política econômica que atendesse às necessidades básicas de nossa população e as liberdades democráticas. “Sargento também é povo”, era o “slogan” que a gente usava: “sargento também é povo”. Nós queríamos ter os mesmos direitos que o povo já conquistara; se o povo tinha direito de eleger seus candidatos, nós queríamos eleger também os nossos.

SF – O senhor conheceu o sargento Antônio Garcia Filho, eleito pelo antigo estado da GB em 1962? E os demais candidatos, como Aimoré Zoch Cavalheiro e Edgar Nogueira Borges? Poderia falar um pouco da atuação política deles?

JD – O Edgar Nogueira Borges eu não conheci. Mas a candidatura de Antônio Garcia Filho foi o resultado de uma aliança. Nós fizemos um tipo de frente. Havia vários movimentos: havia o movimento dos sargentos da Marinha, o movimento dos marinheiros e também o movimento do pessoal da Aeronáutica. Como nós éramos do Exército, nosso trabalho se concentrava mais na esfera do Exército. O Sargento Antonio Garcia também era do Exército. Alguns candidatos a candidato se apresentaram, mas Garcia emergia como um nome de consenso, embora não fosse um elemento caracterizadamente de esquerda — ele não era de esquerda, era um candidato, vamos chamar assim, entre progressista e conservador. Mas ele não era de esquerda, nunca foi. Mas era uma pessoa com quem dava para trabalhar, porque ele reunia parcelas de sargentos que não tinham afinidade conosco. Então nos unimos e fizemos uma convenção para escolher nosso candidato a deputado Federal— acho que nós fomos o primeiro grupo social que fez uma convenção para tirar um candidato, em 1962, lá na academia de judô de Marechal Hermes. Garcia foi apoiado pelo pessoal da Aeronáutica e também da Marinha. Foi um ganho de qualidade do ponto de vista da unidade e crescimento do movimento dos sargentos. O que se conhece do Almoré Zoch Cavalheiro é que ele expressava uma posição política mais evoluída, mais progressista, mais consciente e, portanto, bem melhor que a do Garcia. O Amadeu Felipe conhece muito bem ele, lá do Sul. O problema das divergências que ocorreram entre alguns grupos que ajudaram na eleição de Antônio Garcia Filho é que ele, Garcia, se tornara muito personalista: ele achava que havia vencido a eleição porque era bom de palanque e não porque os companheiros haviam conquistado àquele mandato. Então, ele passou a achar que era o dono da bola, do time e do jogo.

SF – O que foi o episódio de setembro de 1963 quando sargentos da Aeronáutica e da Marinha, sob a liderança de Antônio Prestes de Paula, se sublevaram para posições-chaves em Brasília? Como foi a reação da opinião pública e dos comandantes das Forças Armadas? A postura do Sr. João Goulart foi de neutralidade no episódio?

JD – Olha, não acredito que a posição do presidente João Goulart tenha sido de neutralidade, ele não demonstrou isso. O presidente Jango tinha que resolver o problema. Tratou de superá-

lo e realmente acabou superando. Porque aquilo não era cabível, quer dizer, não era correto fazer um levante no DF, sem discutir com os demais companheiros das outras unidades da Federação. Nós não tivemos conhecimento antecipado do levante. É que Garcia, como ficava em Brasília, tinha mais contato com o pessoal de lá, e nós aqui, no Rio de Janeiro, não tínhamos contato com ele, então me parece que houve uma desinformação nesse episódio. Esse fato causou, com certeza, um desgaste no Movimento dos Sargentos e, se houvesse uma discussão prévia com os demais companheiros, possivelmente, o levante poderia não ter acontecido. Porque o problema não era só a elegibilidade dos sargentos, esse era um dos problemas da nossa pauta, porém havia os problemas da sustentação das liberdades democráticas no Brasil, da realização das Reformas de Base e do controle das remessas de lucros para o exterior. Então, não era justo causar dano ao governo que promovia as Reformas de Base que lutávamos para realizar. Então, a garantia da Ordem Legal, as Reformas de Base e o controle das remessas de lucros para o exterior era o nosso eixo principal. A elegibilidade dos sargentos era um dos pontos da nossa pauta de reivindicações e lutávamos por ela. Entretanto, promover um levante com esta única bandeira, sem discussão, invertendo as prioridades nacionais que devíamos respeitar, equivaleria fornecer armas para o inimigo nos atacar.

SF – Ainda sobre essa questão, como foi a reação da opinião pública e a dos comandantes das Forças Armadas?

JD – A reação foi de repúdio evidentemente, os comandantes repudiaram aquela coisa toda, acharam totalmente abusivo do ponto de vista político e militar. De fato, a opinião pública que defendia o presidente João Goulart ficou estupefata, como nós ficamos também, porque nós não tivemos conhecimento prévio daquilo! Agora, a opinião pública da direita comemorou o levante: “esse governo subversivo fica estimulando a desagregação das Forças Armadas etc. etc.”. Então, para a direita golpista e entreguista o levante foi um inesperado presente como propaganda política contra o governo de Jango e as Reformas de Base.

SF – O Jango era pró-sargentos ou os sargentos eram pró-Jango? Ou nenhum dos dois?

JD – Nenhum dos dois. O presidente João Goulart não era pró-sargento porque, ainda que precisasse de apoio, ele sabia que não poderia priorizar os sargentos porque isso poderia criar atrito com os oficiais. Aliás, a direita golpista e entreguista explorou muito isso. Os sargentos,

por sua vez, não eram pró-Jango, porque necessitavam pressionar o governo para que as Reformas de Base fossem realizadas. Isto é, como necessitavam manter essa posição política de pressão sobre o governo, os sargentos não poderiam abrir a guarda e serem cooptados. Então, tanto nós quanto Jango queríamos a realização das Reformas de Base e o controle das remessas de lucros para o exterior, porque essa posição política comum significava um avanço autenticamente revolucionário na cidadania de nossa população. Então a questão não era pró-Jango, era pró- o que o Jango estava fazendo. Acho que aí é bem claro. O presidente Jango era aquilo o que ele estava realizando, não o que ele era.

Portanto, o nosso papel era defender o presidente da República, porque a lei assim determinava, e se o presidente estava realizando os nossos sonhos, melhor ainda, tínhamos que defendê-lo com mais garra, mais vontade e mais coragem.

SF – E os sargentos, dentro de suas reivindicações, buscavam o apoio do oficialato ou pretendiam quebrar a hierarquia das Forças Armadas?

JD – É obvio que se os sargentos contassem com o apoio da oficialidade, os problemas estariam solucionados, não há nenhuma dúvida. Entretanto a maioria dos oficiais não demonstrava qualquer interesse em ajudar a resolver os problemas dos sargentos e muito menos os problemas do Brasil.

Então nós, sargentos, tínhamos que travar uma batalha de ideias com os oficiais, argumentando que a realização das Reformas de Base e o controle das remessas de lucros para o exterior, propostas pelo governo Jango, também deveriam ser defendidas pelos oficiais, porque tais medidas significavam a garantia da soberania nacional, da qual os oficiais também eram responsáveis.

Até o último minuto defendemos o respeito à hierarquia dentro das Forças Armadas, porque fomos, no momento em que o Golpe se desenvolvia, junto a dezenas de sargentos do Exército, exortar o general Oromar Osório, comandante da Divisão de Infantaria da Vila Militar, para que ele assumisse o comando da resistência ao Golpe da direita entreguista contra o Brasil, porém o general negou-se, alegando que o presidente João Goulart não queria que houvesse derramamento de sangue entre irmãos. Então, explicamos ao general Oromar que não haveria derramamento de sangue, porque dispúnhamos de maior apoio dentro dos quartéis do Rio de Janeiro, na defesa da legalidade democrática. Entretanto, o general Oromar Osório se manteve inerte no momento mais dramático para a população brasileira, que outrora, perante o pavilhão nacional, havia jurado defender.

O general Oromar Osório estava mais preocupado, naquele momento, em orientar os carregadores de seus armários e escrivatinhas que estavam sendo retirados do QG da DI para um veículo de transporte de mudanças.

Portanto, quem quebrou a hierarquia das Forças Armadas foram os que subverteram a ordem legal, a Constituição Federal e promoveram o Golpe de 1.º de abril de 1964, depondo, ilegalmente, o presidente da República e seu comandante-em-chefe João Belchior Marques Goulart.

SF – Em 13 de março de 1964, na Central do Brasil, ao lado do antigo Ministério da Guerra, foi realizado o Comício das Reformas. Na sua opinião, ele foi preponderante para que os conspiradores conquistassem novos adeptos para a deposição do presidente João Goulart?

JD – Não, não, pelo contrário. O memorável Comício da Central do Brasil do dia 13 de março de 1964 foi a mais poderosa afirmação de cidadania da população brasileira em luta por seu direito à alimentação, à educação, à saúde, à cultura e, acima de tudo, o direito de ouvir, cara a cara, olho no olho, junto a duzentas mil pessoas ali reunidas, o presidente João Goulart editar os decretos que realizariam a Reforma Agrária no Brasil, entre outras medidas. A democracia direta, que tanto pavor causa à burguesia, estava se realizando naquele evento. A República Popular da China, que Jango havia visitado em 1961, já havia feito a sua reforma agrária, revolucionariamente, quinze anos antes. Nós, sargentos, estávamos naquele Comício defendendo os interesses populares e apoiando, fisicamente, o presidente João Goulart. Então, aquele era um momento de grandeza, de transparência, em que a população presente se expressava afirmativamente, democraticamente e livremente, produzindo vibrações e emoções extraordinárias, irradiando poderosa energia para o Brasil e para o mundo. Até aqueles militares que estavam em dúvida sobre qual posição deveriam tomar, pararam para pensar. Naquele Comício, a emoção bateu forte com a chegada de milhares de trabalhadores petroleiros que marchavam, empunhando tochas, da Candelária até a Central do Brasil, iluminando a ação da consciência popular. Aquele era, de fato, um espetáculo olímpico!

É claro que a campanha da direita golpista, utilizando a mídia serviçal aos interesses hegemônicos dos EUA, iria tentar desconstruir aquele memorável evento. A direita golpista tratou de assustar a classe média e mobilizou a Igreja com o “perigo comunista” e a “República sindicalista” que Jango, supostamente, representava, enquanto a CIA (Agência Central de Inteligência) do governo dos EUA despejava milhões de dólares para a CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia), para o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação

Democrática) e para o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), além das ações criminosas do general Vernon Walters e do Embaixador Lincoln Gordon que tratavam de “convencer” alguns generais brasileiros a participarem da empreitada golpista contra o Brasil.

A luta política no Brasil, antes do Golpe de 1964, estava sendo travada no terreno das idéias, com o uso da dialética e da batalha das idéias. Até as “marchas da família com Deus pela democracia” ou “pela liberdade” promovidas pela CAMDE, financiadas com os dólares da CIA, se situavam no plano das idéias, embora servissem de anteparo (preparação do terreno) para o Golpe da direita vendida ao governo dos EUA.

Parece óbvio que se a direita entreguista se confessava democrática, deveria seguir pelos caminhos constitucionais democráticos, usando argumentos democráticos, debates democráticos e manifestações democráticas, no parlamento e nas ruas.

Portanto, a dura verdade é que a direita golpista e entreguista perdeu a batalha das idéias, no confronto democrático com as forças populares, que lutavam pela realização das Reformas de Base e pelo controle das remessas de lucros para o exterior, durante o governo de Jango.

E a prova da derrota da direita, no plano das idéias, ficou confirmada na sua ação golpista de ruptura do processo democrático. Assim, o Golpe de 1.º de abril de 1964, que tanto sofrimento causou à população brasileira, produziu, também, a constatação histórica de que os argumentos da direita não podem prevalecer e nem conviver democraticamente!

SF – O que foi um episódio conhecido como a Revolta dos Marinheiros?

JD – Nos dias 25, 26 e 27 de março de 1964, os marinheiros e fuzileiros navais do Brasil realizaram, desarmados, uma Assembléia exclusivamente política. Na pauta de discussões eles defendiam o direito de se organizarem em associação e apoiavam a realização das Reformas de Base propostas pelo presidente Constitucional do País e comandante-em-chefe da Força Armada a que estavam integrados.

A prova de que aquela Assembléia tinha motivação exclusivamente política, foi dada pelo Ministro da Marinha da época – Almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues, quando ele resolveu, politicamente, o impasse decorrente daquela manifestação, sem punir disciplinarmente um único marinheiro sequer. Anistiou a todos, fato que impressionou vivamente o presidente João Goulart, pelas referências elogiosas à competência de seu mais novo Ministro.

Todavia, no Clube Naval, outra reunião também se realizava com apelos veementes pela deposição do presidente João Goulart.

Os marinheiros comemoravam o aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, e convidaram as pessoas para participarem daquele evento. Naquele momento, a chamada “Revolta dos Marinheiros” era, na verdade, uma comemoração comum, normal, uma festa de aniversário. Todavia, a direita golpista provocou ao máximo os marinheiros, efetuando prisões, jogando marinheiros ao mar, com o propósito de criar um clima de confronto, que resultasse na repressão aos marujos por parte das autoridades navais. Com os ânimos exaltados, os marinheiros se declararam em assembléia permanente. Um companheiro que estava comigo naquela Assembléia comentou: “radicalizaram a porra da festa!”. Sabíamos o exato significado das provocações da direita golpista: a direita necessitava ampliar seus efetivos golpistas junto à oficialidade que ainda relutava em incorporar-se a eles.

O Marinheiro João Cândido Felisberto, comandante da Revolta contra a Chibata na Marinha do Brasil em 1910, que também se encontrava no Sindicato comentou: “Eu nunca vi revolta de marinheiro em terra!”

Os marinheiros foram encurralados e ficaram internados no sindicato, viraram alvo fácil, aí aumentaram as articulações golpistas com o apoio da mídia. Porém, o movimento popular e nas Forças Armadas também era forte.

Mandaram uma tropa de fuzileiros navais para prender os marinheiros dentro do Sindicato, e essa tropa depôs as armas e aderiu aos marinheiros que lá se encontravam.

Diante do impasse criado que favorecia a direita golpista, o governo Jango nomeia para Ministro da Marinha o Almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues que resolveu, magistralmente, o problema. Então foi isso que ocorreu: a direita golpista provocou aquele confronto, provocaram os marinheiros, para dizerem depois que aquilo era motim, baderna, subversão. O objetivo buscado pela direita golpista, com essas provocações, era atrair a oficialidade chamada de maioria silenciosa, eles queriam que a maioria silenciosa se voltasse para o lado deles, quer dizer, para o Golpe contra seu próprio país.

SF – O discurso de Jango no Automóvel Clube do Brasil para praças, sargentos e suboficiais foi um estopim para o golpe ou foi uma série de fatos como a Revolta dos Marinheiros que levaram ao golpe?

JD – Não foi nenhum desses eventos. O que levou ao Golpe de 1.º de abril de 1964 foi a edição do decreto do presidente João Goulart de desapropriação de terras, que dava início à Reforma Agrária e a sua disposição de controlar as remessas de lucros para o exterior. O evento do dia 30 de março de 1964, no Automóvel Clube não foi o estopim, porque naquela noite o general comandante da IV Região Militar já estava começando o deslocamento de suas tropas em direção ao Rio de Janeiro.

Obviamente que, diante do agravamento do quadro político, não cabiam mais manifestações festivas, porque elas estavam se prestando para levar água para o moinho da direita golpista.

Então, a nossa proposta era suspender a manifestação do dia 30 de março no Automóvel Clube e convocar os sargentos do Exército para saírem das unidades da Vila Militar e das outras unidades, fardados, em caminhões do Exército, autorizados pelos comandantes leais ao presidente João Goulart, cujo destino seria o Palácio das Laranjeiras, onde se realizaria uma homenagem ao presidente Jango, na qual um sargento faria um discurso de apoio ao presidente, à ordem constituída, à legalidade democrática e às Reformas de Base — nossa posição. Os companheiros da Marinha e da Aeronáutica também compareceriam nas mesmas condições. Encerrada a homenagem ao presidente João Goulart e tendo ouvido o que ele teria a nos dizer, voltaríamos para as nossas unidades, onde ficaríamos aquartelados de prontidão, aguardando o desenvolvimento dos fatos e prontos para agir conforme as circunstâncias, em defesa da legalidade constitucional.

Como já sabíamos que o projeto golpista estava a ponto de ser detonado, é que fomos contrários a realização de mais um evento festivo, porque a direita golpista estava usando esses eventos para desgastar Jango e as Reformas de Base. Portanto, o nosso entendimento era de que o evento do Automóvel Clube, no dia 30 de março de 1964, seria usado pela mídia golpista, para atacar Jango e as Reformas de Base. E nessa hora devíamos tomar uma posição militar, de respeito à hierarquia e apoio ao presidente da República, nosso comandante-em-chefe. Porque se a direita golpista viesse com uma posição militar de ruptura, como acabou ocorrendo, os sargentos deveriam responder com uma posição militar legalista à altura do desafio, do enfrentamento. Essa era a nossa posição nos idos de março de 1964, e até hoje estou convencido de que estávamos certos.

SF – Na opinião do senhor, o que deflagrou o Golpe de Estado de 1964? Qual foi a influência dos EUA na deposição do presidente João Goulart?

JD – É evidente que o controle das remessas de lucros para o exterior, para os EUA principalmente, afetava profundamente os interesses imperialistas estadunidenses. Portanto, o controle dessa sangria de recursos financeiros drenados incessantemente de nosso país, caso fosse efetivado, favoreceria nossa população, os investimentos sociais e a soberania do Brasil.

Por outro lado, muitos povos da Ásia e da África desenvolviam lutas de libertação nacional. Na América Latina já havia ocorrido, em 1959, o triunfo da Revolução Cubana, além do desenvolvimento de outros movimentos de libertação nacional.

Todavia, é necessário considerar que, em 1961, os EUA atentaram contra a soberania de Cuba, com um ataque de mercenários ao território cubano, fato que obrigou Cuba a pedir ajuda e proteção a URSS. Em 1962, explode a crise dos mísseis, que é solucionada com o compromisso do governo dos EUA respeitar a soberania cubana, em troca da retirada dos mísseis soviéticos da Ilha. Entretanto, justamente nessa época, os EUA começam sua escalada bélica no Vietnã, de onde só saíram derrotados em 1975.

Parece óbvio que o Brasil sempre foi visto pelos EUA como um país importante para ser espoliado, saqueado e escravizado pelo Império do Norte, em razão de suas enormes potencialidades naturais. Então, as Reformas de Base que Jango tentava realizar, seguramente, transformariam o Brasil, não numa imensa Cuba, como alardearam alguns expoentes da direita golpista e entreguista, mas em algo equivalente a uma República Popular da China, que Jango havia visitado em 1961. É evidente que Jango foi lá para conhecer as experiências revolucionárias e inovadoras do povo chinês. E isso foi em 1961. Se considerarmos a realidade da República Popular da China hoje, o Brasil e os EUA de hoje, podemos fazer uma leitura bem objetiva e saberemos exatamente o que significavam para a população brasileira as Reformas de Base do presidente João Goulart.

Por que os EUA ficaram apavorados? Porque os debates e a mobilização popular em torno das Reformas de Base despertavam a consciência da população brasileira e isso se traduziria, mais cedo ou mais tarde, na libertação do Brasil da política de dependência, de submissão e de chantagem promovidas pelos EUA contra o nosso país.

Tanto Jango quanto os sargentos tinham a nítida compreensão de que somente com a conscientização e a organização da população brasileira seria possível retirar o Brasil da esfera de influência nefasta dos EUA.

A dura verdade é que com o triunfo do Golpe Imperialista de 1.º de abril de 1964 contra o Brasil possibilitou o Golpe contra a República Dominicana, em 1965, quando o Brasil mandou tropas para ajudar os golpistas; o Golpe contra o Chile de Salvador Allende, em 1973, contra a Argentina, em 1976, contra a Guatemala, Nicarágua e Granada. Quer

dizer, a América Latina virou um campo de experimentos para esses golpes militares. Esses golpes foram se sucedendo, porque se tratava, e continua se tratando, de uma guerra imperialista de espoliação para a manutenção da política de dominação geopolítica EUA sobre todos os povos da Terra.

Portanto, não pode haver dúvida alguma de que essa política imperialista deve ser abolida pela ação vigorosa de suas vítimas, porque essas vítimas tendem a aumentar, geometricamente, em razão dos limites que a atual crise de sobreprodução capitalista está impondo ao próprio sistema capitalista.

SF – A Operação Brother Sam foi preponderante nesse episódio ou serviu apenas para dar apoio logístico aos golpistas?

JD – A Operação Brother Sam, segundo a mídia, se destinava em princípio ao apoio logístico aos golpistas. Os golpistas imaginavam o seguinte: fariam um governo em MG, Belo Horizonte, ou até SP. E claro que eles sabiam que no RJ eles não tinham comando. Militarmente no RJ nós estávamos mais fortes, até os generais confessaram, eles sabiam, possuíam informações. Então o que ia acontecer? MG não tinha expressão militar, SP não tinha muito; o fato é que tudo isso são especulações, porque as condições do terreno onde a luta, supostamente, deveria ser travada seriam modificadas continuamente. Porém, uma coisa é certa, quando uma tropa estrangeira invade um país, a qualidade da resistência nacional se transforma e toda a população se une contra o invasor. O exemplo da Guerra de agressão do Japão contra a China, antes da Revolução, atesta essa verdade histórica.

SF – Última pergunta da entrevista de hoje. Por que o governo Jango caiu sem oferecer resistência, ao contrário de setembro de 1961? Onde estava o famoso dispositivo militar do presidente?

JD – Em fevereiro de 1964, eu e outro companheiro da nossa organização fomos falar com o general Assis Brasil. Ao chegarmos na casa do general encontramos os dirigentes sindicais Hércules Correia e Osvaldo Pacheco e o ajudante de ordens do general, capitão Eduardo Chuay. Nesta oportunidade, fizemos pesadas críticas ao dispositivo militar que, supostamente, seria poderoso. Explicamos ao general Assis Brasil que havia oficiais golpistas ocupando importantes comandos, inclusive de grandes unidades, e a cada denúncia que fazíamos, nossos companheiros sargentos eram punidos e transferidos para unidades distantes do Rio de

Janeiro. Nossas reclamações ao general Assis Brasil foram interrompidas por um telefonema do presidente João Goulart e o general comentou com o presidente: “presidente, estou aqui com os sargentos e eles estão ‘na ponta dos cascos’”. Então, o general Assis Brasil distorceu o objetivo das críticas que estávamos fazendo ao seu dispositivo militar, e mentiu ao presidente João Goulart, ao insinuar que estávamos ali elogiando aquele dispositivo. Ao descermos do prédio, o sindicalista Hércules Correia nos interpelou: “você não podem falar assim com o general”. Então nossa resposta foi: “alguém tem que falar a verdade. Nós estamos sendo punidos por denunciar a ofensiva golpista da direita. Mas por que você diz que nós não podemos falar assim com o general?”, e Hércules Correia nos respondeu: “porque o general pode sumir com vocês”. No dia do golpe, eu e outro companheiro estávamos transportando armamento em uma Kombi, quando encontramos Hércules Correia, próximo ao aeroporto Santos Dumont, eu então retirei uma metralhadora da Kombi e ofereci a ele dizendo: “companheiro, aqui está sua arma, ainda podemos mudar esse jogo”, e ele, levantando as mãos, respondeu: “não, não, não podemos fazer mais nada, porque o presidente não quer”. Foi uma decepção, porque a imagem que tínhamos dele era a de um corajoso líder sindical.

Leonel Brizola, no primeiro momento do Golpe, queria oferecer resistência. Um camarada nosso que é coronel reformado do Exército, Pedro de Arbues Martins Alvarez. Ele era conhecido como o capitão do povo de Santa Maria-RS, a gente se conheceu quando eu era guri. Alvarez foi eleito vereador de Porto Alegre, depois foi deputado estadual e foi preso na época do Golpe. E ele relata que por ocasião do Golpe, Leonel Brizola queria que Jango assumisse o comando da resistência ao Golpe da direita entreguista. O general comandante do III Exército também queria fazer a resistência, reestruturar outra vez a campanha da legalidade. E o coronel Pedro Alvarez é que tem todo esse documentário dessa época, ele viveu aquilo ali. Ele viveu e responsabiliza Brizola por não ter feito o que tinha que fazer no momento, que era insistir com Jango para fazer a resistência. Porque tinha que fazer resistência, não dava para entender não resistir. Esse companheiro nosso, Manoel Alves de Oliveira, bateu com a cabeça nas grades da cela e se matou, não conseguiu compreender aquela capitulação, porque nós tínhamos maior força militar e o presidente entrega nossas posições sem luta, sem resistência. No fim, claro, não adiantava mais nada, sair com as unidades de qualquer maneira, às pressas, quando já estava tudo praticamente perdido. Na última reunião que os sargentos realizaram na casa do sargento Manoel Alves de Oliveira do 1.º GCan90AAé, esse companheiro sugeriu que reuníssemos o pessoal das Unidades que estavam dispostos à luta e nos deslocássemos com todo o equipamento para o centro do Rio

de Janeiro. Foi aí que surgiu outra proposta para que se discutisse o cronograma do deslocamento. Nesse breve e precioso tempo, os golpistas organizaram um grupo e começaram a prender os sargentos legalistas. Eu acabei me apresentando depois que todos os meus companheiros foram presos. A fuga do presidente João Goulart de suas responsabilidades foi lamentável, caiu sem resistir, não pode. O presidente do Brasil não tem o direito de meter a viola no saco e dizer que vai embora. E Jango, tempos depois, foi assassinado, não tenho dúvida nenhuma de que aquela troca de medicamentos foi deliberada para eliminá-lo conforme a imprensa já noticiou. Em 1961, não foi Jango quem resistiu, porque ele estava na China, foi Brizola quem resistiu porque tinha coragem e política na cabeça. Agora, qualquer governo terá que promover a mobilização popular. Se não fizer mobilização, se não governar junto com a população, não vai governar, mas não vai governar mesmo. Porque ninguém governa sem a efetiva participação popular! Mas isso é fácil, é só estabelecer a conexão. O povo é inteligente, criativo e está sempre disposto a enfrentar a realidade, por mais difícil que ela seja desde que o governante lhes fale a verdade nua e crua, sem dissimulação, sem mascarar os fatos. A fotografia da situação mundial é essa, a realidade é essa, econômica, política, social, geopolítica, os interesses estão aí, são esses todos. O que nós podemos fazer? Podemos e devemos nos afirmar como povo e como nação — é o que outros povos fazem. Eles se afirmam, trabalham, pesquisam, ficam sem dormir, mas é assim que tem que ser. Todos nós temos que nos doar em favor da luta popular, da unidade dos trabalhadores, não tem como ser de outra forma. Agora eu vejo, apesar de todos os pesares, mas eu vejo um exemplo rico, extraordinário porque os capitalistas ficaram sem saída. Por mais lambança que o Lula tenha feito aí, ela não chega a criar um antagonismo frente o que ele alardeia, e alguns setores até estão melhorando mesmo. Mas a crise é muito mais poderosa, e ela vai vir com força. E seja com o Lula, seja com o quem for, se a crise não vier até outubro, acho que ele se reelege. Acho que cada momento é momento de você analisar cada coisa, que cada coisa tem a sua própria realidade, a sua própria verdade é ligeiramente diferente da realidade anterior. E o que está acontecendo hoje é que as pessoas não estão vendo direito as coisas. Como dizia o Darcy Ribeiro, você tem que lavar os olhos pra enxergar isso aí.

SF – Então concluída a primeira entrevista com Daltro Jacques D’Ornellas, obrigado.

JD – Obrigado a você, disponha sempre.

APÊNDICE B – Entrevista⁴⁷ com o ex-cabo da Marinha Jorge José da Silva

SF – Jorge, quais foram as razões que o levaram a optar pela carreira militar: influência da família ou opção profissional?

JS – Eu posso dizer que foram ambas. O meu pai fora militar, e eu achava, naquela época, na minha formação infanto-juvenil, muito bonito. Ele acordava de manhã, e na folga dele via ele cantar esses hinos, o nacional, do Brasil, da independência, achava aquilo o máximo e pensava na minha cabeça que as Forças Armadas seriam uma projeção da sociedade para o mundo. E depois, quando eu ingressei na Marinha, eu fiz uma opção profissional que era o curso de eletrônica, que eu já tinha estudado até por correspondência, assim como o de eletricidade. Então foram esses dois fatores que fizeram com que eu tentasse a carreira militar.

SF – Como foi sua carreira dentro da Marinha? Poderia nos descrever sua trajetória?

JS – Minha carreira na Marinha foi rápida. Eu ingressei em 1958, no dia 6 de fevereiro de 1958 e saí exatamente em novembro de 1964, cassado. A minha carreira foi normal, com pouco tempo, como tinha bom comportamento, fui chamado rapidamente para cursar eletrônica, já estava com interstício para terceiro-sargento quando então fui pego pela cassação. Servi normalmente, porque naquela época todo marujo servia, naquela época participei da Guerra da Lagosta em 1963, o Golpe Militar em 1964, e da luta armada no Brasil. Eu participei da Guerrilha do Caparaó junto ao Jelcy.

SF – O senhor cursou a Escola de Aprendizes-Marinheiros? Como era a estrutura na época?

JS – Olha, a estrutura da Escola de Aprendizes-Marinheiros, naquela época, podia-se dizer até que era das mais avançadas do Brasil. Apesar da Marinha, como todas as Forças Armadas no Brasil, estar sofrendo muita influência norte-americana, nós ainda tínhamos alguma coisa da estrutura militar dos franceses, ou seja, fazer profissionais militares. Então na escola você aprendia. Primeiro você completava a sua alfabetização, porque dos marinheiros era exigido só o ensino fundamental, ou seja, o primário — se bem que naquela época o primário era muito bem administrado. Então ali o marinheiro aprendia o cotidiano da Marinha, como se

⁴⁷ Depoimento dado ao autor em 21 de agosto de 2006.

comportar, hierarquia, os hinos, as marchas, como ser militar, e também cidadão, o que é interessante, preparava ele para ser profissional. A Marinha naquela época, sempre trilhou por esse caminho: sendo um militar mas também um profissional — ninguém na Marinha chegava a cabo sem que tivesse uma profissão. A partir de sargento ele fazia a especialização, tudo isso no nível médio, porque o terceiro grau era para os oficiais; mas os praças tinham condições inclusive de guarnecer e comandar um navio, eles tinham condição de chegar ao oficialato, haja vista o caso do João Cândido que, em 1910, comandou um dos navios mais avançados do mundo. A estrutura seria essa. Apesar do grau de profissionalização, era negada aos praças a sua condição de cidadão, ou seja: não podia votar, casar e matricular-se em cursos civis

SF – Quanto à participação política, como era o posicionamento dos sargentos e praças naquela época do pós-II Guerra Mundial? Existia, num período pré-1964, uma divisão ideológica? Qual era a posição do senhor?

JS – Ideológica, assim, fica muito difícil de nós dizermos. Agora existia sim, dos praças. Os praças, sargentos, suboficiais. Nosso objetivo era estudar, cursar e ser promovido. Logo depois da Grande Guerra, então, houve uma mudança estrutural, que foi o Brasil copiar muitas coisas dos EUA. Tudo era em função dos EUA e sempre os marinheiros, os cabos, os sargentos que quisessem se sobressair aprendiam o inglês porque era a “língua do futuro”, conforme diziam. No período de 1964, conforme disse, ainda havia um grande posicionamento ideológico. No meu caso, eu tinha um pensamento que quase todos tinham: um nacionalismo muito exacerbado — nós éramos muito nacionalistas — mas não tínhamos assim nenhuma formação ideológica, a verdade é essa.

SF – Qual era a influência dos EUA dentro das Forças Armadas brasileiras? Essa influência era mais presente entre os oficiais ou também existia entre os praças, sargentos e suboficiais?

JS – Era muito mais presente nos oficiais, até por uma questão de dever de ofício, os oficiais que faziam aquela escola naval norte-americana, que tinha um módulo no Panamá, eles eram preferidos nas promoções. Já começou a existir isso, na Marinha me parece que no Exército também. Então todo o oficial que fizesse pós-graduação, o equivalente ao Estado Maior, nos EUA no canal do Panamá, ou lá em Washington mesmo, eles seriam preferidos. E no Exército isso parece que acontecia também. Quanto aos praças, por uma questão de osmose, eles

copiavam. Como te disse antes, era muito bonito um praça que falasse inglês, todos os escritos de guerra sempre tinham um oficial norte-americano. Enalteciam o Eisenhower, aquele que foi morto na Sicília, o George Patton era muito comentado, passavam muitos filmes a bordo sobre George Patton.

SF – O Partido Comunista Brasileiro, PCB, realizava algum trabalho político junto às Forças Armadas? O senhor foi filiado ao PCB?

JS – Vou começar a resposta pelo final. Não era filiado ao PCB, a maioria não era filiada. Agora, o Partido Comunista realmente e muito sutilmente fazia um trabalho, sim. Haja vista que essa questão da luta pelo marinheiro estudar, essas conquistas sociais, na época o marinheiro não podia andar à paisana, casar, estudar; não podia votar. Nós praticamente nem cidadão éramos. Então essa sementezinha foi lançada assim imperceptivelmente pelo PCB. Então, nós temos que casar, temos que estudar, andar à paisana. Há pouco tempo atrás, indo no antigo Ministério da Marinha, encontrei lá com um fuzileiro naval que, quando soube que eu era cassado e depois anistiado, veio me agradecer: “hoje em dia, se eu posso casar, se eu posso votar, se eu posso... é por causa de você, obrigado”.

SF – Em que momento da história recente do Brasil, na segunda metade do século XX especificamente, os sargentos, praças e suboficiais surgem como força de expressão nas Forças Armadas?

JS – Essa história pode ser retratada a partir mais ou menos de 1955, com o advento de Lott como militar político na história recente do Brasil. Foi quando os sargentos do Exército, que por mais incrível que pareça não tinham estabilidade, e era uma luta deles, então o Lott resolver atender os sargentos do Exército, a partir de 1955, logo depois da guerra, então os sargentos começaram a tomar uma posição política nas Forças Armadas. É claro e evidente que houve aí uma ação do PCB, porque o militar, conforme dizia o Napoleão, “não pensa, faz”, E essa era a filosofia realmente.

SF – Após a renúncia do pres. Jânio Quadros, em agosto de 1961, foi arquitetada por oficiais da Força Aérea Brasileira, a FAB, uma operação para derrubar o avião do vice-pres. João Goulart. O vice se encontrava em visita à República Popular da China e, pela Constituição de

1946, deveria assumir o cargo de presidente. A operação ficou conhecida como Mosquito, mas foi debelada por sargentos da FAB. Fale-nos um pouco do episódio.

JS – Aquilo que eu já disse: a divisão operacional ou funcional das Forças Armadas, que os oficiais tomavam conta da tecnologia militar pronta e acabada: que os oficiais iam comandar o navio que os praças preparavam, municavam, abasteciam, enfim, faziam toda a infraestrutura para que os oficiais comandassem esse navio. A FAB também não era diferente: o avião só voava quando o sargento fosse lá e fizesse a manutenção e os reparos mecânicos dos aviões. Quando então o Jango estava ainda na China, Forças Armadas — aqui naquela época o chefe militar era o Odílio Denys no Exército, Grun Moss na FAB e Silvio Heck na Marinha, oficiais de extrema direita, resolveram não dar posse ao vice-presidente porque ele estava na China; o Jango estava tentando uma coisa que o Brasil está fazendo agora e que está gostando muito: abrir o mercado chinês para o Brasil, e seria fantástico se naquela época isso fosse conseguido. Então o veto militar veio; aí o Brizola, que era governador do RS, mobilizou não só o estado como a força pública dele, e depois também o III Exército aderiu ao Brizola para que resistisse. Aqui no norte, no RJ, SP e até lá na base aérea de Valder Cães (PA), nós temos notícia disso, foi preparada a Operação Mosquito, pois sabia-se que Jango não iria direto para Brasília, porque na época a questão era que Brizola queria que Jango tomasse posse em Brasília. E Jango resolveu conciliar — de fato, Jango sempre foi conciliador e conciliou nesse momento e noutros mais na frente. Então ele resolveu vir da Europa e direto de Montevidéu então ele entraria pelo sul. Os oficiais golpistas da FAB já tinham preparado a Operação Mosquito para derrubar o avião presidencial por onde ele entrasse. Mas acontece que pelo movimento dos sargentos da Aeronáutica eles sabotaram os aviões, ou seja, nenhum dos aviões estava pronto para decolar porque sempre tinha um defeito, faltava uma peça de reposição, ou então ele não tinha condições de vôo. E nesse tempo que foi perdido pela oficialidade, a Operação Mosquito foi abortada, não teve outro jeito. Na Marinha nós chegamos a ir, naquela época eu servia no porta-aviões Minas Gerais, daqui do RJ nos deslocamos lá para o Sul, inclusive o porta-aviões tinha aviões de combate Grumman, que levavam armamento, para fazer um ataque lá no Palácio Piratini. Mas o primeiro avião que o porta-aviões tentou lançar, um avião de reconhecimento também foi sabotado, e esse avião caiu no mar, quando a catapulta lançou o avião ele caiu no mar e o piloto conseguiu escapar. Isso daí também foi o trabalho de sabotagem que foi feito.

SF – Como foi a reação das Forças Armadas quanto à posse do Sr. João Goulart? O então III Exército, situado ao sul do país, foi fiador da posse de Jango? Como foi implantada a cadeia da legalidade de Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul na ocasião?

JS – Aí tem a história, que o Brizola assim que soube que houvera o pronunciamento — naquela época na América Latina se falava “pronunciamento militar” — militar dos três chefes militares, então o Brizola imediatamente mobilizou todo o estado do RS. Foi uma coisa interessante: o Brizola era muito popular lá no Sul, ele mobilizou a sociedade e também a força pública, a famosa Brigada Militar, que tem tradução de luta desde a Guerra Farroupilha, essas coisas todas. Ele chamou o povo e realmente o povo todo foi para a frente do palácio, ele imediatamente montou uma rede nacional — a rede da legalidade — e ficou três dias discursando. Naquela época o comandante do III Exército era o general Machado Lopes, e ele recebeu ordem de prender o Leonel Brizola e sufocar qualquer rebelião que tivesse no estado do RS. Ele foi então no palácio conversar com o Brizola que antes de mais nada estava cumprindo a Constituição. O vice-presidente tinha que tomar posse, independente dele ter ido a China, ou não, ele era vice-presidente do Brasil e teria de tomar posse. Ele conta até a história que o Machado Lopes chegou no Palácio Piratini e disse que vinha prender o Brizola, o Brizola falou pra ele: “o senhor está na minha casa; preso está o senhor”. A realidade é que o Machado Lopes aderiu ao Brizola e o III Exército começou a marchar para o norte, nós estávamos com o porta-aviões em SC e vimos quando o III Exército estava se deslocando para o norte. E o interessante que quem era o comandante da unidade militar dali de SC era o Ernesto Geisel, um fator pitoresco naquela coisa.

SF – Nas eleições de 1962, os sargentos se candidataram a cargos do legislativo. Qual era a real intenção dos sargentos ao se candidatarem?

JS – Nessa época, os sargentos, principalmente os do Exército, num contexto político — é porque no Exército a maior politização foi dos sargentos, na Marinha dos praças, é uma coisa interessante. Me lembro que aqui tinha o sargento Zoch Aimoré e Garcia. Me parece que um desses dois era da FAB, o Zoch ou o Aimoré, não tenho certeza. Mas o Garcia Filho, que foi um nome mais conhecido no Brasil naquela época, comandava a esmagadora maioria dos sargentos, porque realmente os sargentos queriam representatividade no Congresso, inclusive para avançar mais nas conquistas sociais, e o que é interessante também: o sargento queria avanços sociais, porque naquela época, se falava das reformas de base — reforma agrária,

tributária, bancária, reivindicações que até hoje ainda não foram atendidas. E o sargento tinha essa bandeira também, sargentos do Exército, tiveram um avanço político muito grande. Realmente, pelo andar da carruagem em 1962, tanto que o Garcia Filho foi eleito e foi vetado, os militares vetaram a posse dele, ele foi para o Supremo; ele só tomou posse como deputado depois de uma luta no Supremo, ele como sargento, inclusive porque nas Forças Armadas só se votava depois de sargento, praça não votava. Então ele como eleitor, poderia ser eleito, a Constituição da época dizia isso. Mas a posição política dele era avançadíssima, fatalmente aí já existia o dedo do PCB, porque a reivindicação dele não era só a do sargento ser deputado ou não, seria todo um aspecto da classe deles.

SF – Os sargentos tinham uma postura corporativista ou reformista relativo à reforma de base? Quais eram os reais motivos de suas reivindicações?

JS – Exatamente, eles inclusive, desde aquele discurso do João Goulart e também do discurso do Automóvel Clube, antes do 13 de março, da Central do Brasil, os sargentos tinham reivindicações sociais propondo inclusive as reformas de base que eram exigidas pelos sargentos. Note-se também que na Marinha, quando se dera lá a rebelião do sindicato, aquela proclamação que o ex-presidente da nossa associação fez. Aquilo ali seria a imagem do que todo sargento queria. Aquele discurso do Anselmo seria, vamos assim dizer, a nossa premissa básica política, inclusive com os sargentos que queriam as reformas de base. Dizem que o Anselmo era muito articulado, mas realmente não tinha acesso a muita cultura, então você vê que aquilo foi elaborado com um conhecimento de causa bem profundo. Mas naquela época, nós não tínhamos profundidade política, nós só tínhamos aquele nacionalismo. E aquele manifesto do Anselmo seria o que estaria mais em consonância com as reivindicações dos sargentos do Exército, dos praças da Marinha, inclusive da ACAFAB – Associação de Cabos da Força Aérea Brasileira.

SF – O senhor conheceu o sargento Antônio Garcia Filho, eleito pelo antigo estado da GB em 1962? E os demais candidatos, como Aimoré Zoch Cavalheiro e Edgar Nogueira Borges? Poderia falar um pouco da atuação política deles?

JS – O Antônio Garcia eu conheci, inclusive conversei muito com ele. O Aimoré e o outro, não. Agora o Garcia eu conheci muito, passamos muitos dias conversando, isso perto da Anistia que tivemos tempo para conversar. O Garcia Filho era muito nacionalista, depois com

o transcurso do tempo foi cassado, como a maioria de todos os militares cassados e dentro da reforma reivindicatória da classe estavam todas as reformas de base. Realmente, o posicionamento dos sargentos do Exército, como os praças da Marinha e os cabos da Aeronáutica, era estritamente político. Até porque as Forças Armadas fizeram tudo para escamotear que as nossas condições eram administrativas, mas não teve como; os próprios inquéritos eram genéricos, as perguntas não indicavam se as infrações seriam políticas ou não, porque realmente nós queríamos as reformas de base, e o maior temor da elite brasileira era a de que as Forças Armadas não fossem mais usadas de acordo com seus interesses. Nesse contexto a hierarquia das Forças Armadas seria quebrada então a unidade de comando ficaria prejudicada.

SF – O que foi o episódio de setembro de 1963 quando sargentos da Aeronáutica e da Marinha, sob a liderança de Antônio Prestes de Paula, se sublevaram para posições-chaves em Brasília? Como foi a reação da opinião pública e dos comandantes das Forças Armadas? A postura do Sr. João Goulart foi de neutralidade no episódio?

JS – O Jango sabia que existia uma grande politização nas Forças Armadas, ele sabia disso, e não queria se comprometer. Ele na realidade achava isso bom, porque o Jango, apesar de ele ser um representante da elite brasileira, ele era de família rica, fazendeiro, estancieiro, criador de gado e essas coisas todas, ele tinha aquela mentalidade de que todos tinham o direito, e que o Brasil era um país de contrastes muito grande, ele corresponderia a um déspota esclarecido. Mas ele nunca foi contra a politização das Forças Armadas, ele pelo menos nunca demonstrou nada nesse sentido. Em 1963, o companheiro Prestes de Paula liderou uma rebelião lá em Brasília. Realmente aquilo foi numa época em que ainda não estava bem assentado se os praças, inclusive no caso do Garcia Filho que foi sargento eleito deputado, se podia assumir como deputado. Então isso ficou um pouco marcado, mas naquela época do Prestes de Paula ele chegou à conclusão que seria um momento para a gente agir dentro do nosso contexto, dentro do nosso campo de vida que seria militar, ou seja, nós lançarmos nossa indignação, nosso protesto contra a inelegibilidade do sargento Aimoré Zoch e outros. Esse foi um episódio que foi muito comentado, da inelegibilidade dos praças naquela época. O Prestes de Paula tinha uma grande correlação de forças e ele conseguiu uma repercussão muito grande tentando os objetivos políticos. E a opinião pública, sempre nós tínhamos condição de ouvir alguma coisa, alguma imprensa não comprometida, o próprio Jornal do Brasil e até o Correio da Manhã, que não nos dava apoio, principalmente O Globo que atacava isso de todo o jeito.

Claro que tinha também O Semanário, que era um tablóide. No Semanário tinha um repórter que escrevia lá de São Paulo, tinha esse do Globo que morreu, por incrível que pareça, o Paulo Francis, ele era um cara de esquerda de marca maior, nos apoiava nisso. Depois que eu vi a cara do Paulo Francis topar à direita que eu fiquei surpreso. Então aquela parcela da sociedade que estava se politizando nos apoiava, sim. Até porque já existia naquela época uma politização da classe média, da maioria do brasileiro que atingiu um grau de politização muito bom. Infelizmente, hoje em dia eu vejo que deram uma degradação nesse sentido, mas naquela época você se encontrava com o jovem e ele falava sobre política, grande parcela dos jovens daquela época se encontrava pra falar sobre política, ao invés de falar sobre futebol. Então nós tínhamos o apoio da sociedade brasileira. E haja vista também que nós tínhamos um programa na Rádio Mayrink Veiga, chamado Coluna Por Um, apresentado por Iran de Aquino, um programa todo dia ao meio-dia, entre 11h e meio-dia na Rádio Mayrink Veiga, todos os militares paravam para ouvir o rádio, e a respeito quando o Amauri Kruehl, que era Ministro do Exército, prendeu o Jelcy, o Iran de Aquino ficou uns três dias direto pedindo a liberdade do Jelcy.

Pode-se dizer que nessa rebelião de Brasília houvera uma parceria com uma parcela ponderável da sociedade civil. E João Goulart queria as reformas de base, sinceramente ele queria as reformas de base, e naquela época o conceito seria que no Brasil não aconteceria nada se não passasse pelos quartéis. Então a politização dos quartéis seria um meio pra se conseguir essas reformas de base. E os inimigos da pátria, do outro lado, viam como uma questão do comunismo. E até pra nós mesmos, nacionalistas exacerbados que queríamos as reformas de base, estava muito longe essa questão de comunismo, até porque a propaganda aqui dizia que muito comunista comia criança, comia fígado de criança. Agora o nacionalismo levaria a gente a essa realidade, reforma agrária: não sei o que iria acontecer se houvesse uma reforma agrária, tributária e bancária — falava-se também na bancária, porque hoje não se fala mais. O que seria a reforma bancária naquela época? Não deixar tanto lucro para os banqueiros; poi os banqueiros de três em três meses batem recorde em cima de recorde de lucro líquido; então tem que colocar um basta nisso, estipular para não ir tanto dinheiro para banqueiro, isso antes de 1964, que a gente falava em reformas agrária, tributária e bancária que agora não se fala mais.

SF – O Jango era pró-sargentos ou os sargentos eram pró-Jango?

JS – Olha, o Jango nunca foi contra a gente, vou voltar àquele episódio antes do Automóvel Clube, o IAPC: pelo que eu soube, depois até o companheiro Jelci poderia confirmar isso, Jango não ia ao Automóvel Clube, e a assessoria dele então já se sabia que existia a questão da projeção do golpe. Então a assessoria dizia, inclusive no Automóvel Clube houve uma reunião com os sargentos, a reunião seria dos sargentos com o presidente. Isso daí e a rebelião dos marinheiros foi depois a gota D'água para o golpe, então muitos assessores dele o aconselharam a não ir. Aí se não me engano, não foi o Amauri Kruei, era o Amauri Silva do PTB que era Ministro do Trabalho, ele disse: “presidente, os sargentos estão lhe esperando”. Isso seria uma prova de que ele estaria com os sargentos e obviamente, os sargentos com ele.

SF – E os sargentos, dentro de suas reivindicações, buscavam o apoio do oficialato ou pretendiam quebrar a hierarquia das Forças Armadas?

JS – Isso varia muito. O Exército tinha um número de oficiais, vamos dizer assim, progressistas, o Marechal Osvaldo Ferreira Alves, o Lott era nacionalista, o Gen. Assis Brasil, Ladário Pereira Teles, tinha uma parcela da oficialidade que, assim como na Aeronáutica e também na Marinha, apoiava as reivindicações dos subalternos, mas que achavam que também o Brasil deveria progredir. Isso eu sei muito porque eu me dei muito bem com o Ministro Paulo Mário da Cunha Rodrigues, que foi Ministro da Marinha de Guerra do João Goulart, então ficava conversando com ele, então ficava bem claro, ele até me dizia que os oficiais progressistas estavam com os praças nessas reivindicações. Ele até dizia que tanto o oficial como o praça, nesse sentido, estavam no mesmo barco. Ele sempre frisava que a hierarquia não pode ser quebrada, nós estamos no mesmo barco, nunca foi quebrada essa hierarquia. Então fica claro que tanto os oficiais progressistas como os praças teriam os mesmos objetivos, os dois caminhavam juntos para o mesmo objetivo, talvez fosse essa a melhor explicação.

SF – Em 13 de março de 1964, na Central do Brasil, ao lado do Ministério do Exército, foi realizado o Comício das Reformas. Na sua opinião, ele foi preponderante para que os conspiradores conquistassem novos adeptos para a deposição do presidente João Goulart?

JS – Não, isso não. Olha, esse golpe ele já estava gestado desde 1961. Quando em 1955, o Juscelino não estava muito ligado nesse negócio de ideologia, tudo indica que ele queria ser presidente da República para fazer Brasília, tanto é que um dos melhores amigos do Juscelino era o Oscar Niemeyer, o sustentáculo do PCB. Então baseado nessa liberdade ideológica do Juscelino, a direita já começou a criticá-lo, o Major Veloso, o Bournier, outros oficiais golpistas, então você vê que estava em constante gestação esse golpe, sempre pela perspectiva açulada com a CIA norte-americana do perigo vermelho comunista. Se o Juscelino não quer dinheiro do FMI e tem amigo comunista, então esse cara, não sei não, cuidado, diria a direita. Na posse de Juscelino, o Lott teve de dar o contragolpe. Então em 1961, nem se fala, a coisa já estava toda montada pra que Jango não assumisse. Mas naquela época tinha um posto chave que era ocupado por um nacionalista, que era o Leonel Brizola, que eles não contavam com reação. Sempre a filosofia do golpe era essa, se você está com 10 eu estou com 1.000, então o que eu digo que não tinha esquerda nem direita para execução do golpe. Então já estava desde aquela época sendo gestado o golpe e à medida que Jango assumiu o poder, que os ânimos foram se acirrando e que as conquistas vinham, era o momento de o Brasil avançar politicamente. Aquele momento foi perdido, até hoje nós não recuperamos. Porque se hoje nós tivéssemos só 10% do que queríamos ali estaríamos em condições bem melhores. Nós temos o monopólio da energia alternativa aqui no Brasil e isto está sendo jogado fora: nós temos energia eólica, solar, biomassa, enfim: poderíamos até estar fazendo estoque de petróleo tentando outra alternativa. Naquela época ideologicamente foi mais ou menos isso, nós tínhamos a estrutura engatilhada, montada, esperando a hora. Então pode-se assim dizer que só o Comício, como os marinheiros, o Automóvel Clube, foram a gota D'água. Nessa época os golpistas já estavam montadinhos com a ajuda norte-americana e todas as eventuais deficiências que eles tivessem, os EUA estavam com todo o apoio logístico para os golpistas. Inclusive naquele livro do René Armand Dreifuss *1964: Conquista do Poder* ele cita que o Golbery seguia ordens da CIA, eles estavam programados pra dois ou três meses para frente para dar o golpe. Ainda tinham que fazer a marcha pela família com Deus em São Paulo, Recife, ainda tinha que fazer tudo isso, então eles estava todos estruturados, tudo prontinho para o golpe.

SF – O que foi um episódio conhecido como a Revolta dos Marinheiros?

JS – Nós tínhamos uma associação, uma associação realmente em que nós estávamos conseguindo conquistas muito grandes. Nós podíamos estudar, licenciados pra estudar, pra

fazer os cursos, e aquilo ali, nada mais foi do que uma reunião. Foi distribuída uma comunicação nas unidades militares que haveria uma reunião de comemoração do 2.º aniversário. Aí a oficialidade, claro — o agente, provocador, a oficialidade — disse que aquilo seria um movimento político. Mas a reunião foi marcada pra nós comemorarmos a fundação da AMFNB – Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, foi somente isso. Então o Sílvio Motta mandou prender Anselmo, mas ele mandou prender Anselmo quando Anselmo já estava lá presidindo a reunião. Aí não teve como prender Anselmo, então foi declarado estado de beligerância. Fundamentalmente nós estávamos ali para comemorar os dois anos da fundação da associação dos marinheiros.

SF – O discurso de Jango no Automóvel Clube do Brasil para praças, sargentos e suboficiais foi um estopim para o golpe ou foi uma série de fatos como a Revolta dos Marinheiros que levaram ao golpe?

JS – É, já estava tudo pronto. Podia-se dizer que foi a gota D'água mas já estava tudo pronto pra eles darem o golpe. Podia-se dizer que o discurso do Anselmo, do Clube dos Sargentos e também o 13 de março, ou seja, três fatos que eles alegaram, mas já estava tudo montado, não tem a menor dúvida.

SF – Na opinião do senhor, o que deflagrou o Golpe de Estado de 1964? Qual foi a influência dos EUA na deposição do presidente João Goulart? A Operação Brother Sam foi preponderante nesse episódio ou serviu apenas para dar apoio logístico aos golpistas?

JS – O golpe já vinha sendo gestado desde 1961. Até porque Jango... na década de 1960, o líder civil da direita no Brasil era o Carlos Lacerda, que inclusive era jornalista, era muito erudito, lia muito. Então o Lacerda que deu o golpe em Vargas, até porque na deposição de Getúlio Vargas em 1954 foi instaurada a famosa República do Galeão por oficiais da FAB. Mas o que é interessante que na história de golpes do Brasil, Marinha e FAB não tinham hegemonia pra dar golpe: quem dava golpe era Exército e acabou. Em 1955 mesmo, a Marinha tentou dar um golpe, teve foi que fugir com Lacerda. Bom, então desde daquela época que já havia aquela discriminação contra o Jango porque Jango era filho político de Vargas, então o golpe foi sendo gestado. E obviamente naquela época já tinha a chamada Aliança Para O Progresso — inclusive era do governo americano para os países da América Latina —, e no caso daqui do Brasil, Lacerda como governado do estado da GB, atual

município, ele recebia o dinheiro da Aliança. O Jango não, só determinados estados; Ademar de Barros de São Paulo, recebia. Então isso aí já começou a ser uma influência americana na deposição do pres. João Goulart através de Carlos Lacerda e Ademar de Barros em São Paulo. A Operação Brother Sam, realmente existiu, mas não houve a necessidade desse apoio porque os golpistas dominaram pontos chaves, até hoje não se entende que letargia foi essa que causou a não reação.

SF – Por que o governo Jango caiu sem oferecer resistência, ao contrário de setembro de 1961? Onde estava o famoso dispositivo militar do presidente?

JS – Nessa época, o responsável pelo esquema militar era um general de confiança do Jango, um oficial que até ideologicamente lia o marxismo, que era o Gen. Assis Brasil. Inclusive naquela época se questionava se o marxismo não poderia ser colocado pronto e acabado numa sociedade, e isso agora realmente está se vendo, que a China está aplicando lá um marxismo ao modo chinês. Então era o Gen. Assis Brasil, que sinceramente, não explicou o imobilismo do seu esquema militar.

Agora tem uma coisa, conforme nós dissemos anteriormente, as Forças Armadas, principalmente a oficialidade, estava sofrendo muito, tremenda influência da CIA aqui no Brasil. Todos os oficiais para chegarem ao oficialato e de lá pra ser general tinha que fazer Estado Maior e davam preferência ao Estado Maior àqueles que tivessem feito Escola de Guerra norte-americana. Aí talvez se comece a explicar alguma coisa. O cérebro das Forças Armadas brasileira já estava afetado pela CIA que já vinha fazendo um trabalho aqui desde a queda de Getúlio Vargas. Contam, eu já ouvi uma vez dizerem que o Rockefeller dizia com relação ao Getúlio Vargas: "a hora que a gente quiser a gente demite esse ditadorzinho". Já tinha mau olhado norte-americano, e durante a guerra a coisa esfriou, mas depois o Vargas até se aliou aos EUA etc., mas sempre com a Base de Natal o Vargas exigiu a CSN o Roosevelt teve que dar. E tinha também aquela coisa da formação dos oficiais na escola de guerra norte-americana, então se você juntar tudo isso num caldeirão você talvez comece a explicar a letargia em todo o corpo militar do Brasil para não reagir ao golpe, porque hoje todo mundo concorda que todo o movimento do golpe foi o Olympio Mourão Filho que saiu com uma meia dúzia de tanquinhos de Juiz de Fora, isso aí era fácil de controlar, fácil, talvez até por mar você controlasse esse ataque. O II Exército não saiu, quando saiu era porque o troço já estava ganho, então talvez a explicação depois de muito debate seja essa, um trabalho que já veio sendo feito de minar corações e mentes conforme dizia o Golbery, o empresário inclusive

dando dinheiro pra golpe. Então talvez a neutralização do dispositivo militar de Jango, não sei se explicaria, o trabalho, foi feito aos pouquinhos e no golpe já estava tudo muito bem estruturado. Aí como dizia o Cel. Kardec Leme, “nas Forças Armadas você tem 10% pra um lado, 10% pra outro”, aqueles 10% que tivesse mais condição dominaria aqueles outros 80% e só ficava 10% sozinho. Talvez isso aí explique o famoso dispositivo militar de João Goulart que era muito famoso naquela época. Ele deu um discurso lá no Automóvel Clube mesmo, ele falou “que não botem a cabeça do lado de fora porque será cortada”, foi uma coisa assim, Jango que disse isso. Eu me lembro que chegava num momento em que a gente estava num estado de euforia querendo que viesse o golpe, porque se o golpe vier a gente faz força pra segurar, porque também tinha isso, a gente não sabia de fato quem eram os golpistas. Mas os chefes executores daquilo, por isso Jango disse pra não colocarem as cabeças porque eles estavam escondidos, eles mesmos sabiam. Então talvez aí explique a questão do dispositivo militar de João Goulart.

SF – Término da entrevista. Jorge, muito obrigado e boa noite.

JS – Obrigado a você

APÊNDICE C – Entrevista⁴⁸ com o ex-subtenente do Exército Jelcy Rodrigues Correia

SF - Sr. Jelcy, vamos então à primeira pergunta: quais foram as razões que o levaram a optar pela carreira militar: influência da família ou opção profissional?

JC – Eu tinha vindo da roça — chamam aqui roça, lá chamamos campanha — pra cidade, tocado pelas circunstâncias. Tenho uma origem de um avô fazendeiro. Empobreceu-se a partir dos anos 1930, 1929, depois daquele problema que houve depois da 1ª guerra mundial, e depois meu pai ficou sendo um pequeno proprietário e acabou com um monte de filhos, e minha mãe disse: “eu não quero que meus filhos sejam empregados”. E nós viemos para a cidade do Rio Grande, saímos de Santa Vitória do Palmar, lá na divisa com o Uruguai, perto do Chuí, e viemos para a cidade do Rio Grande, cidade portuária. E aí eu já com quatorze anos, eu arrumei um emprego numa loja de um judeu que era próxima a um quartel. E eu trabalhei com esse judeu até ir pro Exército. E o que me influenciou: eu todo dia às 7h da manhã estava limpando a vidraça da vitrine, eu via dois primos, que eram sargentos mais velhos que eu, eram bem chegados como se fossem irmãos mais velhos, e ficávamos jogando futebol de manhã já na primeira hora e eu lá limpando a vidraça. Quando chegava cinco e meia da tarde, eles saíam do quartel, de banho tomado, todos fardados, e eu estava na loja até as sete. E eu saía da loja às sete e tinha que sair correndo porque estava fazendo o Ginásio noturno, na época, e tinha de sair correndo porque sete e quinze começava a aula. E a primeira aula era do Prof. Carneiro, que ensinava latim, e eu não conseguia aprender nem por um diabo, a aula dele era uma desgraça, e não raro eu perdia, porque saía correndo da loja pra entrar na aula porque quando chegava na porta ninguém entrava. Então eu estava fazendo o segundo ano ginásial, terceiro, e resolvi falar com esse meu primo mais velho, o Ademar, que era segundo-sargento e ele me disse: “olha, se você quiser fazer a ESA, você faz aniversário quando?” Eu digo: “10 de junho”, ele disse: “você vai fazer 17 agora?” — isso era mais ou menos no meio do ano. E eu disse: “estou fazendo dezessete agora”. “Em novembro vai ter prova para a ESA, Escola de Sargento das Armas, se você quiser eu te dou aula de todas as matérias menos de português, aí fala com o Aderli”, que era o irmão mais moço que era sargento também; “fala com o Aderli que ele te dá aula de Português”. Então fizemos assim: o Aderli me dava aulas de português duas vezes por semana à noite e no resto da semana, inclusive sábado à tarde, o Ademar... Mas aí o que acontece: eles moravam pra um lado da

⁴⁸ Depoimento dado ao autor em 3 de setembro de 2006.

cidade e eu pro outro, eu saía da loja e ia lá pra casa deles, jantava e começava a estudar. E tinha um irmão deles, que era mais ou menos da minha idade, que também se propôs a fazer; mas o irmão que morava com eles faltava aula quase que metade do tempo. Eu ia todo dia, era caxias mesmo, eu queria porque queria. Então chegou no fim do ano, eu fiz a prova e em janeiro de 1951, final de janeiro e princípio de fevereiro eu fui pra ESA. Saí da cidade do Rio Grande cujo prédio mais alto era o prédio da Associação Comercial que tinha seis andares, entrei num porão de navio — que eu tenho a impressão que só cheguei porque vim no porão de navio, porque se tivesse vindo por terra eu acho que eu tinha voltado pra casa, porque eu nunca tinha saído de casa — mas quando foi à tardinha, eu estava olhando a fumacinha longe do Rio Grande, comecei a escorrer as lágrimas. De repente eu senti uma mão no meu ombro, era um velho marinheiro que me disse: “olha, meu filho, não tenha vergonha de chorar porque eu também da primeira vez chorei, mas agora estou calejado” e tal. E viemos, e ficamos em Santos, porque nós viemos no porão do navio, um negócio horrível. Mas como nós vínhamos para a Escola, e vinha no mesmo navio o general Canrobert Pereira da Costa, que era comandante do III Exército na época, e ele estava vindo porque ia assumir o Ministério do Exército, que naquele tempo era Ministério da Guerra. Bom, aí ele falou com o comandante e deu autorização pra gente ir lá na cantina e essa coisa toda, só dormia lá no porão. Chegamos em Santos, daí foi um deslumbramento, porque Santos era aquele monumento grande. Como o navio ficou quatro dias, nós resolvemos ir a São Paulo. Aí é que foi um susto mesmo, aqueles caras lá da campanha, mergulhão — aqui dizem que é roceiro, caipira, lá é mergulhão. Chegando em São Paulo, vendo aquele monumento, entramos num cinema — Cine Odeon acho que era — estavam inaugurando a primeira tela panorâmica no Brasil. Aí a gente entrou naquele cinema, aquele bando de matuto quase de mão agarrada um com o outro, já tinha começado a sessão e quando eu baixei a cadeira ela rangeu, todo mundo olhou pra trás, fiquei morrendo de vergonha! Essa foi uma odisséia; depois voltamos para Santos, pegamos o navio, chegamos no Rio de Janeiro de madrugada. Eu vinha dormindo no beliche com a escotilha aberta porque era um calor desgraçado no porão, aqueles navios mistos de carga e passageiro — Itapé. E nós chegamos no Rio de Janeiro, quando acordei de madrugada foi um reboiço, corri pra proa, vi aquele colar, aquele monumento, o Santos Dumont levantava avião toda hora porque naquele tempo ainda não tinha o Galeão. Chegamos e fomos lá pro Ministério da Guerra, teve deslocamento, tivemos o dia livre, pegamos um bonde, fomos até a Zona Sul, voltamos... E à noite entramos num trem, viajamos a noite toda, de madrugada em Cruzeiro trocamos de trem para a Sul Mineira, e chegamos à Sul Mineira nas montanhas — e eu de uma região onde não tinha montanha — aquilo foi um deslumbramento.

O trenzinho lá pelas três horas da tarde chegou numa cidade, Três Corações, que era pior que Santa Vitória do Palmar, e ainda tinha havido uma enchente, o Rio Verde que repartia a cidade, a estação estava pra um lado, tinha carregado a ponte, colocaram lá uma ponte dessas flutuantes feita pelo pessoal de Engenharia da Escola. E a Escola tinha chegado lá no ano anterior, no meio do ano; aquela seria a primeira turma que faria o ano inteiro lá. Aquilo era um antigo regimento de cavalaria que se transformou na ESA. E aí chegamos em Três Corações, uma cidadezinha pequenininha, e lá passamos um ano. E o mais interessante é que também era uma novidade, só tinha um rapaz solteiro lá: de repente chega aqueles 400 rapazes solteiros do Brasil inteiro, aí namorada não faltava, mas também não tinha namorada pra todo mundo, porque também não tinha 400 moças lá. Daí foi um ano que nós passamos lá, mas antes de incorporar nós aterramos pátio, fizemos aquela coisa toda. Passamos um ano, eu saí sargento e eu queria voltar pro RS, acabou não vindo, me escolheram e me mandaram servir na PE. A razão que me levou foi exatamente isso, o resto é história que vai caber numa outra pergunta.

SF – A segunda questão seria: como foi a carreira do senhor dentro do Exército? E já que o senhor citou a ESA que o senhor cursou, como é que era a estrutura da ESA na época em que o senhor cursou?

JC – A ESA formava quatro armas: artilharia, infantaria, engenharia e cavalaria, sendo que artilharia e engenharia eram os melhores colocados. E eu tinha chance, porque quando eu cheguei na ESA é que eu entendi, que eu vim saber que eu era o 56.º colocado no Brasil inteiro, num universo de 8 a 10 mil candidatos. Então eu pude escolher artilharia, porque os meus primos eram artilheiros, porque eu tinha um tio que era sargento da artilharia. Eu fiquei tentado a ir para a cavalaria, porque eu adorava cavalo. E a cavalaria tinha uns 150 alunos, tudo o que sobrava ia pra cavalaria. Mas se eu for pra cavalaria é ruim. Então a estrutura era razoavelmente boa, cada arma tinha o seu pavilhão — pavilhão propriamente, não, mas tinha os seus alojamentos, seus instrutores — e lá a gente fazia artilharia montada. Então tinha campo de futebol, campo de esporte, era razoavelmente estruturada pra época. A estrutura de aprendizado era boa, tinha material, nós tínhamos bastante estudo, exigentes. Nós da artilharia inclusive fizemos com o nosso professor de topografia a carta geográfica do município, tudo montanhoso e nós levantamos tudo aquilo morro por morro, com cotas e tudo. Com o capitão, nosso instrutor de... Luiz Carlos Vieira Duque, capitão artilheiro, um alemão grande, alto, muito bem falante, muito exigente mas muito compreensivo com os jovens. Tão

compreensivo que quando nós nos formamos, ele chamou a turma e disse: “meus jovens, aqui é uma escola: tudo se forma em cima do que está escrito, em cima do regulamento, vocês vão para as unidades e apesar dos instrutores desse regulamento, vocês vão encontrar muito comandante de unidade ditador, que guarda a sete chaves um saco de milho, um fardo de alfafa e deixa uma viatura ao relento que só de bomba de gasolina vai não sei quanto. Por que eu não chamava atenção disso?” Já nos mostrava uma panorâmica, então, de sorte de ter um instrutor como esse. E na outra parte eu tive Samuel de Tarso Teixeira Primo, um cara milicão bem bitolado mas que tinha um carinho muito grande comigo porque ele gostava de fazer equitação, e ele sempre me convidava pra fazer equitação com ele. Esse homem foi uma pessoa com quem estive depois da ESA duas vezes: uma vez ele era major depois de muitos anos, ele é que me conheceu, e agora quando fui anistiado em 1980 encontrei ele general. Vi e o conheci mas fui em frente porque eu estava à paisana, e ele me pegou ao grito assim: “Sargento Jelcy!” E eu voltei e ele perguntou: “você não conhece mais seu comandante?” E eu: “claro que conheço, Samuel de Tarso Teixeira Primo, como é que não conheço?” E ele aí vai e diz pros dois oficiais que estavam com ele — ele era baixinho, forte, mas ele gostava de ter uns oficiais altos, rapazes altos — e ele diz assim: “o melhor sargento que eu formei na minha vida”. Eu fiquei surpreso, e eu disse: “general, o senhor sabe que eu fui cassado”. E ele: “eu sei mais da sua vida do que você pensa”. Então aquilo soou como um elogio pra mim, porque se ele sabia e me elogiava daquele jeito... Então, não tinha a ver com esse instrutor, mas era um instrutor que eu tive lá, que eu acho que foram pessoas que tiveram muita influência na minha vida. Isso em 1951. Então chegou o fim do ano, eu fui aprovado, confesso a você que da minha turma de 60 artilheiros foram aprovados 48, 50 por aí, 54, e eu fui o 44.º. Eu fui lá na rabeira, não era um bom estudante. Mas eu acredito que aquela formação e disciplina tinham muito a ver comigo, muito a ver. Eu chego à conclusão que eu era milico por essência, mas não esse milico quadrado, que não raciocina, que não raciocina como gente. E eu nunca tive uma punição disciplinar; a punição disciplinar que eu tive já foi por razões políticas.

SF – Quanto à participação política, como era o posicionamento dos sargentos e praças naquela época do pós-II Guerra Mundial? Existia, no período pré-1964, uma divisão ideológica? Qual era a posição do senhor?

JC – Eu não sei se era uma divisão ideológica, eu não tinha esse entendimento assim. Mas na realidade hoje, se eu posso dizer assim, independente de se dizer que é comunista, socialista

ou capitalista, mas havia uma divisão ideológica sim, que era comportamental. Porque o primeiro baque que eu sofri foi quando eu vim da ESA e tinha um contrato de cinco anos. Com três anos como sargento, tinha um ano vencido na escola — o contrato a gente chama o engajamento de cinco anos — aos três anos como sargento eles queriam ter que engajar outra vez. E aí criou-se aquela celeuma até resolver esse problema. E aí como eu fui, digamos assim, envolvido, me despertou. E ao mesmo tempo, uma das coisas que eu não entendia muito é: eu sou sargento, mas sou sargento do Exército, não do capitão nem do coronel, e eles não entendiam muito isso. É outra coisa que eles achavam, que o sargento era chamado atenção e baixava a cabeça. E eu com 18 anos tive problemas, mas nunca fui punido por causa disso; tive problemas porque eu me enquadrava e dizia “isso é isso”, o juramento diz isso. Então eles recuavam. E eu servia na PE, cheguei na PE vindo da ESA porque eu queria ir para Dom Pedrito, que era lá perto de Rio Grande. Mas como eu era um dos últimos colocados tive de esperar, e antes de eu seguir viagem teve um oficial da Polícia do Exército, um sargento e um cabo, escolhendo gente pra trazer pra PE ali na Barão de Mesquita, porque tinha passado de companhia para batalhão, e como eu tinha 1,74 m, louro de olhos azuis e praticava esporte — eu jogava voleibol razoavelmente, brincava de basquete e atletismo (eu corria 100 m, 200 m, saltava em altura) — então por isso me escolheram e me levaram pra PE. E não tive opção: cheguei no Rio de Janeiro dia 20 de janeiro de 1952. E nessa vivência da PE, gozado, chegou dia 18 de fevereiro de manhã cedo, a companhia em forma, disseram “quero um voluntário para ir pra Petrópolis para a guarda do presidente da República”. Ninguém era voluntário e eu era o mais jovem, o mais moleque. “Então é você que é o voluntário”. E eu fui pra Petrópolis dia 18 de fevereiro, nesse dia à tarde, e fiquei na guarda do Getúlio lá aquartelado no I Batalhão de Caçadores, que era naquele tempo. Eram três companhias, eu era da Segunda, cada companhia mandava um grupo: um sargento, um cabo e nove soldados. Então eu fui pra lá, com outros dois sargentos, mais um pessoal e um tenente comandante de pelotão. Nós fazíamos a guarda da frente do Palácio Rio Negro e aquartelados no I Batalhão de Caçadores. A guarda era muito maior, mas o resto pra trás era o pessoal daquela unidade. E um oficial, que podia ser um oficial da PE, que entrava na escala mas não raro era comandado por oficiais de lá, a quem nós estávamos subordinados, é evidente. E aconteceu o seguinte: num dia, quando ia fazer a ronda, sempre sobrava o último quarto pra mim — era novinho; e num dia, de madrugada, o Getúlio ficava lá até maio, por aí, eu vou fazer a ronda, saio pelo portão da frente assim, quando eu vou para o portão principal, vejo aquela figura baixinha: charuto na boca, as mãos pra trás, sobretudo e chapéu. E eu fiz o cumprimento determinado, e ele falou comigo. Quando ele me ouviu falar, ele “você é gaúcho, né?, mas não é de São Borja”.

“Não, eu sou de Santa Vitória do Palmar.” Então o pres. Getúlio Vargas disse assim: “eu tenho um amigo lá”. Quando ele me disse que tinha um amigo, eu disse: “Excelência, lá quem não é parente, passa perto”. Ele disse: “coronel Pompeu”. Parou e disse: “Joaquim Pompeu Corrêa”. Aí quando ele falou aquilo, me arrepiou, porque quem era Joaquim Pompeu Correia? Meu avô, que quando fazendeiro, lá naqueles entreveros do Borges de Medeiros com os maragatos— meu avô era borgista, ximango — quando estavam com 100 homens em armas saíam de Santa Vitória em direção ao Rio Grande, Pelotas — e o Getúlio era borgista, ele foi Secretário de Fazenda do Getúlio... Só que era mais novo que o meu avô. Quando contei para ele que era meu avô, disse: “olha, quando estiver com ele, dê lembranças e abraços”. Aí contei pra ele, que meu avô não era mais fazendeiro, estava morando em Rio Grande, essa coisa toda, porque gaúcho tem muito isso de lembrança. “Mas diga que não é do presidente da República, mas do amigo Getúlio Vargas”. Então eu tive essas vivências. Aí acontece que vai-se desenrolando, permaneci nessa guarda permanente, vim para o Rio de Janeiro onde dava essa guarda na entrada do Palácio do Catete, até dava aquela guarda ali, o resto era o BG, Batalhão de Guardas, ou Dragão da Independência. E nessa coisa, como eu tinha de circular por dentro do palácio, fiquei ali conhecendo muita gente, aí veio a crise de 1954. E na crise de 1954, tinha em cima do palácio duas metralhadoras anti-aéreas, que eram responsabilidade minha e dos meus soldados. E no dia 24, tinha tido uma noite agitadaíssima, depois quando veio o dia e recebemos ordem pra descer e descansar, e quando eu estou no alojamento me deitando veio a notícia do suicídio de Vargas. Isto me chama a atenção, essa crise toda me chamou a atenção. E que a imprensa dizia improperios de todo jeito sobre o Getúlio, sobre o Gregório e essa coisa toda, mas de repente com a morte do Getúlio foi um troço que o povão veio pra rua. E todo mundo queria entrar. O corpo foi para o Instituto Médico Legal, voltou, estava no saguão, eu e meus soldados. O Exército cercou, porque o povão queria chegar e fazer a fila na entrada. E eu com os soldados da PE a noite toda fazendo o pessoal andar. Vinha gente que parecia que ia arrancar o defunto, a comoção era violentíssima. E eu vivi isso tudo. Misturado com os problemas de vivência de sargento, quando eu tomei conhecimento de sargento com vinte anos de serviço, com família, tinha um desentendimento com o comandante, ia pra rua sem nada. Isso tudo me chamou a atenção, a morte do Getúlio me chamou atenção. E aí se desenvolvia nessa época uma luta, porque tinham fechado a Casa dos Sargentos do Brasil, por causa da luta “O Petróleo É Nosso” em que eles se envolveram muito, e eu fiquei me questionando. Aí nossa história de ir pra Petrópolis, conheci uma moça com quem me casei e estou hoje há 52 casado. Vai fazer 52 em novembro, já está mais pra lá do que pra cá. E tive de me casar, porque naquela época sargento só podia se casar com 25

anos de idade e cinco anos de sargento, e o coronel ainda tinha dizer se aquela moça servia ou não para cada sargento. A cada três anos tinha que engajar, e você tinha que ser puxa-saco, não-sei-o-quê, porque se não, não dava engajamento. Isso tudo me chocava, e eu sempre tratei muito bem os oficiais, sempre me relacionei bem, mas eu não entendia muito bem que num lugar, num clube civil, onde frequentassem oficiais, sargento não podia frequentar. Por que me chocava? Apesar de eu ter sido um cara que fiquei pobre, mas eu vivi numa cidade onde meu avô era importante e eu frequentava os melhores clubes, embora meio caipira. No verão eu vendia leite, desde pequenininho, com oito, sete anos, tinha lá um povoado que eles chamavam Acampamento, com casa de madeira e tal, e o pessoal ia pra praia — porque o pessoal ali só ia pra praia de dezembro a março. E nós morávamos perto, tinha um campo perto, e nós vendíamos leite, e eu distribuía leite — eu pra um lado e meu irmão pra outro. E íamos de casa em casa, entregando leite, mas chegava no sábado e tinha baile no clube, a gente ia pro baile, não tinha discriminação, não tinha essa coisa. Porque a gente era duma família que vinha de cima pra baixo; nós não estávamos indo de baixo pra cima, fizemos o caminho inverso. E minha mãe era uma mulher que, embora sabendo ler e escrever pouco, de pouca cultura, tinha o primário, mas tinha uma visão fantástica. E meu pai, que também sabia ler e escrever, mas terminou o primário o meu avô, porque ele era o filho mais velho, meu avô no tempo em que era fazendeiro disse assim: “meu filho, não precisa estudar mais, não, isso tudo aqui vai ser teu”. Mas nunca foi. E aconteceu isso. Mas meu pai era um homem muito cordato, por ele tinha ficado no campo a vida inteira, mas a vida me jogou e eu tinha que optar. E a vida jogou, minha mãe falou com o meu pai: “Moacir, vamos pra cidade de Rio Grande que é pro nossos filhos não serem apenas peão”. Foi aí que nós fomos pra Rio Grande e que teve essa empresa. Então essa questão da morte do Getúlio, essa questão da vida do sargento, porque eu tomei a posição de sentido, e uma vez eu fui maltratado na frente da tropa — eu não, os sargentos todos; e eu era o mais novo, todo mundo ficou reclamando mas ninguém teve coragem, fui e me apresentei ao tenente, disse que ia me queixar dele. E ele autorizou e fui lá falar com o capitão: “olha, não é possível da gente tirar serviço depois como sargento sendo esculhambado na frente dos soldados”. E era uma companhia que tinha sargentos da PE, só da ESA. E aí o capitão conversou comigo, chamou o tenente, conversou com o tenente; o tenente mandou me chamar, e disse: “olha sargento, eu estou vindo de uma tropa assim e tal, sei que é um pouco diferente, falei com o capitão, e não vai acontecer mais isso”. Me estendeu a mão, me cumprimentou e depois ficamos amigos. Depois esse rapaz foi assassinado porque ele tinha uma amante e depois foi desmanchar, porque ele ia se casar com a filha dum um coronel, dum general, e a amante disse assim: “vamos fazer a despedida”. E a

despedida foi *tchuc*, matou. Essas coisas me chamavam a atenção: os sargentos presos por causa da casa fechada, aí estavam criando um clube dos subtenentes e sargentos do Exército. Eu fui pro clube com outros companheiros e lá a gente começou aquela coisa de procurar entender isso. Não, é ali onde é hoje na Henrique Dias, no Rocha, Clube dos Subtenentes e Sargentos do Exército.

SF – A quarta questão seria: qual a influência dos EUA dentro das Forças Armadas brasileiras? Era mais presente nos oficiais ou também entre os praças, sargentos e suboficiais?

JC – Não, muito presente, até sobre essa questão eu vou te dizer o seguinte: na época de eleição, Benjamim Farah, (foi deputado, senador), foi no clube dos sargentos e disse assim: “nós temos que fazer os sargentos ganhando bem, e que possa como nos EUA ter um carro...” Eu levantei e disse assim: “mas deputado, nós não estamos querendo carro; nós estamos pedindo é melhor condições e pão pros nossos filhos, e melhores condições de tratamento como funcionários do Exército, e não empregados do coronel ou daquela unidade, ou do general”. Porque naquela época o sargento era promovido dentro da unidade. Não raro você era cotado como o cara para ser promovido e vinha um peixinho dum general, dum sei-lá-o-quê, e ocupava a vaga pra ser promovido e você ficava sobrando. Então era difícil. Além dessa questão do engajamento, tinha a questão da promoção, e tinha essa questão do tratamento institucional. E na fundação do clube, nessas lutas, elas foram se aprofundando, e quando o Juscelino foi eleito e tentaram dar um golpe pro Juscelino não assumir, os oficiais nacionalistas chamados de esquerda, e a sargentada 90% se acoplou ao general Lott — então ele deu o contragolpe, que foi um homem que não foi ditador porque não quis. Então a influência americana em nós era relativamente pequena, agora na oficialidade era maior primeiro em cima daqueles que eram febianos, oficialidade febiana, de homens como o general Castelo Branco — que era o homem de ligação do V Exército com o Brasil e amizade com Vernon Walters, era o multichefe, um comprido e o outro baixinho — e de maneira que essa influência... mas nos sargentos, não. Os oficiais eram em grande parte americanófilos; tinha uma parcela que não. E os sargentos tinham mais esse sentido... pra você ter uma idéia, eu já subtenente, Era encarregado no Batalhão Santos Dumont dos pára-quedaistas, do acordo militar: eram canhões, *jeep* com canhões sem recuo, uma série de viaturas, eu que controlava isso. E um dia um sargento de origem portuguesa, americano mas falando português fluentemente, chegou lá meio querendo me dar um chega-pra-lá; eu dei-lhe um esporro digo assim “você é gringo, não está na tua terra, você é meu subordinado porque eu sou suboficial

e você não é, é segundo-sargento, e pode se queixar ao teu comandante”. Então tinha muito sargento que foi fazer curso nos EUA, mas tinha também esse sentido. Tinha até um camarada chamado Luisinho: era um cara baixo, de 1,70m mas muito forte, e os gringos lá tudo grandão e ele de gozação com os caras que queriam gozar ele e ele fez o seguinte: plantou uma parada de braço, pegou as cordas, levantou o coco, botou os pés assim na corda e subiu com os pés pra cima e desceu, ficou todo mundo assim. Aí foram fazer uma corrida e ele correu ao lado de um gringo daqueles, aí ele se serviu. Ele saiu correndo, o gringo no início fazia o chão tremer do lado dele, daí a um pouco o gringo com as pernas compridas ficou pra trás, quando chegou o gringo sentou que não podia mais — tinham posto o cara exatamente pra tentar derrubá-lo. Então tinha esse sentimento de rivalidade. Alguns caras, não se iluda que tinha, mas os sargentos tinham alguma restrição. Mas hoje o povo é muito menos americanófilo que naquele tempo.

SF – O Partido Comunista Brasileiro, o PCB, realizava algum trabalho político junto às Forças Armadas? O senhor foi filiado ao PCB?

JC – Olha o partido foi assim, fazia esse trabalho mas eu nunca fui filiado. Tive ligações, mas nunca fui filiado ao PCB. Até porque eu percebi, mais tarde, alguns equívocos do PCB. Às vezes mais radical e numa posição muito radical e às vezes as pessoas aderiam sem entender muito, tinham pessoas que se filiavam ao PC, mesmo já nos anos 1960 e poucos, mas não tinham uma consistência intelectual de conhecimento dessa coisa. Tinha uma ilustração, ficava naquela coisa meio russófilo, meio chinófilo, mas sem entender muito a questão. Nunca fui filiado, mas tinha ligação bastante estreita com pessoas, mas era mais as pessoas que me cativavam do que os conhecimentos... a partir daí eu tive algum conhecimento, andei lendo o Marx e uma série de coisas. Mas não pertenci ao PCB; não me arrepiava, acho que era o que tinha de organização, cometi alguns equívocos na minha concepção, mas nunca fui filiado. Mas tive amigos ligados. Não é que eu tinha vergonha de dizer que eu fosse marxista, é que eu nunca me achei com cultura suficiente pra dizer “eu sou marxista”. Não posso dizer que eu sou materialista, talvez eu possa dizer que eu sou agnóstico. As religiões pra mim não contam. Sou criado na religião católica e analiso as religiões... a católica é mais fácil porque a gente dá o dinheiro que a gente tem; nas outras se você não der 10% do teu ganho eles te botam pra fora. Principalmente essa Universal do Reino de Deus eu tenho horror. Há um tempo atrás eu passei em frente à porta de uma igreja dessas um rapaz queria me convencer de entrar pra igreja, eu disse que não porque simplesmente o deus deles era surdo. E ele ficou

assustado, “como é que é?”, e eu “claro, vocês têm que gritar pro deus de vocês ouvir, pô!” Então quer dizer que eu sou meio cínico com essas coisas.

SF – Em que momento da história recente do Brasil na segunda metade do século XX os sargentos, praças e suboficiais surgem como força de expressão dentro das Forças Armadas?

JC – Olha, aconteceu o seguinte, em 1961, ela já vinha em dois momentos interessantes. O primeiro momento foi no golpe do Lott. E essa ação do Lott nos levou à luta e à união pra conquistar a estabilidade dos sargentos, e alguns direitos dos sargentos. Isto porque nós já vínhamos lutando antes, e — como a gente costuma dizer num português bem chulo — choveu muita cangalha, assim, muitos foram presos, punidos, restrições por causa dessa luta. Mas com o Lott essas coisas se acentuaram porque ele era um homem sensível a essas coisas. Embora ele dizia assim: “não concordamos com uma lei, vamos lutar para mudá-la; mas enquanto não mudar, cumpre-se”. E eu achei isso, e uma coisa que eu achei interessante: é isso, lutar com inteligência para a modificação da sociedade. E hoje mais ainda porque eu entendi quando o Mao Tsé Tung dizia assim “o revolucionário deve estar no meio do povo como o peixe na água”. Isto que eu não vejo muitas vezes os comunistas fazerem. Então eu não diria que são comunistas, mas são revolucionários. E o mais engraçado, eu acho que nesse momento do Lott foi fundamental a politização dos sargentos. Fundamental toda essa luta mas com o Lott se conquistou, o sargento conquistou a cidadania, porque se conquistou várias coisas: a estabilidade com dez anos de serviço — não se corria mais o risco a não ser que o cara fosse muito ruim, se o cara estivesse enquadrado em conselho de segurança —, incorporou-se as férias dos sargentos, as férias passaram a ser de trinta dias como a dos oficiais, porque era de vinte dias; nós tínhamos uma etapa que era correspondente a que você comia no quartel, quando você entrava em férias você ganhava essa etapa porque você não comia no quartel. Então foram várias conquistas nesse sentido, e também a promoção não mais se dava apenas na unidade, passou a se dar no almanaque como no dos oficiais. E tinha também naquela época um quadro de oficiais, era o Quadro Auxiliar de Oficiais, QAO, e com o Lott também mudou, passou a ser Quadro de Oficiais Administrativos — lógico, porque o sargento com uma experiência na administração era fantástico. É que todos os subtenentes, porque sair como oficial pra um sargento é como um generalato: ele perde a condição de ser um artilheiro, ser intendente, ele passa a ser um oficial administrativo. E com isso então o almanaque, por ordem fazia as fichas com a pontuação e entrava no almanaque todo ano. Quando era época de promoção, você fazia as correções e isto, essas coisas que se conseguiu

com o Lott, foi um grande salto. Agora o momento mais crucial é que nessa luta marcou com o Lott, marcou profundamente a mudança dos sargentos, sargento da unidade, ele passou a ser mais universal em relação ao Exército. Depois teve um momento crítico, que foi em 1961 na luta pela legalidade. Esse movimento crítico em que eu já primeiro-sargento fui um cara que fiz uma carreira muito rápida, porque voltando um pouco atrás: quando o Getúlio se suicidou, o Exército passou por uma modificação, e como eu era de artilharia, porque na PE tinha sargentos de todas as armas, e eles fizeram modificação e ficaram sendo exclusivamente da unidade, da PE; mas eu, como tinha sido guarda do Getúlio, fui transferido para Forte Coimbra em 1954, em setembro logo depois da crise do Getúlio. E aí eu estava de casamento marcado, com 21 anos, ia me casar clandestinamente, lá no Forte Coimbra o pessoal não ficava aquartelado lá, só ficava uma guarnição e o resto do pessoal ficava em Ladário, e uma vez por semana ia uma lancha da Marinha levando uma nova guarnição. E naquele ano, uma cobra sucuri comeu dois soldados, porque estavam de guarda na beira do barranco e quando foram render a guarda, tinha desaparecido com arma, capacete e tudo — bom, o cara desertou. Aí continua no posto; oito ou dez dias depois sumiu outro soldado, só que a arma e o capacete ficaram lá, disseram “opa, isso é cobra” e começaram a procurar. E encontraram na loca uma sucuri que esteve até em exposição aqui no Teatro Recreio, na época da crise, essa cobra esteve exposta — talvez antes — esteve exposta aí no Teatro Recreio, tinha 14 m e tinha comido os dois soldados. O segundo soldado eles abriram a cobra e tiraram o corpo inteiro, todo quebrado, o primeiro soldado estava os ossos lá que ela vomitou depois que fez a digestão. E eu disse “eu não vou lá pra um lugar desses coisa nenhuma!” Aí meu capitão me mandou fazer um curso de suprimentos, voltei da EsIE de um curso de três meses, voltei da Escola de Serviço Especializado [Escola de Instrução Especializada], e então eu voltei mas continuou a transferência e meu capitão, que gostava muito de mim, disse assim “tem coragem de pular de pára-quedas?” Eu digo “não sei, nunca pensei nisso”. “Então, estão recrutando sargentos e oficiais, é o único jeito”. Eu aí fui ser pára-quedista, me apresentei pára-quedista — tem umas datas marcantes — dia 20 de janeiro de 1955. Em 1952 eu tinha chegado no Rio, nessa mesma data, e nessa mesma data fui apresentado pára-quedista três anos depois. Fui pra lá, sargento novinho, 21 anos, e fui ser pára-quedista. E nessa daí eu tive uma participação maior porque foi exatamente na época do Lott. Fiz o curso de pára-quedista, fiz o curso de lançamento pesado mas não fui pra dobrar pára-quedas porque teve algum problema e acabei indo para o rancho, que o general mandou. Eu fui pro rancho, quando eu acabei em 1956, 1957. Em 1955 mesmo fui promovido a segundo-sargento e em 1957 optei

por intendente. E aí com 28 anos, saí como subtenente, ou seja, em 1962 saí subtenente, o mais jovem das Forças Armadas. O fundamental que marcou além dessa do Lott foi em 1961.

SF – Após a renúncia do presidente Jânio Quadros em agosto de 1961, foi arquitetado por oficiais da Força Aérea Brasileira, a FAB, uma operação para derrubar o avião do vice-presidente João Goulart. O vice se encontrava em visita diplomática à República Popular da China e, pela Constituição de 1946, deveria assumir o cargo de presidente. A operação ficou conhecida como Mosquito, mas foi debelada por sargentos da FAB. Fale-nos um pouco do episódio.

JC – A Operação Mosquito, na minha opinião, foi muito mais uma consequência dentro dum planejamento maior quando, liderado pelo ministro do Exército Odílio Denys, não queriam a posse de Jango. Então nós entramos de prontidão, essa coisa toda, e ficava aquele zunzum todo. E o Brizola criou aquele movimento da legalidade, que aquilo repercutia muito no meio dos sargentos. E eu que já era primeiro-sargento e já tinha sido pára-queda no rancho por seis anos quase, e já era sargento antes da companhia de intendência — pra você saber o que era sargento antes, era o encarregado do pessoal da companhia. Eu não me lembro bem o dia, eu subi numa cadeira na hora do jantar, tinha lá uns 300 sargentos, e eu disse assim “olha, eu não sei o que vocês pensam, com o que eu penso, eu não quero saber se o Jango é comunista ou não sei o quê, se não podia ser candidato, que não deixassem ser candidato; mas ele foi eleito e com mais voto que o Jânio e nós sargentos juramos à Constituição, não juramos obedecer este ou aquele general — o nosso juramento é à Constituição — e a Constituição diz que é ele que tem que assumir, o resto não me diz respeito”. Aí a gente jantou, jantamos, e quando eu fui sair, saiu o comandante da minha companhia, me chamou e fomos ao comandante da minha unidade, que era um major que era paulista mas que se dizia gaúcho, baixinho, Aníbal de Albuquerque. Cheguei lá eu com meu capitão, um outro rapaz com outro capitão que era de outra companhia, que era um amigo meu que servia comigo na PE, Luís Pereira Gomes, que era um maranhense, por incrível que pareça um maranhense grande. Aí aconteceu o seguinte: disse “ah, mas a gente tem tanta consideração por você...” E eu: “mas major, qual é a desconsideração que eu tenho com o senhor? O senhor me deu alguma ordem que eu não cumpri? Se é pelo que eu falei lá, isso é o que eu penso”. O sargento Gomes, que era segundo-sargento, disse “eu também penso como o primeiro-sargento”. Aí nos mandaram levar ao comandante, que era o Paulo Torres, febiano do estado do Rio de Janeiro, e eu e o Gomes conversando com o general: “general, não pratiquei nenhuma indisciplina. Eu disse

que eu jurei à Constituição e é ela que eu tenho que obedecer. Se o senhor me mandar matar alguém, eu vou pedir justificativa. Uma guerra é uma guerra, mas um troço dessas, não dá. A Constituição diz que é o vice-presidente; as razões...” Aí, nesse diálogo, apareceu um desavisado na ante-sala, (barulho), o general perguntou o que era, então entra, era o ajudante de ordem com um subtenente que era da minha companhia, Itamar Maximiano Gomes, e se apresentou ao general — era um mineiro desse tamanho como você, forte — e disse “se o senhor não soltar os dois sargentos em dez minutos, a tropa não obedece mais o comando”. Aí o general pediu calma e tal, disse: “voltem, mantenham a tropa tranquila, não vai acontecer nada que eu não vou levar ninguém para o suicídio”. Aí nós voltamos, e lá conversando com os outros sargentos, ficamos sabendo que não foram os sargentos, que foram os cabos e soldados que tomaram a iniciativa de pressionar os sargentos. Então você vê o sentimento que existia na massa, porque isso é reflexo da massa. Desse dia em diante, as companhias, na colina longa, no pára-quedista e o QG ficava na praça; os oficiais dormiam lá e nós aqui. No saguão do prédio, tinham duas companhias mais ou menos, era companhia do QC, companhia de saúde no primeiro prédio, intendência e manutenção de automóveis no segundo prédio e engenharia no último prédio. Ficava no saguão do prédio dois sargentos, dois cabos e dois soldados, armados porque estavam de prontidão; aí vinham os oficiais do QG sempre em dois, armados também; queriam passar revista no alojamento, aí iam um sargento, um soldado e um cabo junto. Porque pesquisando história, a história de 1935 que os comunistas mataram, aquilo é uma história mal contada, e eles então justificam isso. Então essa luta posterior me mostrou essa realidade. Então aconteceu aquela luta da legalidade, aí então foi um divisor de águas: a luta anterior politizou os sargentos, mas essa luta aí foi um divisor de águas, pegou os oficiais de esquerda e os sargentos de um lado, que começou lá com o Lott, mas aí foi um divisor de águas. E que eles tiveram que recuar, historicamente eles recuaram, e nesse recuo é que se deu a Operação Mosquito. A Operação Mosquito é uma consequência, não o fato em si. Aí começou a articulação dos sargentos na vila militar do Exército, e um sargento que se chamava Luís Carlos dos Prazeres, que eu já falei pra você no início, saiu fugido e foi pro sul. Chegou lá, entrou em contato com o Brizola, conseguiu chegar no Palácio Piratini e mandou o recado pela rádio, uma senha de que tinha chegado lá e que estava tudo bem. Então o Brizola já ficou sabendo. Inclusive tem aí um fato interessante, que essa divisão de sargentos pára-quedistas e das outras unidades, mas o pára-quedista depois foi mandado ocupar não sei quantos aviões da Aeronáutica, uns iam pro sul e outros iam pro norte — uns pra fechar o Congresso e outros pra combater o Brizola. Mas o que nós tínhamos combinado e já com a tropa na mão de que quando chegasse no sul, os oficiais com mando do salto saem na frente e

nós íamos ficar no avião. O avião não poderia voltar e iam nos largar em algum lugar e nós íamos nos apresentar ao Brizola. E a turma que ia pra Brasília, ia chegar lá, cercar o Congresso e um ia dizer "olha, vocês discutam o que quiser, nós não vamos fechar o congresso, estamos aqui pra garantir o que vocês quiserem". Mas isso vazou, aí de madrugada vazou, porque sempre tem algum que dedura, e o general Torres foi ao ministro e disse "minha tropa não se prestará para fechar o Congresso". E ele recuou porque aí seria um desaforo, houve um recuo e o Jango assumiu. Mas ficou nítida a divisão dos praças, dos sargentos e dos oficiais nacionalistas — nacionalistas de esquerda, porque tem uns nacionalistas aí que é fogo.

SF – Como foi a reação das Forças Armadas quanto à posse do Sr. João Goulart? O então III Exército, situado ao sul do país, foi fiador da posse de Jango? Como foi implantada a cadeia da legalidade de Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul na ocasião?

JC – O governador Leonel Brizola, ele se rebelou e fez a cadeia, era governador, teve aderência do III Exército. Acho que o III Exército foi fundamental, mas mais fundamental foi o Brizola mobilizar a massa, fundamental foi os sargentos se mobilizarem nas outras áreas mas indubitavelmente cada um teve a sua importância. O general Machado, que comandava lá, o posicionamento dele foi usado pelas circunstâncias e foi fundamental, é evidente. Mas eu acho que muitas coisas foram fundamentais: fundamental é a mobilização do Brizola, é a aderência popular, fundamental a aderência dos sargentos e dos oficiais de esquerda, porque aquilo organizou essa gente. E aqueles que foram presos tiveram que ser soltos — porque muitos como eu ficaram presos, eu ia ficar preso, mas aí houve essa rebelião, me soltaram. Então eu não diria que foi fundamental este ou aquele segmento, acho que foi uma soma de segmentos e o Brizola fundamental por ter mobilizado, porque se ficasse calado não acontecia nada, isso sim fundamental, e a soma de todos os outros segmentos.

SF – Nas eleições de 1962, os sargentos se candidataram a cargos do legislativo. Quais eram os reais motivos das suas reivindicações? Os sargentos tinham uma postura corporativista ou reformista — aí no sentido das reformas de base?

JC – Confesso a você que nesse jogo, tinham muitos corporativistas, tinham alguns oportunistas e tinha a grande maioria pelas reformas de base, sem grande conhecimento ideológico, mas sabendo que aquilo tinha que ser feito. Mas precisava ter comando, não eram

homens decididos. Porque os sargentos eram muito bem organizados no Rio de Janeiro, onde havia um pessoal bastante ativo e entre eles, eu; em Brasília, e fora disso a turma tinha um sentimento no Brasil todo, mas não tinha organicidade. Eles dependiam dum comando, e como não houve em 1964 esse comando... então essa questão eu digo: havia corporativistas, oportunistas e havia aqueles que queriam uma reforma da sociedade realmente. Não era uma questão monolítica. Tinham muitos porque os sargentos por causa do Jango ficaram valorizados, alguns ficaram tão oportunistas acabaram criando alguns problemas pro governo do Jango, e aí os golpistas de 1964 jogaram com isso. Agora, qual era o grande pecado na minha concepção dos oficiais — em que mostra o bitolamento dos oficiais? Eles, por incrível que pareça, era a fina flor — não é porque eu queira me inclui nisso, não — sargento pensante, inteligente. Então acontece que após a II Guerra, a formação das escolas tinha que melhorar a qualidade do sargento porque ele não podia mais aquele sargento pelo tamanho do bigode, pela ordem unida que dava. Ele tinha que ter alguma estrutura intelectual porque os armamentos eram mais sofisticados. Iam buscar recrutar sargentos onde tivesse esse pouco de conhecimento, pegavam a classe média, como eu e tantos outros. E aí já tinha outra postura que é aquele sargento engraxa-bota dos anos 1930, 1940. Não estou desmerecendo os sargentos daquela época, que teve muito sargento de luta daquela época, mas a grande maioria... Então essa pequena coisa que já participavam da campanha “O Petróleo É Nosso” na Casa dos Sargentos do Brasil, acopla-se essa turma com outra visão, aí houve um aumento de pessoas pensantes e qualitativa no meio dos sargentos das Forças Armadas.

SF – O senhor conheceu o sargento Antônio Garcia Filho, eleito pelo antigo estado da GB em 1962? E os demais candidatos, como Aimoré Zoch Cavalheiro e Edgar Nogueira Borges? Poderia nos falar um pouco da atuação política deles?

JC – Do Antônio Garcia Filho eu posso falar mais porque era participante do Rio de Janeiro, era um que servia no QG, e que foi candidato porque este que vos fala — e que se você falar com o Dornellas, não sei se ele falou nisso, e se você falar, não sei quem são os outros que tu falou, o Jorge, mas o Jorge era Marinha, mas o Dornellas provavelmente tenha tocado nisso, o Dornellas, o Galvão, Manoel Raimundo Soares, o João Filipe da Luz Ferreira, Prazeres, Figueiredo que está vivo ainda, enfim, uma turma de sargentos — como eu era o subtenente jovem, e queriam que eu fosse o candidato a deputado federal, e eu não quis. Por que eu não aceitei? Porque eu não me achei preparado pra isso, eu não tinha essa preparação. Então dentre os candidatos que a gente tinha dentro dos sargentos, tinha o Garcia Filho que tinha

uma postura, pra nós, boa. Depois ele tinha uma postura, ele era de Santa Maria, uma postura de PL — Partido Libertador antigo — e que depois teve uma certa dissensão. Mas era um cara de certos conhecimentos, certas posições, mas na minha concepção — enfim, hoje ele está morto, mas é uma observação história que a gente não pode deixar de fazer, não vai aqui nenhuma maldade — eu acho que ele se deixou levar pela vaidade. Um cara inteligente, um cara bem posto politicamente, mas a vaidade comandou mais do que isso. As consequências de certos atos posteriores, ele não mediu as consequências. E nós mesmos talvez não tenhamos medido todas as consequências dos nossos atos. Talvez nós tenhamos grande responsabilidade pela queda do Jango.

SF – O que foi o episódio de setembro de 1963 quando sargentos da Aeronáutica e da Marinha, sob a liderança de Antônio Prestes de Paula, se sublevaram e ocuparam posições-chaves em Brasília? Como foi a reação da opinião pública e dos comandantes das Forças Armadas? A postura do Sr. João Goulart foi de neutralidade no episódio?

JC – Meu caro, eu não posso te dizer com muita certeza isso e eu vou te dizer por quê. Com o fato da assembléia dos sargentos ocorrida em 1963 no mês de maio, 11 de maio, onde eu li o manifesto dos sargentos, onde nós dizíamos, denunciávamos a organização do golpe, nós denunciávamos que eles estavam conspirando para dar o golpe e prometíamos prendê-los, é evidente que a gente usou uma questão que era pra todo mundo que estava querendo aumento de salário, e a gente usou isso, e também o impacto que a gente queria causar fazendo a denúncia e uma forte denúncia dos generais, oficialato que estavam conspirando para derrubar o governo. E que nós dizíamos que se eles quisessem derrubar o governo que nós íamos reagir. Fizemos até uma situação meio figurada, que dizia assim: “o matraquear das metralhadoras confundir-se-ão com os martelares das oficinas e o choro das crianças famintas”. É evidente que foi meio uma bravata, e a gente tinha consciência disso, mas a gente queria causar um impacto. E tinha muito daquela coisa da revolução cubana na gente. Bom, feito isso eu estive preso, estive na Fortaleza da Laje oito dias, mais 22 dias na Fortaleza de Santa Cruz, quiseram me enquadrar na Lei de Segurança Nacional, mas as condições políticas não permitiram. Um grupo muito grande de sargentos, da ordem de mais de cem, pediram asilo político na Embaixada da Bolívia — isso eu tive notícia porque eu estava preso, incomunicável. E era presidente o general Juan María Torres, se não me falha a memória, um presidente de esquerda, general nacionalista. Então eles pediam asilo político à Bolívia, eles ainda estavam com embaixada aqui no Rio de Janeiro. Então eles foram pra lá.

Isso tudo causou um impacto muito grande e chegaram a uma conclusão e foram me ouvir, e prenderam muitos sargentos, e eu me responsabilizei “ah, mas o Manoel da Silva diz que...”, mas são frases de efeito. Mas que “ah, porque...”, mas são frases, o autor do discurso sou eu. É claro, eu tinha que assumir. Dizer que não aproveitei, mas o discurso é meu, sou eu o responsável. E eu fiquei preso naquela ocasião, eu fui punido, pela mesma coisa fui punido. Aí me ouviram, e o promotor da Justiça Militar disse “ah, é punição disciplinar”. E eu nunca tinha sido punido disciplinarmente, só em 1961 que houve aquela ameaça e houve essa, pelo contrário, de ter três elogios por ano, dos generais mais duros que comandaram os pára-quedistas, Djalma Dias Ribeiro, e eu era muito conceituado nesse aspecto. Mas nessa aí me puniram, fiquei trinta dias preso, saí da prisão e fui transferido para Ponta Porá, MT, cheguei lá em junho e tive ordem de não sair de lá. Naquele tempo a gente tomava conhecimento depois das coisas já acontecidas. Aí eu fiquei lá meio isolado, mas acabei presidente da liga de esportes, acabei como campeão como técnico de futebol do clube que representava o quartel na cidade, acabei sendo eleito presidente da liga, uma história meio à parte. Mas lá quando as coisas chegavam já tinha passado dias que tinham acontecido a coisa. Mas eu fui visitado por um amigo que já faleceu, Américo do Patrocínio, elemento do Partido, do Partidão, que me colocou as coisas e eu digo “olha, do jeito que você está me colocando, a gente não pode aceitar isso, é uma provocação”. Nós víamos isso como um elemento de provocação. Grandes culpados disso na minha concepção: Max da Costa Santos, que já morreu, Neiva Moreira, que está aí, Antônio Garcia Filho, o STF que já tinham votado negando o mandato do Aimoré Zoch Cavalheiro. Como a visão que nós temos de que aquilo foi uma provocação, não por culpa dos sargentos, porque o De Paula é um cara fantástico, mas como alguns sargentos, eram pouco politizados pra enxergar a coisa pelo lado maior. Como já haviam julgado o mandato do Aimoré Zoch Cavalheiro, contrariando a Constituição porque o regulamento militar dizia que o sargento não podia ser candidato, mas a Lei Maior dizia que todo aquele que votava podia ser votado, mas o Supremo não deu. Mas como o Aimoré Zoch Cavalheiro tinha sido cassado, eles queriam causar um impacto para que o tribunal votasse favorável ao Garcia. Eu acho isso, não valia a pena politicamente, o desgaste era muito maior do que se defendia aquele mandato. Na minha concepção teríamos de trabalhar para não terem cassado o outro, mas não de ter aquele desgaste de ter assumido aquilo. Na minha concepção aquele movimento de Brasília foi um equívoco, levado por alguns interesses, falta de visão política e alguns interesses de vaidade. Essa é a minha visão, não que eu queira desmerecer os sargentos, muito pelo contrário: eles foram muito corajosos, mas as consequências políticas não foram medidas corretamente, foram graves. A mesma

coisa que eu vejo aquela daquele último ato, que foi provocativa, do Automóvel Clube do Brasil. Mas aí essa concepção é minha, o Aimoré Zoch Cavalheiro, muito conseqüente, se retirou para o RS, mas o Garcia não quis deixar barato: quis criar um impacto e, segundo relato posterior, não sei, não tenho documentos, mas quando os sargentos se levantaram lá em Brasília, ele veio para o Rio de Janeiro, porque ele disse que ia levantar os sargentos no Rio de Janeiro. Mas quando os sargentos do Rio de Janeiro, mais conseqüente, principalmente os mais conseqüentes do meio político, eram absolutamente contrários. E segundo se sabe, relatos que eu ouvi depois, porque eu tava lá no MT, ele veio pro Rio de Janeiro e se amoitou aí, esperando os acontecimentos. Me parece que isso foi um equívoco político esse movimento, sem desmerecer em absoluto os participantes, mas me parece que foi uma coisa inconseqüente. Quem alimentou isso nos sargentos, foi inconseqüente. Isto não tira o valor dos companheiros. Tanto é que por exemplos os sargentos do Batalhão de Guarda, os próprios sargentos da PE que saiu com pessoal avulso, músicos, envolveu um grupo de sargentos da Aeronáutica sem ter consistência que precisava, politicamente acho que foi um equívoco. Eu penso que muitos movimentos desses desgastaram o governo do Jango, e essa insubordinação que aconteceu com os marujos foi... eu sou meio crítico, por isso eu digo, não quero me excluir disso. Nós tivemos grande parcela de responsabilidade de não ter tido a visão política. Primeiro, nós aprofundamos numa luta sem ter organização pra resistir, demonstrando que não éramos indisciplinados e depois acabamos mostrando isso e na vida de caserna não éramos isso. Segundo: de repente eles podem dizer “o Jelcy diz isso porque na manifestação que ele fez, ele não faz essa crítica”, mas não é isso; é que a crise tinha se aprofundado e aquilo pra mim não passou por termos consciência que não tínhamos... Tanto não tínhamos organização que quando fizemos a manifestação do IAPC todos nós fomos parar fora: eu fui parar no MT, outros foram parar no CE, o Prazeres foi lá pra Nioaque, e eu lá em Ponta Porã, é o fim do mundo: é mais fácil eu ficar no Paraguai do que estar no Brasil. Não dava pra ter conhecimento das coisas; eu pra ter algum conhecimento do Brasil tinha um rádio desse tamanho assim que pegava a Rádio Nacional e mesmo assim não se entendia direito as coisas.

SF – O Jango era pró-sargentos ou os sargentos eram pró-Jango?

JC – Na minha opinião, os sargentos eram pró-Jango, por aquilo que representava como força popular. O Jango era pró-popular, não pró-sargento. Mas mesmo com o Jango, ele tinha uma casa militar que não me seduzia. E pelo que eu sei, eu tenho um amigo, já na época a gente se conhecia bem, mas depois aprofundamos, que era Eduardo Chuai, que era capitão, e ele me

relatava conversas que mostravam que o general Assis Brasil não era tudo que se pensava. Tanto é que conheço as histórias do irmão dele, do Movimento de 1935, que depois saiu da Fortaleza de Santa Cruz nadando, saiu no Flamengo, era muito cedo ele voltou nadando até Icaraí, um leão; fugiu, acabou indo pra Espanha, fez parte da Brigada Internacional da Espanha, depois por causa da guerra na Espanha foi pra França, na França, com a tomada pelo Hitler, ele foi resgatado pelo Brasil, e morreu de tétano na viagem pra cá porque se arranhou no navio — um fim triste para um herói desses. E o Assis Brasil ficou com essa marca do irmão, mas ele me mostrou que ele não tinha visão política, porque ele, aquele negócio do Automóvel Clube depois eu vou te dizer, mas eu tenho a impressão que a esquerda de um modo geral — não é só os sargentos, não — precipitou algumas coisas para a queda do Jango, forçou a barra demais sem ter organização de respaldo. O Brizola também, muito voluntarioso, como um bom caudilho, querendo porque querendo chegar à presidência da República sem uma visão política mais longa também teve sua responsabilidade, porque ele é menos agressivo. E sem querer ser presidente da República, se ele enxerga que o homem da vez ainda era o Juscelino em 1965, ele tinha que ser o vice de Juscelino. Eu tenho essa visão, é evidente, eu contesto o Brizola nisso aí, contesto o Jango não ter querido resistir, mas eles têm muito mais informação do que eu, eu tenho a minha informação do meu pensamento e quanto mais eu leio sobre os fatos de 1964, mais estou convencido de que eu estou correto.

SF – Os sargentos, dentro das suas reivindicações, buscavam apoio da oficialidade ou pretendiam quebrar a hierarquia nas Forças Armadas?

JC – Olha, não se pretendia quebrar a hierarquia. Mas também não se tinha como buscar o apoio dos oficiais a não ser aqueles que tinham sentimentos consequentes políticos. E mesmo nesses a gente sentia que eles não se despiam da coisa de general pra discutir de igual pra igual, mas ninguém queria a quebra da hierarquia, não era bem isso. O que se queria era um tratamento equânime, cidadania, como gente, embora tivessem elementos, como eu já te disse, os aproveitadores, eu tenho alguns amigos que eram assim, na minha visão um pouco isso era o Garcia Filho. E o erro político foi quando ele foi ao ministro e o ministro contestou quando devia ter tratado a coisa com sabedoria; faltou essa sabedoria, porque as vaidades — eu nunca tive essas vaidades, eu me enquadrava pra dizer o que eu pensava. O meu sentido de lealdade não é puxar saco, meu sentido de lealdade é chegar para o meu comandante e dizer assim “eu penso diferente por causa disso e disso; o senhor está caminhando pro poço”. Não é quando o cara cai no poço eu ficar as costas e bater palma pra outro, isto não é lealdade, lealdade é

cumprir. E eu assimilei muito aquilo que Lott disse: “cumpra-se a lei”; lute pra mudar, mas enquanto for lei, cumpra-se. Não é marxismo, tem que ser a história da gente, as condições do momento. Eu acho que os filósofos te colocam uma teoria filosófica, e você tem que trabalhar essa teoria filosófica, se você concorda com ele, de acordo com as tuas condições, está claro isso? Mas eu que não sou nenhum leitor profundo de marxismo entendo isso. Eu ouvi falar muito e não entendo como é que as pessoas não enxergam essas coisas. Se eu não tenho condições de fazê-las, eu hoje por exemplo, pela minha vontade — eu confesso a você — que quando eu vejo esses desacertos... mas não há condições pra isso nem vai levar a nada politicamente. Aí eu vou ser apenas uma ditadura inconsequente como foi Lacerda: um homem inteligentíssimo em termos de panfletagem, mas sem consequências políticas; lutou, lutou pra derrubar o sistema, ajudou a derrubar depois foi cassado, por quê? Porque não via as consequências políticas das coisas. O Golbery: inteligente, fez tudo, e depois sentiu que tinha feito pra entregar isso pros americanos. Eu faço uma palestra, fiz uma palestra na Estácio e digo por que os militares chegaram ao poder. E digo isso tranquilo. E digo pra eles; inclusive quando eu falo com eles, digo “vocês cassaram a fina flor das Forças Armadas; nem todos que lá ficaram são ladrões, mas todos os ladrões que eu conheci, ficaram”. Eu digo isso, é meu pensamento. Eu imagino essas caras com a vaidade que eles têm outro dia, quando a Polícia Federal meteu a algema em dois coronéis, um capitão, e eu acho que isso é bem feito! Porque aqueles caras são ladrões. Eu passei seis anos no rancho de intendente; no rancho almoçavam 2 mil pessoas por dia e nunca levei um pacote de biscoito pros meus filhos. Eu ia almoçar no restaurante dos sargentos, eu entrava na fila; no início, a turma me chamava de demagogo mas depois se acostumou. Eu não fazia uma comida diferente pra mim. Não, é minha obrigação, cara, eu ganho pra isso. Então, eu não posso falar da honestidade dos outros se eu sou desonesto. Então eu to querendo a oportunidade de eu, se sou desonesto, ganhar o dinheiro. E isso que gere a minha vida, minhas coisas. Então eu penso dessa forma. Eu aliás estou fazendo um trabalho de reeducação pra parar de dizer assim: “eu acho”. Eu não acho nada, queria achar é uma montanha de ouro. Eu não acho, eu penso. De vez em quando eu dou um deslize assim, mas é um rateio que a gente dá, mas eu penso. Se está certo, se está errado não sei, mas eu penso. Mas meus filhos falam que isso está tão pregado na gente, mas eu não acho, eu estou pensando. Eu até posso amanhã até mudar meu pensamento e ter minhas razões pra mudar, eu não acho vergonha ter que mudar de pensamento; tem que ter motivo, e não podem ser motivos chulos, individuais, interesseiros: tem que ser motivos filosóficos.

SF – Em 13 de março de 1964, na Central do Brasil, ao lado do Ministério do Exército, antigo Ministério da Guerra, foi realizado o Comício das Reformas. Na sua opinião, ele foi preponderante para que os conspiradores conquistassem novos adeptos para a deposição do presidente João Goulart?

JC – Eu quero crer que não. Porque quem era contra o João Goulart seria sempre. Pode ter acontecido de aqueles que adeptos, mas não se mexiam, se mexer. Eu penso que aquele comício tenha se retardado, provavelmente tenha sido feito num lugar inadequado, não sei. Mas eu acho correto, porque o Jango não impôs uma reforma, ele assinou os projetos e mandou pra Câmara. E isso não só assanhou, os interesses internacionais aí se assustaram, se impressionaram muito mais. Vernon Walters... que aliás depois eu tenho uma história pra te contar sobre isso, e provavelmente não pergunta porque é fora desse contexto. Por que Castelo Branco? Americanófilo. Foi a sua ligação no V Exército, e por aí vai. Quem quer saber sobre o Castelo Branco, leia os livros do marechal Lima Brayner, já morto hoje, que era o coronel-chefe do Estado Maior. E lá ele não fala nada, ele só diz, conta uma passagem em que o Castelo Branco que só um cara mau caráter fez aquilo. Então eu tenho a impressão que o 13 de março é preponderante para que aconteça esse golpe porque fez com que as forças adversárias se movimentassem. E evidentemente, tenho certeza que a partir dali o americano começou a se mobilizar, sim, furiosamente para derrubar. E eu tenho a impressão de que se não tivesse derrubado, provavelmente teria se instalado aqui um Vietnã. E o que mais o americano quer é dividir esse Brasil em várias partes; mas eu não sei se essa guerra não teria sido boa, porque pode ser que ainda tivesse em guerra ainda hoje. Mas não tenha dúvida que mais uma vez eles seriam derrotados como foram no Vietnã, como foram na Coréia e como vão ser derrotados no Iraque. E como foram no Afeganistão, que eles não contam, que os talibãs que eles colocaram no poder e depois quiseram derrubar estão lá no norte, junto da fronteira com a Rússia, da Mongólia, naqueles cantos lá. Eles não vão prender o Bin Laden porque primeiro: não interessa, porque já veio à tona que ele era sócio dos Bush, da família toda; Segundo: não podem, porque como é que vão fazer, os caras tão lá, forte, e a Rússia também, e aí "opa, está na minha fronteira". Então essas coisas eu tenho a impressão que provavelmente esse 13 de março tenha sido... mas eu estava lá no Mato Grosso, não tenho muita informação, mas penso que o comício em si era correto, e o local que talvez não fosse adequado porque parecia uma provocação — eles poderiam ter feito isso na Cinelândia. Você deve fazer as mesmas coisas parecendo menos provocativas possível, é melhor. É ganhar tempo, e quando você ganha tempo, você ganha aglutinação do teu lado, você dá

demonstração de que não está a fim só de brigar mas de resolver o problema. Hoje prego a visão das reformas para essa desgraça que hoje está aí. Esse é o meu pensamento.

SF – O que foi o episódio que ficou conhecido como a Revolta dos Marinheiros?

JC – Ali tem muitas coisas interessantes: os marinheiros tinham razão, mas também tem um elemento nebuloso nesse meio e que nesses movimentos mais radicais — eu não tenho dúvidas hoje — que havia um interesse. Por exemplo, há uma insatisfação dos marinheiros: a oficialidade pressiona para que alguma coisa aconteça pra justificar a coisa posterior, essa é a minha visão. E principalmente quando se pegava um garoto que eu conheci, que diziam cabo Anselmo mas era marinheiro de primeira classe, extremamente vaidoso. Há hoje uma dúvida de quando ele começou a trabalhar pro sistema, se já era ou se já não era — uns dizem que acham eu antes já era um elemento provocador, outros dizem que não, que a fraqueza e a vaidade dele o levou a fazer isso, e tem episódios aí depois de 1964 em que ele entregou gente — então é um elemento nebuloso. Mas eu não tenho dúvida que embora seja um movimento correto no sentido dos marujos pelas necessidades, mas também foram levados pela pressão da oficialidade para que acontecesse o fato pra justificar. Como não tenhas dúvida: todos os movimentos dos sargentos mais radicais houve pressão do outro lado pra que a coisa acontecesse pra justificar a coisa depois. E tanto é, não sei se você vai perguntar isso, sobre o Automóvel Clube, mas então pra mim é aquele, por exemplo: tu estás contra, eu fico pressionando pra tu te revoltar. E essa técnica foi usada principalmente nas Forças Armadas. Bom, tem o empresariado também, não tenha dúvida. Agora mesmo, só pra contar um fato como exemplo, está acontecendo com a VW, ela quer fechar aquela fábrica! Então está usando isso, botando os caras em choque pra depois justificar e fechar a fábrica.

SF – O discurso de Jango no Automóvel Clube do Brasil para praças, sargentos e suboficiais, foi um estopim para o golpe ou foi uma série de fatos como a Revolta dos Marinheiros? Na opinião do senhor, o que deflagrou o golpe de estado de 1964?

JC – Na minha opinião, o Automóvel Clube, eu estava no MT, mas por tudo o que foi possível se ouvir posteriormente, e pelos personagens principal disso aí, que é chamado cabo Anselmo, é um ato de provocação preparado. Porque havia um grande número de oficiais que sempre são aqueles legalistas, que é a maioria. Tanto de esquerda como de direita, são as minorias como em todos os movimentos. O fato do Automóvel Clube do Brasil foi um ato de

provocação. E aí quando eu faço a crítica ao general Assis Brasil, porque o Eduardo Chuai conta isso depois, quase que implorou para que não se fizesse aquilo. Tanto ele tinha razão que as unidades estavam de prontidão, que havia uma grande quantidade de oficiais não-golpistas, e eles tinham que convencê-los. E a partir do momento em que aquele troço aconteceu do jeito que aconteceu, disseram “tá vendo aí, é a Revolução”. É o Potemkin do Brasil. E amigos meus se deram conta disso, e tinham que convencer o Jango, mas não tinham força pra isso. E o general Assis Brasil: “não, porque o meu dispositivo militar...” Eu chego a pensar que o general Assis Brasil de alguma forma estava querendo se ver livre daquele entulho, ou ameaçaram, qualquer coisa, daquilo do Jango, do sistema, de alguma forma, porque não é possível que ele não tenha sido a sensibilidade de ver que aquilo era uma provocação. E tem mais: o Automóvel Clube foi uma provocação muito maior que a de Brasília. Uma sucessão de coisas que foram acontecendo, mas muito maior que a de Brasília. Aquilo ali, que me desculpem, mas foi pura provocação, mais nada, não teve grandeza nenhuma, um episódio absolutamente negativo. Na minha concepção, olha, eu não estava aqui, não podia participar, estava lá no MT em Ponta Porã, eu só tomei conhecimento que o Jango tinha caído três, quatro dias depois. Eu sabia que alguma coisa estava acontecendo, mas fora disto eu não sabia. Eu senti que estavam organizando, porque quando tiraram o comandante que estava lá, o coronel Álvaro Cardoso, que é pai desse Álvaro Cardoso que foi chefe da Casa Militar do Fernando Henrique, então o pai dele — que eu conheci como aspirante, virou comandante mas era um homem tranquilo — tiraram o homem de lá colocaram um major que era desses lacerdistas violentos. Então dali, em função de tudo que eu venho lendo, pesquisando, essa foi a maior provocação, maior que de qualquer outra coisa. Foi exatamente pra convencer os oficiais de darem o golpe. Eu fico triste e é aí que eu digo: prefiro ser um semi-analfabeto e ter uma visão dessas do que ser um homem cheio de medalha, cheio de diploma e não enxergar nada disso.

SF – Qual foi a influência então dos EUA na deposição do presidente João Goulart? A operação Brother Sam foi preponderante neste episódio ou serviu apenas para dar apoio logístico aos golpistas?

JC – A Operação Brother Sam — estou ouvindo esse nome pela primeira vez, por incrível que pareça — tem-se notícia, dizem que aí na costa do ES tinha navios, outras coisas que eu li, mas tudo o que eu li não me mostra isso. Me mostra, sim, uma preparação pra um caso de resistência de vir pra cá porta-aviões, mas não estavam aí. Estavam, isso eu concordo, tudo o

que eu li achei essas notícias, não me pergunte exatamente onde mas eu achei. Encontrei isso, li sobre isso. E é lógico que os golpistas deram o golpe porque tinham esse apoio, porque se não, não teriam dado. E esse golpe foi dado por maluquice do Mourão, porque o Castelo Branco ficou arrepiado, eles tomaram a frente depois. E o Juscelino, que num primeiro momento deu apoio, não sei por que razão, depois terminou cassado como o Lacerda e como eles todos, quando o Juscelino não se deu conta de que apoiar o Jango era a saída dele pra ser presidente da República. Não entendeu isso, e me admiro porque era um homem de visão, mas ficaram com medo do Brizola. Porque o Brizola dizia assim: “cunhado não é parente; Brizola presidente”. Eu acho que houve um erro do Brizola, houve um erro do Juscelino, enfim, foram tantas coisas que conjugaram para o golpe no Jango. Mas as maiores responsáveis são as forças de esquerda que se agitaram meio sob a sombra do governo Jango, mas não souberam sustentá-lo. E hoje eu tenho consciência que eles, militares do grande capital internacional foram um instrumento. Eu digo na minha palestra que eles foram usados como capitães do mato. Depois que eles mataram tudo que foi força reivindicatória organizada, eles levaram um pontapé na bunda. Eu, quero dizer, nós já estávamos lutando pela anistia, eles já estavam lucrando da economia, não precisavam mais das Forças Armadas, já estavam na teoria de que as únicas Forças Armadas existentes no mundo seria a americana. Então eu tenho a consciência de que os oficiais foram usados, quando nós lutávamos eles foram e deram uma de bonzinhos em 1972. Como eles deixaram os países da periferia mais dependentes? Quando os árabes com o petróleo, o petróleo foi lá pra cima, eles rodaram a maquineta com dólar, deram pros árabes, os árabes começaram a investir na Inglaterra e nos EUA, e eles viram: “daqui a pouco nós vamos ser donos disso aí”. E aí saíram emprestando pelo mundo aquele dólar pintado, todos os países da periferia e eles ficaram endividados em dólar. Pagamos juros que até hoje financiam as guerras que eles fazem, que eles têm um déficit de bilhões de dólares por ano. Mas tudo financiado pelos juros do terceiro mundo, pagos nesse dólar pintado que tinha tanto valor quanto o real pintado — real não, cruzeiro. Essa é a minha visão. Então deram um pontapé na bunda dos milicos e deixaram eles de lado. Desvalorizaram, hoje ninguém acredita, eles se sacudindo aí por causa desse negócio de Amazônia, daquilo que aconteceu lá em Alcântara. Eles tinham um bando de nacionalistas e gritando, mas o povo tem medo. Bom, eu assisti a uma palestra do general Lessa e do Néri sobre a Amazônia. Eu não quis criar um caso e dizer “vocês foram os culpados” — “vocês” em tese, não eles dois, mas o sistema. Aí eu não quis criar um caso, mas olhei assim: “isso que vocês estão dizendo, concordo *in toto*, mas vocês têm que dizer isso pros jovens. general, você é um dos mais jovens da platéia, a maioria daqui é remanescente do ‘petróleo é nosso’,

um dos mais novos sou eu, um senhor de 70 anos”. Agora eles não conseguem se inserir na massa, primeiro porque à imprensa não interessa, à mídia não interessa isso; segundo: não se inserem porque a massa tem raiva, tem medo, tem receio. Então esse é o problema. E outra coisa: eles procuraram os erros da esquerda também aí. Tem um amigo meu que é deputado estadual, Geraldo Moreira, que é um garoto que andou envolvido com a gente, mais especificamente com o Prazeres e comigo, e ele foi procurado por uns caras desses e ele disse: “olha, o meu assessor pra esses assuntos é o Jelcy”. Falar em Jelcy pra esses caras, subtenente Jelcy, como é que eles vão discutir assunto com subtenente, rapaz? Deveriam ter procurado um cara mais em cima, não é por aí. Mas não consegui mais refazer esse contato, eu acho interessante começar... Agora, os caras são de um radicalismo terrível, aqueles caras lá de Guararapes, que é feito exatamente dos torturadores. Mas na minha palestra eu faço até um elogio ao Geisel, digo tudo isso e assim: “isso não tira a culpa das atrocidades que fizeram”. Então essa coisa do americano foi primordial, se eles não tivessem apoio do americano não tinham dado, são todos cagões. E nós subestimamos, a esquerda não soube se organizar. Se a esquerda tivesse uma consciência de que isso viraria um Vietnã que o Guevara tinha — que a gente acreditou nisso, mais a morte do Guevara. O Partido Comunista por exemplo não deu apoio pro Guevara, não deu apoio pra nós. Araguaia não teve apoio do PCB, mas de parte, que virou PCdoB. Mas assim mesmo numa época em que eu já era absolutamente contrário a essas coisas porque é preciso que se veja o movimento popular em duas faces: o movimento popular até 1964, e depois de 1964 se formou uma força da classe média, dos estudantes e essa coisa toda, porque foram cortados os direitos do restaurante, do calabouço... essa gente num primeiro momento esteve no golpe! E essa gente de que foram cortados esses direitos e que estiveram no golpe é que foram pro Araguaia, e o PCdoB eles embarcaram nessa. Mas eu, que participava da Guerrilha do Caparaó, vim ao Rio de Janeiro, quando voltei disse ao Amadeu Filipe, que era o comandante: “olha, nós aqui vamos ser imolados sem, sei lá, os heróis do mundo. Eu acho isso besteira. É melhor a gente voltar pra casa, responder o que tem que responder, fazer o que tem que fazer e tentar sobreviver de alguma forma. Mas isso está errado, não há condições. Igualmente aqui que toda a periferia é contra nós”. Nesse documentário do Caparaó você vê isso. E depois, primeiro: quando se comprava, compravam coisas em volume, e não se comprava lá; segundo: vinha o comprador, era eu, um outro rapaz que morreu lá na prisão, os dois louros, o mais baixinho era eu com 1,74m — louro de olho azul numa região de caboclo. Eu disse isso uma vez pra eles, eles me esculacharam dizendo que eu estava com medo de descer pra cidade. A mesma coisa é a comida que a gente tinha, na minha opinião nós comíamos errado. Eu que sou homem dessa área, acho que a gente tinha

que comer chocolate, farinha láctea, leite condensado essas coisas assim; mas não, tinha que comer arroz, feijão... Primeiro: o peso pra carregar pra três dias era uma enormidade; segundo: pra cozinhar um negócio daquele era um tempo, um lugar frio, a lenha molhada, metia a mão, enfiava no fogo, saía queimado. E ainda comia feijão mal cozido, arroz mal cozido. Erros crassos que a gente cometeu. A professora Ester me fez entender que era importante em função de quem era e do momento que foi, mas cometemos erros terríveis. Por isso que eu digo, a culpa da esquerda, bastante culpada. Porque eu não quero ser coitadinho, não é isso; eu vejo que nós cometemos erros e temos que corrigi-los historicamente. Dizer sem vergonha, sem medo. A esquerda cometeu erros porque pressionou o governo demais e não teve como sustentá-lo, e tinha de sustentar o Jango. As reivindicações eram corretas, eram, mas eu mesmo pensava que tinha mais organização da resistência. E erro do Jango, porque o Jango não está fora desse erro, de não ter parado em Porto Alegre e ter resistido.

SF – Por que o governo Jango caiu sem oferecer resistência ao contrário de setembro de 1961? Onde estava o famoso dispositivo militar do presidente?

JC – Eu já te respondi sobre o dispositivo militar. Foi uma fanfarronada de um gaúcho que gostava mais de uísque que de mulher, na minha opinião, um cara que tinha a fama de esquerdista por causa do irmão, o general Assis Brasil, inconsequente, não sei se o esquema do Jango — que não era do Jango, era do general Assis Brasil — mostrou que não existia, que era falho, mostrou que as esquerdas não tinham organicidade o bastante, mostrou muita fanfarronada do próprio Brizola. Agora, primordial para a queda foi o Jango não ter resistido em Porto Alegre. Tudo isso porque essa máquina se movimentaria aos poucos pela paixão, mas teria que ter uns oito, dez dias de resistência. E à medida que tivesse intervenção americana, aí se configurava porque muitos daqueles que ajudaram a dar o golpe estariam no outro lado, das próprias Forças Armadas. Haveria dissensão, como houve dissensão em favor do grupo, haveria dissensão do contrário. Principalmente a sargentada nas unidades teriam se movimentado. Essa falta de resistência lá deu nisso. Foi o motivo principal. O esquema militar se mostrou que não existia, os generais se venderam. O Kruel não podia ser do esquema de segurança quando era o homem que foi derrubado pelos sargentos do Ministério do Exército. Eu fui o culpado. Quer dizer, generalizando, nós sargentos, com aquele manifesto, com aquela assembléia no IAPC... Os generais nos odiavam. A indecisão, quer dizer, o jogo não era esse. Os generais que gostavam de nós e que a gente gostava deles, foram perdendo os comandos do Jango, só ficou o Ladário lá. O Jango já no início devia ter

nomeado o Lott, ou então o próprio Ladário do ministério que era pra começar a dar porrada, começar a tomar um outro destino. Ia ter de dar porrada na gente também pra poder equilibrar as coisas. Mas à medida que ele desse porrada em meia dúzia de generais e numa dúzia de sargentos, a coisa se equilibrava. Eu tenho essa consciência hoje, aliás já na época a gente ainda avisava o Jango que era uma turma de sargentos que deveria ser segurança do Jango, pára-quedistas, mas os generais não permitiram, que eram uns caras consequentes e aguerridos. Então eu vejo isso dessa forma.

Stefan – Obrigado.

JC – Eu gostaria de dizer o seguinte: embora hoje capitão, porque na realidade eu teria direito de ser major, mas eu gostaria de continuar sendo fundamentalmente o subtenente Jelcy, porque eu preferia ser soldado com os vencimentos de general do que o contrário.

Stefan – Obrigado pelo depoimento.

ANEXO A – Constituição dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 18 de setembro de 1946 (excerto)

TÍTULO IV

Da Declaração de Direitos

CAPÍTULO I

Da Nacionalidade e da Cidadania

Art 131 - São eleitores os brasileiros maiores de dezoito anos que se alistarem na forma da lei.

Art 132 - Não podem alistar-se eleitores:

I - os analfabetos;

II - os que não saibam exprimir-se na língua nacional;

III - os que estejam privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos.

Parágrafo único - Também não podem alistar-se eleitores as praças de pré, salvo os aspirantes a oficial, os suboficiais, os subtenentes, os sargentos e os alunos das escolas militares de ensino superior.

Art 138 - São inelegíveis os inalistáveis e os mencionados no parágrafo único do art. 132.

ANEXO B – Estatuto dos Militares instituído pelo Decreto-Lei n.º 3.864, de 24 de novembro de 1941 (excerto)

TÍTULO II - Das forças armadas

CAPÍTULO I

FINALIDADE DAS FORÇAS ARMADAS

Art. 8º O Exército ativo é constituído.

1º pelos oficiais e aspirantes a oficial das armas e dos serviços;

2º pelos cadetes, sub-tenentes, sargentos e outras praças.

CAPÍTULO V

SITUAÇÃO HIERÁRQUICA E PRERROGATIVAS DOS MILITARES

Art. 85 A precedência hierárquica entre os militares é regulada pelo posto ou graduação e, no mesmo posto ou graduação, pela antiguidade relativa, salvo nos casos de precedência funcional fixada em lei.

§ 1º Posto é o grau hierárquico dos oficiais conferido por decreto e consignado em patente assinada pelo Presidente da República e referendada pelo respectivo Ministro; graduação é o grau hierárquico das praças, conferido por portaria ministerial ou por ato da autoridade competente, de acordo com os regulamentos.

§ 2º No que respeita a postos e graduações os militares serão assim classificados :

A) - No Exército :

{ Gerais

Oficiais - Postos.... { Superiores

{ Capitães e Tenentes

{ Aspirantes a oficial

{ Cadetes

{ Alunos das Escolas Preparatórias de Cadetes

{ Sub-tenentes

~~Praças - Graduação....~~ { ~~Sargentos Ajudantes.~~ (Vide Decreto-Lei nº 4.840, de 1942)

Sargentos

{ Primeiros Sargentos.

{ Segundos Sargentos

{ Terceiros Sargentos

{ Cabos

Soldados

ANEXO C – Decreto-Lei nº 4.840, de 1942

Extingue a graduação de sargento-ajudante e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º Fica extinta, no Exército, a graduação de sargento-ajudante, consignada no art. 85, § 2º, letra a, do decreto-lei n. 3.864, de 24-11-1941.

Parágrafo único. São, entretanto, conservados os sargentos-ajudantes atualmente existentes, sendo-lhes assegurados os direitos e deveres que, no Estatuto dos Militares, lhes são devidos.

Art. 2º Passam a ser as seguintes as graduações militares das praças do Exército:

- 1) Aspirantes a oficial
- 2) Cadetes
- 3) Alunos das escolas preparatórias
- 4) Subtenentes
Primeiro sargento
- 5) sargentos - Segundo sargento
Terceiro sargento
- 6) Alunos dos centros ou núcleos de preparação de oficiais da reserva
- 7) Cabos.

ANEXO D – Decreto do Executivo 8.835/12 de 23 de fevereiro de 1942. Institui o Regulamento Disciplinar do Exército (RDE).

TÍTULO I

Das Disposições Gerais

CAPÍTULO I

Dos princípios Gerais de Hierarquia e Disciplina

Art 2º - A disciplina é o exato cumprimento dos deveres de cada um, em todos os escalões de comando e em todos os graus da hierarquia, que confere, progressivamente, autoridade ao de maior graduação ou posto, ou ao investido em cargo mais elevado, culminando no Presidente da República, chefe supremo das forças armadas do país. A disciplina e a hierarquia constituem a base das instituições militares.

TÍTULO I

Das Transgressões Disciplinares

CAPÍTULO I

Da Definição e Especificação

Art 12 – Transgressão Disciplinar é toda violação do dever militar, na sua manifestação elementar e simples. Distingui –se de crime militar, que consiste na ofensa a esse mesmo dever, mas na sua expressão complexa e acentuadamente anormal, definida e prevista na legislação penal militar.

No concurso de crime militar e transgressão disciplinar, quando forem da mesma natureza, será aplicada somente a pena relativa ao crime.

Parágrafo único. São Transgressões:

- a) todas as ações ou omissões contrárias à disciplina militar, especificadas no presente capítulo;
- b) [...]

Art 13 – As transgressões a que se refere a letra *a* do parágrafo único do art. 12 são⁴⁹:

4. Freqüentar ou fazer parte de sindicatos, associações profissionais com caráter de sindicatos, ou mesmo de associações beneficentes cujos estatutos não estejam aprovados por lei, desde que o fato não chegue a configurar crime contra a ordem política ou social, previsto em lei.

102. Fazer ou promover manifestação de caráter coletivo, exceto nas demonstrações íntimas de boa e sã camaradagem, e com permissão do homenageado.

111. Provocar, tomar parte ou aceitar discussão acerca de política partidária ou religião, no interior do quartel, repartição ou estabelecimento, em agremiações políticas ou em público.

112. Comparecer, fardado, a manifestações ou reuniões de caráter político.

⁴⁹ São 128 transgressões, no total, que compõem o referido artigo 13 do RDE.

ANEXO E – Íntegra do discurso do cabo Anselmo, presidente da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), proferido em 25 de março de 1964⁵⁰.

Aceite, Senhor Presidente, a saudação dos marinheiros e fuzileiros navais do Brasil, que são filhos e irmãos dos operários, dos camponeses, dos estudantes, das donas de casa, dos intelectuais e dos oficiais progressistas das nossas Forças Armadas;

Aceite, Senhor Presidente, a saudação daqueles que juraram defender a Pátria, e a defenderão se preciso for com o próprio sangue dos inimigos do povo: latifúndio e imperialismo;

Aceite, Senhor Presidente, a saudação do povo fardado que, com ansiedade, espera a realização efetiva das reformas de base, que libertarão da miséria os explorados do campo e da cidade, dos navios e dos quartéis.

Brasileiros civis e militares! Meus companheiros!

A Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil completa, neste mês de março, o seu segundo aniversário. E foram as condições históricas, a fome, as discriminações, os anseios de liberdade, as perseguições e as injustiças sofridas, que determinaram a criação de uma sociedade civil, realmente independente, com a finalidade de unir, através da educação, da cultura e da recreação, os marinheiros e fuzileiros navais do Brasil.

Autoridades reacionárias, aliadas ao antipovo, escudadas nos regulamentos arcaicos e em decretos inconstitucionais, a qualificam de entidade subversiva. Será subversivo manter cursos para marinheiros e fuzileiros? Será subversivo dar assistência médica e jurídica? Será subversivo visitar a Petrobrás? Será subversivo convidar o Presidente da República para dialogar com o povo fardado?

Quem tenta subverter a ordem não são os marinheiros, os soldados, os fuzileiros, os sargentos e os oficiais nacionalistas, como também não são os operários, os camponeses e os estudantes.

A verdade deve ser dita.

Quem, neste País, tenta subverter a ordem são os aliados das forças ocultas, que levaram um Presidente ao suicídio, outro à renúncia, e tentaram impedir a posse de Jango e agora impedem a realização das reformas de base; quem tenta subverter são aqueles que expulsaram da gloriosa Marinha o nosso diretor, em Ladário, por ter colocado na sala de reuniões um cartaz defendendo o monopólio integral do petróleo; quem tenta subverter a

⁵⁰ Fonte: http://www.franklinmartins.com.br/estacao_historia_artigo.php?titulo=o-incendiario-discurso-do-cabo-anselmo-1964

ordem são aqueles que proibiram os marujos do Brasil, nos navios, de ouvir a transmissão radiofônica do comício das reformas.

Somos homens fardados. Não somos políticos. Não temos compromissos com líderes ou facções partidárias. Entretanto, neste momento histórico, afirmamos o nosso entusiástico apoio ao decreto da Supra, ao da encampação da Capuava e demais refinarias particulares, e ao do tabelamento dos alugueis. Aguardamos, aliados ao povo, que o Governo Federal continue a tomar posições em defesa da bolsa dos trabalhadores e da emancipação econômica do Brasil. Na data de hoje comemoramos o nosso segundo aniversário, isto é, o aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil.

Ao nosso lado estão os irmãos das outras armas: sargentos do Exército e da Aeronáutica, soldados, cabos e sargentos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Estão, também, companheiros da mesma luta, os sargentos da nossa querida Marinha de Guerra do Brasil. Aqui, sob o teto libertário do Palácio do Metalúrgico, sede do glorioso e combativo Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do Estado da Guanabara, que é como o porto em que vem ancorar o encouraçado de nossa Associação, selamos a unidade dos marinheiros, fuzileiros, cabos e sargentos da Marinha com os nossos irmãos militares do Exército e da Aeronáutica, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, e com os nossos irmãos operários. Esta unidade entre militares e operários completa-se com a participação dos oficiais nacionalistas e progressistas das três armas na comemoração da data aniversária de nossa Associação.

Nós, marinheiros e fuzileiros, que almejamos a libertação de nosso povo, assinalamos que não estamos sozinhos. Ao nosso lado, lutam, também, operários, camponeses, estudantes, mulheres, funcionários públicos e a burguesia progressista; enfim, todo o povo brasileiro.

Nosso empenho é para que sejam efetivadas as reformas de base, Reformas que abrirão largos caminhos na redenção do povo brasileiro. Eis por que, do alto desta tribuna do Palácio do Metalúrgico, afirmamos à Nação que apoiamos a luta do Presidente da República em favor das reformas de base. Aplaudimos com veemência a Mensagem Presidencial enviada ao Congresso de nossa Pátria.

Clamamos aos deputados e senadores que ouçam o clamor do povo, exigindo as reformas de base. Ainda esperamos que o Congresso Nacional não fique alheio aos anseios populares. E com urgência reforme a Constituição de 1946, ultrapassada no tempo, a fim de que, extinguindo o § 16 do art. 141, possa realmente, no Brasil, se fazer uma reforma agrária. Dizemos que somos contrários à indenização prévia em dinheiro para desapropriações. O bem-estar social não pode estar condicionado aos interesses do Clube dos Contemplados. É

necessário que se reforme a Constituição para estender o direito de voto aos soldados, cabos, marinheiros e aos analfabetos. Todos os alistáveis deverão ser elegíveis, para que novamente não ocorra a injustiça como a cometida contra o sargento Aimoré Zoch Cavalheiro.

Em nossos corações de jovens marujos palpita o mesmo sangue que corre nas veias do bravo marinheiro João Cândido, o grande Almirante Negro, e seus companheiros de luta que extinguiram a chibata na Marinha. Nós extinguiremos a chibata moral, que é a negação do nosso direito de voto e de nossos direitos democráticos. Queremos ver assegurado o livre direito de organização, de manifestar o pensamento, de ir e vir. Defendemos intransigentemente os direitos democráticos e lutamos pelo direito de viver como seres humanos. Queremos, na prática, a aplicação do princípio constitucional: "Todos são iguais perante a lei". Nós, marinheiros e fuzileiros navais, reivindicamos: reforma do Regulamento Disciplinar da Marinha, regulamento anacrônico que impede até o casamento; não interferência do Conselho de Almirantado nos negócios internos da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil; reconhecimento pelas autoridades navais da AMFNB; anulação das faltas disciplinares que visam apenas a intimidar os associados e dirigentes da AMFNB; estabilidade para os cabos, marinheiros e fuzileiros; ampla e irrestrita anistia aos implicados no movimento de protesto de Brasília.

Iniciamos esta luta sem ilusões. Sabemos que muitos tombarão para que cada camponês tenha direito ao seu pedaço de terra, para que se construam escolas, onde os nossos filhos possam aprender com orgulho a História de uma Pátria nova que começamos a construir, para que se construam fábricas e estradas por onde possam transitar nossas riquezas. Para que o nosso povo encontre trabalho digno, tendo fim a horda de famintos que morrem dia a dia sem ter onde trabalhar nem o que comer. E sobretudo para que a nossa Bandeira verde e amarela possa cobrir uma terra livre onde impere a paz, a igualdade e a justiça social.”

ANEXO F – Proposições de autoria do deputado Antônio Garcia Filho, PTB-GB, também 2º sargento do exército. Os arquivos podem ser consultados na íntegra no endereço eletrônico do Congresso Nacional em Brasília.⁵¹

Documento 1

Identificação : **PL 293/1963**

Data de apresentação : 10/05/1963

Autor(es) : GARCIA FILHO (PTB - GB) [DEP]

Ementa : REGULA AS PROMOÇÕES DOS SARGENTOS DAS FORÇAS ARMADAS, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

Última ação : 22/05/1964 - MESA
ARQUIVADO NOS TERMOS DO REGIMENTO INTERNO. DCN1 23 05 64 PAG 3432 COL 03.

Documento 2

Identificação : **PL 747/1963**

Data de apresentação : 31/07/1963

Autor(es) : GARCIA FILHO (PTB - GB) [DEP]

Ementa : INSTITUI A CADERNETA DE VENCIMENTOS DOS SARGENTOS DAS FORÇAS ARMADAS, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

Última ação : 09/03/1967 - MESA
ARQUIVADO NOS TERMOS DO ARTIGO 104 DO REGIMENTO INTERNO. DCN1 10 03 67 PAG 0554 COL 01.

Documento 3

Identificação : **PL 975/1963**

Data de apresentação : 06/09/1963

Autor(es) : GARCIA FILHO (PTB - GB) [DEP]

⁵¹ Fonte: <http://www.camara.gov.br>

Ementa : EXCLUI DO QUADRO DE OFICIAIS DE ADMINISTRAÇÃO (QOA) DO EXERCITO OS OFICIAIS PROMOVIDOS PELAS LEIS 1782, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1952 E 3267, DE 23 DE SETEMBRO DE 1957, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

Última ação : 09/03/1963 - MESA
ARQUIVADO NOS TERMOS DO ARTIGO 104 DO REGIMENTO INTERNO. DCN1 10 03 67 PAG 0554 COL 03.

Documento 4

Identificação : **PL 1171/1963**

Data de apresentação : 25/10/1963

Autor(es) : GARCIA FILHO (PTB - GB) [DEP]

Ementa : ESCALONA O COMPORTAMENTO DISCIPLINAR DOS MILITARES DAS FORÇAS ARMADAS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

Última ação : 01/04/1966 - MESA
ARQUIVADO NOS TERMOS DO REGIMENTO INTERNO. DCN1 02 04 66.

Documento 5

Identificação : **PL 1295/1963**

Data de apresentação : 20/11/1963

Autor(es) : GARCIA FILHO (PTB - GB) [DEP]

Ementa : DISPÕE SOBRE PROMOÇÃO AO POSTO DE SEGUNDO TENENTE, DOS SUBOFICIAIS DA AERONAUTICA, QUE CONTEM OU VENHAM A CONTAR 10 ANOS ININTERRUPTOS DE EFETIVO SERVIÇO NA MESMA GRADUAÇÃO.

Última ação : 22/05/1964 - MESA
ARQUIVADO NOS TERMOS DO REGIMENTO INTERNO. DCN1 23 05 64 PAG 3434 COL 03.

Documento 6

Identificação : **PL 1379/1963**

Data de apresentação : 03/12/1963

Autor(es) : GARCIA FILHO (PTB - GB) [DEP]

Ementa : CONSIDERA DE UTILIDADE PUBLICA FEDERAL O CLUBE SARGENTO WOLFF, SEDIADO EM RECIFE, ESTADO DE PERNAMBUCO.

Última ação : 09/03/1967 - MESA
ARQUIVADO NOS TERMOS DO ARTIGO 104 DO REGIMENTO INTERNO. DCN1 10
03 67 PAG 0555 COL 03.

Documento 7

Identificação : **PL 1409/1963**

Data de apresentação : 04/12/1963

Autor(es) : GARCIA FILHO (PTB - GB) [DEP]

Ementa : CONSIDERA DE UTILIDADE PUBLICA A 'BIBLIOTECA ISRAELITA
BRASILEIRA - SCHOLOM ALEICHEIM', COM SEDE NO RIO DE JANEIRO, ESTADO
DA GUANABARA.

Última ação : 25/11/1965 - MESA
ARQUIVADO NOS TERMOS DO ARTIGO 20 DO REGIMENTO INTERNO. DCN1 26 11
65 PAG 10113 COL 04.

Documento 8

Identificação : **PL 1718/1964**

Data de apresentação : 18/02/1964

Autor(es) : GARCIA FILHO (PTB - GB) [DEP]

Ementa : DEFINE A SITUAÇÃO HIERARQUICA DOS ALUNOS OFICIAIS DAS
POLICIAS MILITARES ESTADUAIS.

Última ação : 09/03/1967 - MESA
ARQUIVADO NOS TERMOS DO ARTIGO 104 DO REGIMENTO INTERNO. DCN1 10
03 67 PAG 0556 COL 02.

Documento 9

Identificação : **PL 1737/1964**

Data de apresentação : 06/03/1964

Autor(es) : GARCIA FILHO (PTB - GB) [DEP]

Ementa : ALTERA O ANEXO I DA LEI 3780, DE 12 DE JULHO DE 1960, NA PARTE
RELATIVA AO GRUPO OCUPACIONAL A-500, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

Explicação da Ementa : CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS - COZINHEIRO - PADEIRO -
GARÇOM - COPEIRO - BARBEIRO).

Última ação : 12/05/1964 - MESA
ARQUIVADO NOS TERMOS DO REGIMENTO INTERNO. DC1S 13 05 64.

Documento 10

Identificação : **PL 1749/1964**

Data de apresentação : 06/03/1964

Autor(es) : GARCIA FILHO (PTB - GB) [DEP]

Ementa : INSTITUI A FOLHA DE ALTERAÇÕES DE SARGENTOS DAS FORÇAS ARMADAS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

Última ação : 09/03/1967 - MESA
ARQUIVADO NOS TERMOS DO ARTIGO 104 DO REGIMENTO INTERNO. DCN1 10
03 67 PAG 0556 COL 03.

ANEXO G – Relatório de informações, *Dossier n.º 1 Sindicatos dominados pelos comunistas - item VI*, folhas 5 e 4, Data provável: 1964 e 1966. O documento pertence ao acervo do Arquivo Público Estadual do Rio de Janeiro

Passo a fornecer a V.S. alguns informes relacionados com o assunto tratado neste item. Em 11.5.1963, no auditório do I.A.P.C., houve uma reunião programada pelos SubTenentes, Sargentos e forças auxiliares do Exército, Marinha e Aeronáutica, com a seguinte ordem do dia:

1º Homenagem ao general Osvino Ferreira Alves

2º Debate sobre o aumento dos militares e civis

Em quase todos os discursos, o que mais se notava era a intenção de subverter a ordem, pois que de homenagem ao general Osvino Alves e de aumento de funcionalismo quase nada se falou. Os assuntos ventilados foram os seguintes: reforma agrária, capital estrangeiro, imperialismo americano, derrota completa daqueles que por eles são denominados “gorilas”.

O general Osvino não compareceu. Estiveram presentes cerca de 600 pessoas entre civis e militares, dentre estes uns 20 fardados.

Entre os presentes, destacavam-se o deputado Tenório Cavalcante, Raimundo Teodoro Botinelli Assunção, representante da U.N.E, onde ocupa o cargo de 1º secretário, Políbio Adolfo Braga, presidente da UBES, general Alceu Joviano representante dos oficiais, Bráulio Rodrigues da Silva, líder camponês no estado do Rio, Oswaldo Pacheco, representante do C.G.T. e representante do sindicato dos têxteis, dos portuários, dos estivadores, sargento Ladislau Cunha, da Força Pública de São Paulo.

Falaram diversos oradores, a saber: Sub Tenente Gelci Rodrigues Correia, deputado Fernando Santana, Políbio Adolfo Braga, Bráulio Rodrigues da Silva, deputado Paulo Alberto, deputado Sargento Antônio Garcia Filho e outros.

Ao final, foi redigido uma nota para a imprensa, com os seguintes itens:

- 1 – Modificação do §16 do artigo 141 da constituição, na parte que se refere à indenização em dinheiro, por títulos de união;
- 2 – Um voto de louvor ao deputado Leonel Brizola;
- 3 – União efetiva dos sargentos aos camponeses, operários e estudantes.

No recinto da reunião eram vendidas as publicações Caderno do Povo Brasileiro e Nós e a China.

Em princípios de Julho de 1963, as Associações de Praças das Fôrças Armadas e Auxiliares (Cabos e Soldados) enviaram telegrama ao presidente da República dando – lhe apoio e aos poderes constituídos no caso do aumento dos militares.

[...] Em agosto de 1963, os subtenentes Gelci Monteiro e Amintas Santana e os Sargentos Bolívar Costa e Alves de Souza lançaram um manifesto subversivo ao povo. Entre os assuntos tratados, estava o da reforma agrária, que, a seu ver, deveria ser feita na lei ou na paulada.

Datado de 11.9.1963, e trazendo o nome do segundo-sargento Aimoré Zoch Cavaleiro, como seu ator, um folheto bastante agressivo foi distribuído ao povo, entre outras coisas dizia? “Verberamos nós todos e o povo a atitude covarde do supremo tribunal federal, que, pressionado, capitulou diante do altar da pátria e assim o apreciamos porque o resultado do julgamento já era conhecido três dias antes do mesmo ser realizado. Baseado na circular reservada número 24, de 20.8.1963 do Sr. Ministro da Guerra.

[...] Em outubro de 1963, foi distribuído, no meio estudantil, um manifesto denúncia, assinado por 2 sargentos, um do corpo de fuzileiros navais e outros da F.A.B., em que são acusados chefes militares, poder judiciário e o próprio presidente da República de parcialidade, conivência com privilegiados.

Em certo trecho diz: mantendo atualmente prisioneiro o presidente da República, age de modo unilateral o ministro da guerra, aplicando a subalternos, proibições arbitrárias e injustas, enquanto permite a generais pronunciamentos políticos, agressivos contra as massas trabalhadoras. Tal posição assume indício graves, quando é publico e notório que o governador de São Paulo, em comum acordo com o Comandante do II Exército, conspira abertamente, cogitando inclusive em transformar fábricas paulistas em depósitos bélicos, para golpear as liberdades democráticas. O manifesto leva assinaturas de José Medeiros D’Oliveira, 2º Sargento Fuzileiro Naval, e José Lauro Moreira, 3º Sargento da F.A.B.

Em 14.12.1963, em uma homenagem prestada ao Almirante Aragão pela Frente de Mobilização Popular, o Sargento Luiz Carlos Prazeres afirmou que os Sargentos e Suboficiais das Fôrças Armadas exigem o deputado Leonel Brizola no ministério da Fazenda, porque é ali o ponto de estrangulamento de todo o processo de libertação nacional. Nesse discurso, fez várias reivindicações da classe: anistia para todos os sargentos, retorno do sub tenente Gelci Correa à Guanabara. Condenou o Julgamento de Cuba pela O.E.A, dizendo que o problema cubano deve ser discutido pela O.N.U.

Em primeiro de fevereiro do corrente ano, às 14 horas, realizou-se uma assembléia da associação dos marinheiros e fuzileiros navais do Brasil, no sindicato dos rodoviários,

compondo-se a mesa de oito elementos (3 fardados), dentre os quais o marinheiro de 1ª classe José Anselmo, presidente da entidade.

No discurso, que José Anselmo pronunciou, concitou todos à luta, inclusive a subversão armada nos subterrâneos, se preciso fôr.

A essa assembléia compareceu o deputado e líder metalúrgico João Massena, que foi levar oficialmente à Associação a assistência do Partido Comunista do Brasil, por determinação de Luiz Carlos Prestes, e dar cobertura parlamentar aos seus associados.

[...] Em 14.9.1963, em audiência concedida aos dirigentes do C.G.T, o presidente da República declarou-lhes que apóia as gestões que os sargentos promoveram junto ao congresso para que seja reformada a constituição de modo a permitir a elegibilidade dos praças de pré.

[...] Em 16.9.1963, o ministro Abelardo Jurema Declarou à imprensa que o governo considera necessária a aprovação da emenda constitucional que permita a elegibilidade de sargentos e praças, como em que todos os militares, “aquêles a quem compete zelar pela segurança do país.